

Declaração do CC do PCP

DEMISSÃO DO GOVERNO FIM DA POLÍTICA DE DESASTRE ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

**Extremo agravamento dos problemas nacionais • Novos perigos
para o regime democrático • As soluções necessárias • O PCP, força
essencial da democracia portuguesa**

Pág. 3



O desfile em Lisboa foi grandioso. Quando os últimos manifestantes saíram do local da concentração, já os da frente tinham chegado à Alameda. Na foto: a cabeça da manifestação, um pouco antes de chegar à Praça do Chile. Nos passeios, milhares de pessoas, ao longo de todo o percurso, aguardavam o desfile para depois nele se integrarem.

CENTENAS DE MILHARES DESCERAM ÀS RUAS DE NORTE A SUL

Reportagem e fotos da grande jornada do dia 16

Págs. centrais

a via de
**DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE**

Conferência
Nacional
do PCP

Pág. 6



ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Culminando um intenso trabalho preparatório, que envolveu debates em torno de documentos e a eleição de delegados, vão realizar-se no próximo fim-de-semana Assembleias de várias organizações do Partido, entre as quais destacamos as dos concelhos de *Setúbal* (sábado, no cine-teatro Luísa Tody, com Domingos

Abrantes e Carlos Ramildes), *Sesimbra* (domingo, no Externato St.ª Joana, com Manuel Sobral), *Marinha Grande* (domingo, na colectividade «A Ordem», com Joaquim Gomes) e *Ovar* (domingo, na Escola Preparatória, com Jaime Serra e Vidal Pinto).

Pág. 6

SEMANA

13 Quarta-feira



Desprestigiando a democracia, segundo o Grupo Parlamentar do PCP, os deputados da maioria votam favoravelmente os seus aumentos. Forte aparato policial cerca a Sorefame. Como resposta à provocação, os trabalhadores reagem com serenidade. O Estado não exerceu o seu direito de opção, pelo que a transnacional Rio Tinto Zinc compra as minas de cobre de Neves Corvo. O Presidente da República promulga o Orçamento de Estado. Um dirigente do PRD afirma ser tempo para o Presidente demitir o Governo e dissolver a Assembleia da República. Em Moscovo, Konstantin Tchernenko é sepultado na Praça Vermelha. Ao vetarem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos dão cobertura aos massacres sionistas no sul do Líbano. O Partido Comunista Grego anuncia o seu apoio ao candidato do PASOK às próximas eleições presidenciais na Grécia.

14 Quinta-feira

Na Assembleia da República, a «maior maioria» aprova o aumento generalizado das rendas de casa. O presidente da Câmara Municipal de Faro retira pelourinhos ao vereador da APU. Para a Coordenadora da APU do concelho de Faro, esta atitude é «prepotente e arbitrária». Dado que foi anunciada a transferência da esquerda da PSP, moradores cortam o trânsito na rua do Lumiar, em Lisboa. No Minho, a APU vai ter a sua maior participação de sempre nas eleições autárquicas, revela a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP. Ratazanas matam sexagenária na antiga Mitra. Mário Soares, no Brasil, ataca o governo da Nicarágua. A «guerra das cidades» chega às capitais iraquiana e iraniana. A paz e o desarmamento são os temas centrais dos encontros que Gorbachev mantém com os chefes de Estado que se deslocaram às exéquias de Konstantin Tchernenko.

15 Sexta-feira

A Assembleia Regional dos Açores aprova, por unanimidade, uma deliberação na qual conclui que a Assembleia da República não deve ratificar o acordo laboral da base das Lajes. O secretário de Estado da Defesa quer agora que os militares se ponham a desempenhar funções de polícia de segurança interna. O director da Anop pressagia a destruição desta agência noticiosa, ao defender a sua fusão com a NP. O ex-colaborador da PIDE e actual líder da UNITA elogia a acção do Governo de Soares e ameaça os portugueses que trabalham na República Popular de Angola. Depois de cinco anos de indecisão, e no momento em que prosseguem as conversações de Genebra, o governo belga permite a instalação, no seu território, dos primeiros euromísseis. Com Tancredo Neves no hospital, toma posse como presidente interino o vice-presidente brasileiro. A Síria afirma «não estar indiferente» a qualquer movimentação no Líbano dirigida por Israel. O dirigente chinês que esteve presente nas exéquias de Tchernenko, afirma que as relações sino-soviéticas «vão melhorar passo-a-passo».

16 Sábado



Em 23 localidades do País, centenas de milhares de trabalhadores dizem não ao Governo e exigem uma nova política. Termina em Lisboa o 4.º Congresso dos médicos de clínica geral. Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública desmascaram a «escandalosa mentira» do Ministério do Trabalho que procurou esconder as causas da morte da sexagenária da ex-Mitra. 17 corporações de bombeiros combateram o incêndio que destrói uma importante empresa têxtil. Continua a decorrer, até dia 31 o Encontro de Teatro de Amadores, promovido no âmbito do 1.º Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal. O Conselho de Segurança da ONU apela ao fim da «guerra das cidades» no conflito do Golfo, que opõe o Irão e o Iraque. A Central Sindical boliviana é convidada a fazer parte do Governo. Tropas sírias movimentam-se em direcção a Beirut para apoiarem o exército libanês. O secretário norte-americano do Trabalho é obrigado a demitir-se, na sequência de uma burla em que se envolveu.

17 Domingo

Rui Machete, da Comissão Política do PSD, admite a ruptura da coligação se o PS não cumprir os acordos com o seu partido. A Comissão Nacional alargada do PRD aprova os estatutos do novo partido. Encontra-se no Kampuchea uma delegação do PCP chefiada por Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP. Em Montemor-o-Novo realiza-se o IV Encontro das Operárias Agrícolas do Distrito de Évora. Prossegue a escalada na guerra do Golfo: o Iraque anuncia o bloqueio do espaço aéreo do Irão. Muitos milhares de pacifistas manifestam-se contra a instalação de euromísseis na Bélgica. Daniel Ortega reafirma a necessidade para a Paz que representa o diálogo Nicarágua-Estados Unidos. O único candidato às eleições presidenciais gregas não consegue ser eleito à primeira volta. Naquele que foi considerada a mais importante manifestação pacifista em Israel de há seis meses a esta parte, os manifestantes exigem a retirada completa do Líbano do exército sionista.

18 Segunda-feira



Em conferência de imprensa, o Comité Central do PCP reafirma que o atraso na demissão do governo cria uma situação perigosa para a democracia. O presidente interino do PRD afirma que Portugal não pode suportar esta «falta de governação». Assim vai a coligação... tanto o PSD como o PS se responsabilizam mutuamente pelos males do casamento governativo. Em Abrantes, os agricultores condenam a eucaliptização, e consequente desertificação, do País. «Estranhos» interrogatórios por parte da PSP precedem a reunião da NATO que se realiza em Junho numa unidade hoteleira do Estoril. Os responsáveis pela DOPA são acusados de associação de malfidantes. A EPNC quer despedir 80 trabalhadores. É como o Dom Sebastião... o «noveleiro» envolve a adesão de Portugal à CEE. A direita francesa vence nas eleições cantonais.

19 Terça-feira

A luta e a unidade dos trabalhadores de duas UCP's do concelho de Sousel — a «5 de Outubro» e a «25 de Abril» — impediu que representantes do Ministério da Agricultura, com a cobertura das forças da GNR, consumassem o roubo de centenas de hectares de terras da Reforma Agrária. Um violento acidente perto de Setúbal envolvendo um autocarro transportando justas espanhóis e um camião de transporte de leite originou treze mortos e dezenas de feridos, alguns dos quais em estado muito grave. Confirmada a prisão de um alto funcionário da Caixa Geral de Depósitos por flagrante delito de corrupção. O Ministro moçambicano pede «actuação concreta» das autoridades portuguesas contra agentes da Fenamo. Na sequência da guerra que envolve os dois países, um missile iraniano atinge Bagdad, capital do Iraque.

Editorial

MANDATO POPULAR DO 16 DE MARÇO — GOVERNO PARA A RUA!

As imponentes manifestações e concentrações do último sábado em todo o País, que em Lisboa e Porto assumiram gigantescas proporções, constituem uma iniludível resposta popular à política de descalabro nacional do Governo PS/PSD.

Elas exprimem na sua impressionante força política de massas um claro mandato da imensa maioria do nosso povo a que é imperioso corresponder no plano institucional.

O veredicto popular de 16 de Março foi categorico: Este Governo não serve o País — o País já não o suporta. A clique no Poder capitaneada por Soares é um foco permanente de degradação, de instabilidade, de infelicitação nacional. É urgente demitir-lo!

Cada um dos actos dos governantes, cada simples directriz que deles emana, são um ponto mais na escalada do agravamento das condições de vida do povo, em primeiro lugar dos trabalhadores, na deterioração da crise económica, financeira e social, no atropelo e no bloqueamento das instituições democráticas, na alienação da independência nacional.

De cada pústula do seu organismo o Governo exala o odor da corrupção e da imoralidade pública, empesta o ar que respiramos.

No 16 de Março, nas ruas de 18 cidades do País, os trabalhadores e outras vastas camadas do povo exigiram a satisfação das suas reivindicações mais sentidas e imediatas. Mas no centro de todas uma sobressaia com particular vigor: Governo de Soares para a rua!

A grandiosa jornada nacional de luta realizada no sábado por iniciativa da CGTP-IL e outras estruturas unitárias reflecte e exprime uma contestação generalizada e prolongada contra a política do Governo PS/PSD.

Tal como o oceano recolhe o caudal dos rios, o 16 de Março recolhe um poderoso acervo de lutas e acções de variado tipo que assinalam a jornada nacional de sábado como um novo salto qualitativo no movimento de massas.

Depois de um Fevereiro de intensa movimentação o mês de Março iniciou-se sob o signo da luta e numa notável continuidade de acção.

Soares e os seus órgãos de comunicação social de maior expansão negam o profundo descontentamento do povo, silenciam as lutas dos trabalhadores e a situação de miséria que atormenta no momento actual e desde há longos meses as camadas populares mais vastas.

Mas no mês de Março, na primeira quinzena, milhares de trabalhadores se levantaram em rudes lutas em defesa do pão e dos seus postos de trabalho, pelo pagamento imediato dos salários em atraso, contra os despedimentos.

Na Lissabne, no Metro, na Messa, na Grundig, na Perfil, no Parque de Campismo de Monsanto, na CTM e CNN, na Parry & Son, na Sorefame, na Torralta, no Apolo 70, na extinta Gelmar, no Arsenal do Alfeite, na RTP, na Estoril-Sol, na Emacet, na MDF, na Sardam, na Discoral, na Equimetal, na Tonus e em várias outras empresas por todo o País, através da greve, de concentrações, vigílias e outras formas de luta, em alguns casos com a obstrução temporária das vias de comunicação, os trabalhadores lutavam com determinação pelas suas reivindicações económicas e sociais, obtiveram em alguns casos assinaláveis êxitos, impuseram em várias empresas o recuo da ofensiva patronal e do Governo.

A jornada nacional de protesto e luta dos agricultores mobilizou muitos milhares de pequenos e médios proprietários e rendeiros de Trás-os-Montes, do Minho, do Douro, das Beiras, da Estremadura, do Algarve.

Exigiram e obtiveram em alguns casos a reabertura das feiras de gado, reclamaram contra ruinosas importações de batata de semente, de maçã, de gado, de leite e o pagamento de subsídios em atraso há longos meses, a garantia de preços à produção, de escoamento dos seus produtos.

Juventude

A edição especial do «Juventude», órgão central da Juventude Comunista Portuguesa, sobre o 2.º Congresso da JCP está já à venda: Revista, capa a cores, este número do «Juventude» é totalmente preenchido por depoimentos, entrevistas, crónicas e extractos de intervenções.

RDP grava festival juvenil

Com vista à sua posterior transmissão, a RDP/Açores gravou integralmente o Festival da Canção Juvenil, promovido pela JCP, que se realizou recentemente no auditório de Ponta Delgada, naquele arquipélago.

A iniciativa, na qual participaram várias dezenas de jovens artistas, integrou-se nas comemorações do Ano Internacional da Juventude. O grupo vencedor, «Black Diamond», de Fajã de Cima, participará na Festa do «Avante!».

Na segunda parte do espectáculo, actuaram Fernando Tordo e Luis Bettencourt, sendo o primeiro membro da comissão organizadora e o segundo membro do júri.

«Lutar por um futuro melhor»

A Juventude Comunista Portuguesa emitiu recentemente um

Pioneiros organizam exposição

Os Pioneiros de Portugal estão a comemorar o seu décimo aniversário. As comemorações, que têm decorrido ao longo do ano, culminam com a exposição nacional subordinada ao tema «Crescer, brincar, estudar, viver no Portugal de Abril».

A mostra, patente ao público entre os dias 24 e 30 de Março na Casa do Alentejo, em Lisboa, contará com a presença de numerosos escritores, cantores e actores, como sejam José Jorge Letria, Carlos Alberto Moniz, Alice Vieira, Luísa Basto, João Fernando, Grupo de Teatro de Campolide,



apelo para a mobilização dos jovens em torno das comemorações do Ano Internacional da Juventude.

No documento, os jovens comunistas salientam que «reforçar a luta pela satisfação das aspirações e necessidades da juventude portuguesa deve ser o objectivo central das comemorações do Ano Internacional da Juventude. O grupo vencedor, «Black Diamond», de Fajã de Cima, participará na Festa do «Avante!».

Escola fechada, trancas na porta

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP responsabiliza o Governo e o Ministério da Educação

Em todas estas lutas uma reivindicação política comum: Governo de Soares para a rua!

O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foi, em numerosos pontos do País, uma grandiosa jornada pelas reivindicações específicas da mulher, pela sua dignificação na sociedade e no trabalho, pela sua libertação social.

Em Lisboa e Porto importantes concentrações tiveram um relevo especial. Numerosos convívios e debates assinalaram o Dia da Mulher.

Também como tónica geral uma convicção profunda: a solução dos agudos problemas da mulher em Portugal passa, de imediato, pela demissão do Governo Soares/Mota Pinto, pela formação de um outro governo e por uma nova política que vá ao encontro das aspirações da mulher portuguesa, antes de tudo, da mulher trabalhadora, que hoje em maior número sofre as consequências do desemprego e da exploração do grande patronato.

Relevo particular tiveram as acções de resistência e luta dos trabalhadores da Reforma Agrária contra a nova e raiosa ofensiva do Governo PS/PSD capitaneada pelo novo Barreto, ministro da Agricultura.

O ministro Barreto — na sua infância e juventude um querido de Salazar — mostra no momento actual a sua verdadeira face fascizante, o seu ódio aos trabalhadores da Reforma Agrária, a sua opção latifundiária.

Quem viu as suas expressões de cinismo e ódio no debate de antontem na TV sobre a agricultura ficou a compreender melhor o porquê do acinte da ofensiva actual que ele comanda contra as UCP's do Alentejo e do Ribatejo e que antontem o ontem, no concelho de Sousel e na freguesia do Cano e na Casa Branca, atirou contra os trabalhadores das UCP's «5 de Outubro» e «25 de Abril» as forças de choque da GNR armadas de metralhadoras e de cães-polícias numa autêntica operação punitiva de carácter fascista que indignou e mobilizou contra ela as populações daquele concelho do Alto Alentejo.

O «pacote» das leis agrícolas que o Governo se prepara para fazer aprovar na Assembleia da República — o «pacote Barreto» — cheira mal, tem no miolo o regresso em força do latifúndio aos campos do Ribatejo e do Alentejo, com todo o seu cortejo de miséria, desemprego, fome e repressão; de terras incultas, quando o País se debate com gravíssimos problemas de produção e abastecimento agrícolas e quando enfrenta uma perigosa ameaça liquidadora dirigida pelos grandes potentados agrícolas da CEE.

Também para os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, entre os quais o número de desempregados ultrapassa os 35 000, a defesa das suas conquistas, do seu pão, dos seus postos de trabalho, das suas UCP's, passa pela urgente demissão da clique governante do PS e do PSD dirigida por Mário Soares e Machete, passa por uma imediata viragem política que detenha a ofensiva latifundiária e fascista e trave o autêntico crime social e económico que está nos planos da contra-revolução calendarizada nos acordos PS/PSD.

A execução acelerada do plano contra-revolucionário renegociado em 11 de Dezembro entre o PS e o PSD é hoje a principal e mais sinistra tarefa da coligação governante.

Os inimigos de Abril julgando-se fortes levantam cabeças, ameaçam já abertamente as conquistas democráticas, Mário Soares é erigido em capitão desta nova ameaça contra a democracia portuguesa.

A barca arrombada da coligação não tem outro rumo nem outro objectivo senão o da destruição das conquistas de Abril e o rápido restabelecimento de um novo Estado totalitário que entregue de novo as rédeas do País aos monopólios, às multinacionais, ao imperialismo.

Exigiram e obtiveram em alguns casos a reabertura das feiras de gado, reclamaram contra ruinosas importações de batata de semente, de maçã, de gado, de leite e o pagamento de subsídios em atraso há longos meses, a garantia de preços à produção, de escoamento dos seus produtos.

pela seguinte situação: quando, no passado dia 15, os estudantes, funcionários e professores do Instituto Superior de Serviço Social do Porto se dirigiram à escola, viram que esta estava encerrada.

Para a DOESP da JCP, a indefinição institucional desta escola é o problema que originou o seu encerramento, por isso solidariza-se com os estudantes do ISSSP na sua luta pela reabertura da escola, contra o pagamento das propinas e pela reintegração do Instituto no Ensino Superior oficial.

XII Festival em andamento

O Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes reuniu-se no passado fim-de-semana. Nesta sua reunião, o CNP, além de ter tomado conhecimento das mais de 200 iniciativas de divulgação previstas, decidiu a realização de uma recolha de dinheiro, no valor de 2500 contos.

Esta recolha de dinheiro destina-se, por um lado, à co-

bertura das despesas de preparação do Festival em Portugal e, por outro, ao Fundo Internacional de Solidariedade.

Este fundo já permitiu a presença de jovens portugueses nos diversos festivais que se realizaram antes de Abril. Cabe agora a nossa vez de contribuir para a presença em Moscovo de jovens de países que lutam contra ditaduras, pela paz e pela liberdade.

Nesta reunião foi também decidido que os três jovens que mais contribuírem para o fundo de solidariedade se integrarão na delegação que se desloca a Moscovo.

Nesta mesma delegação irão jovens que tenham pintado o melhor mural alusivo e que tenham escrito o melhor ensaio sobre as cinco temáticas do Festival.

**E. Kulkov
O. Rjchevski
I. Tchelichev**

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Qual o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da 2.ª Guerra Mundial?

Quais os métodos mais típicos para falsificar a História e ocultar a verdade?

Saiba tudo isto e descubra também a verdade sobre a 2.ª Guerra Mundial.

A VERDADE

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Servicos Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 778828/77825/76751

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 693908/696115

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Eza, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 768402

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 2 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77658/77650
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381057

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 77 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 40227

PCP

Demissão do Governo fim da política de desastre alternativa democrática

1

O Comité Central do Partido Comunista Português, tendo examinado os mais recentes desenvolvimentos da situação política, económica e social, concluiu que, em resultado da permanência do governo PS-PSD e do prosseguimento da sua desastrosa política, se agravam todos os problemas nacionais e se desenvolve uma nova escalada na ofensiva contra o regime democrático, colocando o País perante sérios riscos de que todos os portugueses devem tomar consciência.

As grandiosas manifestações de 16 de Março, realizadas por todo o País, com destaque para as de Lisboa e Porto, constituem, pela participação maciça (centenas de milhares de portugueses) e pelo elevado entusiasmo e combatividade, uma poderosa afirmação da exigência popular e nacional da demissão do Governo PS-PSD.

Realizando-se na continuidade de milhares de lutas e acções de protesto dos trabalhadores e de todas as classes e camadas não monopolistas, as manifestações de 16 de Março inserem-se num quadro geral caracterizado pela crescente convergência de amplos sectores sociais e políticos em torno da necessidade de se pôr termo prontamente à política de desastre e ruína e de se adoptarem as medidas institucionais que assegurem a efectiva mudança democrática exigida para a solução dos problemas nacionais.

A situação impõe com carácter imperativo e inadiável a demissão do Governo PS-PSD e a abertura de um processo institucional que conduza a uma alternativa democrática.

2 Extremo agravamento dos problemas nacionais

A degradação da vida nacional, em todas as suas áreas e esferas fundamentais, é tão profunda e acelerada, que hoje ninguém pode contestar, com um mínimo de seriedade e fundamento, o extremo agravamento de todos os problemas do povo e do País.

Agravamento da situação económica e financeira com o prosseguimento da recessão e estagnação (testemunhada pela queda do investimento e a redução da produção em 1984), da desorganização e desarticulação do aparelho e do processo produtivo, da degradação dos sectores básicos, do aumento das falências e encerramento de pequenas e médias empresas comerciais e industriais, da ruína dos pequenos e médios agricultores, da ruptura financeira, da drástica redução do crédito e das altas taxas de juro, do descontrolado processo inflacionista, do galopante aumento da dívida externa e do peso dos seus juros e amortizações, do alargamento desenfreado da especulação, da corrupção, do parasitismo, da economia subterrânea, da descapitalização de empresas, da fuga de capitais e da delapidação dos recursos nacionais.

Agravamento da situação social com o vertiginoso aumento do custo de vida, a quebra dos salários reais, reformas e pensões, o desemprego, os despedimentos, o flagelo dos salários em atraso, os contratos a prazo, o trabalho sem contrato, a insegurança e a instabilidade no emprego, o aumento da carga fiscal — especialmente com a aplicação do IVA aos produtos alimentares, aos medicamentos e aos livros —, a contínua degradação no ensino, na saúde, na habitação, na segurança social e nos transportes. A iníqua lei dos aumentos das rendas de casa — que acaba de ser aprovada na generalidade com os votos contra o PCP — e os planos do Governo PS-PSD para eliminar direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, através da revisão da legislação laboral (designadamente com a total facilitação dos despedimentos e drásticas reduções do direito à greve), testemunham de uma maneira flagrante as concepções reaccionárias e antipopulares da política social de um governo apostado em intensificar a exploração dos trabalhadores e em lançar a miséria; a desestabilização e a insegurança na vida dos portugueses.

Agravamento da política de destruição das transformações socioeconómicas do 25 de Abril e de restauração dos monopólios e do seu poder, com uma violenta ofensiva contra o sector público e nacionalizado (projecto institucional-

nal de alteração do regime jurídico das EP's visando a progressiva reprivatização da sua gestão e propriedade; alienações de participações do Estado; desmantelamento, gestão ruínosa e sabotagem de empresas públicas), com as escandalosas isenções fiscais e outras benesses a favor dos bancos privados e da aceleração da concentração monopolista, com uma nova ofensiva contra a Reforma Agrária, visando a total reconstituição do latifúndio (incluindo uma nova lei de Bases) e contra os direitos dos agricultores (nova lei de arrendamento rural, lei dos baldios, lei do emparcelamento, etc.).

Agravamento da ofensiva contra os direitos e liberdades dos cidadãos e da democracia política, com a multiplicação de actos e operações repressivas e de limitação às liberdades, com a instalação dos serviços de informação, com os planos para a rápida aprovação da tenebrosa lei de «segurança interna», com o propósito de aprovação urgente da chamada «lei de Tutela» inserida no ataque à autonomia e à democraticidade do Poder Local, com o desrespeito das decisões dos tribunais, com a censura e a manipulação no sector público da comunicação social, com os projectos de revisão das leis eleitorais em benefício dos partidos do Governo e para a montagem de burras eleitorais, com o Regimento antidemocrático imposto pelos partidos do Governo à Assembleia da República — tudo confirmando os projectos de formação de um Estado repressivo e totalitário.

Agravamento da política de abdicação nacional e de submissão ao imperialismo, com o recurso irresponsável e catastrófico aos empréstimos externos, com a subordinação e convicência aos interesses ultrajantes da dignidade nacional e altamente lesivos dos interesses do País), com o envolvimento na conspiração imperialista entre os países progressistas africanos, com a definição do «conceito estratégico de defesa nacional» que confirma o total abandono de critérios nacionais em favor dos critérios do imperialismo e o alargamento de facilidades e concessões militares em território nacional (designadamente bases, estações e depósitos, etc.), colocando o País entre os alvos prioritários de um conflito nuclear generalizado. Particular gravidade reveste o recente acordo técnico das Lajes e a confirmação de que a estação de rastreio de Almodôvar se integra nos planos norte-americanos de militarização do espaço.

Este notório agravamento da situação em todas as áreas da vida nacional representa uma verdadeira caminhada para o abismo.

É por isso necessário ter clara consciência de que são imperiosas, no interesse do povo e do País, decisões e iniciativas que ponham termo a esta política de desastre e derrotem o Governo que a promove e realiza.

3 Novos perigos para o regime democrático

A permanência do Governo PS/PSD não representa apenas o agravamento generalizado dos problemas nacionais mas é também um factor de degenerescência do funcionamento das instituições democráticas e de apodrecimento da vida política nacional, comportando novos perigos e acrescidas ameaças para o regime democrático.

A actuação do Governo PS/PSD faz alastrar no País uma vaga de corrupção, de clientelismo, de nepotismo e de amoraldade sem precedentes depois do 25 de Abril. Os escândalos rebentam todos os dias, tocando o próprio Governo. Sem vergonha nem escrúpulos, os membros do Governo e os deputados da maioria governamental são tão prontos a dotar-se de altos vencimentos e regalias principescas como insensíveis aos agudos problemas e sofrimentos do povo português. Entre as preocupações e as aspirações dos portugueses e as prioridades do Governo PS/PSD o fosso aprofunda-se e não há conciliação possível. Isto não exclui, entretanto, o recurso pelos partidos do Governo às promessas e à demagogia e à utilização com objectivos eleitoralistas de dinheiros públicos, dos fundos ocultos e dos «sacos azuis» incluídos no Orçamento do Estado.

Fustigada pela luta e pelo descontentamento popular, isolada socialmente, afundada pelo fracasso da sua política, tomada de pânico face à alteração do quadro partidário e à crescente influência e prestígio do PCP e da APU, a coligação PS/PSD debate-se em crescentes lutas intestinas, trocas de insultos, recíprocas suspeições e desconfianças, manobras e golpes para sacudirem as responsabilidades de uns para outros e para se assegurarem de posições estratégicas no aparelho de Estado, na administração e na direcção dos centros de decisão da vida económica.

Coincidindo e convergindo com a ofensiva contra-revolucio-

nária e o clima de degradação política e moral, intensificam-se as campanhas contra o regime democrático e os apelos golpistas e reaparecem os atentados terroristas visando claramente denegrir e difamar a luta popular de massas. O terrorismo e as provocações contra a democracia têm que ser prontas e energeticamente combatidas e repudiadas pelas instituições e as forças democráticas.

Com a coligação PS-PSD, apoiada de facto pelo CDS, a governação do País transformou-se num conjunto de operações, medidas e actos destinados a consumir as exigências da reacção, do grande capital e do imperialismo, a transferir para o seu controlo e propriedade recursos e bens do Estado e da colectividade, tendo em vista alcançar a restauração do poder do grande capital e a liquidação do regime democrático-constitucional.

Tornou-se uma evidência que o Governo PS-PSD, sentindo aproximar-se a hora da sua derrota, recorrendo ao abuso de poder e à ilegalidade, procura acelerar ao máximo a destruição de todas as transformações democráticas criadas pelo 25 de Abril e que são parte integrante e essencial do regime constitucional, numa política de factos consumados inspirada pela esperança de os tornar irreversíveis.

É inadmissível que uma coligação governamental que há muito perdeu a legalidade política para governar e que perdeu também a legitimidade formal (pois a maioria parlamentar que a sustenta deixou manifestamente de corresponder às opções do voto dos portugueses) possa emprender modificações de fundo de carácter subversivo que, revogando na prática a Constituição, atinjam a essência do regime e das instituições.

4 As soluções necessárias

O PCP adverte para a perigosa situação que se poderá criar na vida nacional e nas instituições democráticas se o Governo não for pronto e rapidamente demitido e a Assembleia da República não for dissolvida até 14 de Julho, data a partir da qual o Presidente da República está constitucionalmente impedido de tomar tal medida.

Numa tal eventualidade, como resulta até de declarações públicas de responsáveis dos dois partidos da coligação, o PS e o PSD entregar-se-iam a jogos e manobras de baixa política para impor indefinidamente o seu poder, para servir os seus objectivos eleitorais, as suas candidaturas presidenciais, especialmente a de Mário Soares, não hesitando em sacrificar a tudo isto os mais importantes interesses do povo e do País e o próprio funcionamento das instituições.

A única forma verdadeiramente eficaz de impedir as múltiplas ameaças que esta situação comporta é a demissão urgente do Governo e a sua substituição por um governo que, respeitando a Constituição e desenvolvendo uma política de estabilização, impeça o agravamento dos problemas do País e dê garantias da realização em condições democráticas de eleições no corrente ano, incluindo eleições legislativas antecipadas, resultantes da dissolução da Assembleia da República.

O CC do PCP sublinha que a demissão do Governo e a dissolução da AR, além de representarem a travagem da política de desastre e destruição, significariam concretamente neste momento a queda automática da lei das rendas, da lei de segurança interna e de outras leis extremamente lesivas dos interesses do povo e do País.

Este é o grande objectivo patriótico que na hora presente continua a colocar-se para a defesa dos interesses vitais do povo português e do regime democrático. A sua concretização, apesar do atraso grave na utilização dos mecanismos institucionais adequados, continua plenamente ao alcance das forças democráticas.

Sublinhando a grande importância das eleições presidenciais, o PCP insiste entretanto em que a resposta aos graves problemas do povo e do País não pode ficar dependente da realização daquelas eleições em Dezembro de 1985.

O PCP salienta ao mesmo tempo que o quadro político e as condições de democraticidade em que as eleições presidenciais se realizarão serão substancialmente diferentes conforme o Governo seja ou não demitido antes. O PCP reafirma que não favorecem o objectivo da derrota dos candidatos da reacção as tentativas de precipitações de candidaturas e as concepções tendentes a menosprezar a necessidade do consenso e convergência entre as forças e sectores que, com os seus apoios e os seus votos, são indispensáveis para garantir, de facto, a vitória de um candidato democrático.

A procura e o desenvolvimento destes consensos e convergências constitui, no momento actual, a mais útil contribuição que cada uma das forças, sectores e personalidades democráticas pode assegurar para que nas eleições presidenciais se verifique o triunfo da democracia.

O Comité Central chama a atenção de todos aqueles que querem contribuir para a defesa do Portugal de Abril e a solução dos problemas nacionais para a necessidade de agir em

com rapidez, multiplicarem as iniciativas e intensificarem a acção, não se deixando enleiar na perspectiva ilusória da autodesagregação da coligação PS-PSD e noutras atitudes de expectativa.

As iniciativas unitárias já em curso para as comemorações do 25 de Abril revestem-se de grande importância e significado no actual momento político e podem proporcionar, além da condigna celebração popular da Revolução de Abril, uma afirmação da vontade de unidade e cooperação de sectores democráticos muito vastos e diversificados.

O Comité Central do PCP volta a sublinhar a importância da aproximação e convergência de todas as forças democráticas e patrióticas em torno de uma política alternativa.

O PCP está plenamente convencido de que não só é necessária como é possível a cooperação e entendimento entre os democratas em torno de objectivos fundamentais como a garantia de estabilidade, da legalidade e da ordem democrática, a saída da crise e a recuperação económica através de uma política de desenvolvimento, a melhoria das condições de vida do povo português, o respeito pelas liberdades e os direitos dos cidadãos, a salvaguarda da independência nacional.

O PCP volta a salientar que é possível uma alternativa política, com a formação, pelas vias legais e constitucionais, de um governo democrático, baseado nestes objectivos e visando a sua execução.

A luta de massas, o protesto e a luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas laboriosas, a luta do campesinato, dos pequenos e médios empresários, dos professores e de outros sectores da intelectualidade, dos jovens, das mulheres, dos reformados, continua a ser o factor determinante para que se alcancem a demissão do Governo e uma alternativa democrática.

A crise da coligação, o seu descrédito e isolamento, as suas dificuldades em conseguir realizar rapidamente todos os seus objectivos e planos antidemocráticos, as numerosas vitórias conseguidas na defesa dos seus interesses por muitos sectores sociais e profissionais, a perspectiva real de uma próxima solução democrática, são, essencialmente, o resultado da resistência, da unidade e da luta popular.

A intensificação e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das massas populares, em todas as frentes e sectores, tanto por objectivos concretos e imediatos como pelos objectivos políticos gerais — é o caminho seguro e indispensável para que se concretize uma viragem democrática na vida nacional, ao serviço do povo e do País.

5 O PCP — força essencial da democracia portuguesa

A evolução da situação política nacional põe mais em evidência, cada dia que passa, que o PCP é o único grande partido inteiramente devotado à defesa dos interesses populares e nacionais, das conquistas do 25 de Abril e do regime democrático.

O Comité Central do PCP registou o pleno êxito da campanha de recrutamento realizado entre Julho e Dezembro de 1984 (10 000 novos membros), o reforço da vida interna do Partido com a realização de numerosas Assembleias e eleições de organismos, e as grandes acções de esclarecimento ultimamente promovidas.

O Comité Central analisou a preparação da Conferência Nacional «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise», a realizar em 30 e 31 de Março, e que constituirá uma nova afirmação perante o País do constante empenho construtivo do PCP na solução dos graves problemas de Portugal.

O Comité Central salienta a importância do acordo já firmado entre o PCP e o MDP/CDE com vista à apresentação de listas conjuntas, no quadro da APU, às eleições para todos os órgãos autárquicos e bem assim o acordo para a constituição da Aliança Povo Unido para a apresentação de listas da APU em todos os círculos eleitorais em eleições para a Assembleia da República que se venham a realizar em 1985.

O Comité Central apela a todas as organizações e militantes para que, ao lado dos trabalhadores e do povo, intensifiquem os seus esforços nas grandes batalhas sociais e políticas do momento presente, e desenvolvam, com audácia e dinamismo, a preparação da intervenção do Partido nas eleições a realizar este ano.

O reforço geral do PCP, o aumento do número de deputados no AR, o crescimento da sua influência e posições nos órgãos autárquicos, são uma condição essencial para assegurar a viabilização de uma alternativa democrática e garantir uma nova política ao serviço do povo e do País.

18 de Março de 1985

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O PCP e as presidenciais

A SIP do PCP divulgou, anteontem, a seguinte nota:

Face às notícias especulativas que a RTP e alguns outros órgãos de informação divulgaram a respeito de declarações do dirigente do PCP Carlos Brito, num encontro com a Comunicação Social realizado após a reunião do Comité Central do PCP, a SIP do PCP considera necessário esclarecer:

1. A posição do PCP sobre a questão das eleições presidenciais, de acordo com a Declaração do CC do PCP distribuída aos ór-

gãos de Informação, baseia-se nas seguintes ideias:

— A solução dos graves problemas do povo e do país não pode ficar dependente da realização, em Dezembro de 1985, das eleições presidenciais.

— É a demissão do Governo PS/PSD que tem absoluta prioridade no quadro de uma solução para a crise.

— A ocorrência desse facto alteraria substancialmente o quadro político e as condições de democraticidade em que decorrerão as presidenciais.

— Não são favoráveis ao objectivo da derrota dos candidatos da direita quer as tentativas de precipitação de candidaturas quer as concepções tendentes a menosprezar a importância do consenso e da convergência entre as forças e sectores que, com os seus apoios e os seus votos, podem de facto assegurar a vitória de um candidato democrático.

— A procura e o estabelecimento desses consensos e convergências é, no momento actual, a mais útil contribuição que cada uma das forças, sectores e per-

sonalidades democráticas pode dar para que, nas eleições presidenciais, se verifique o triunfo da democracia.

2. Nestes termos, esclarece-se que as notícias que alguns órgãos de informação têm vindo a difundir, nomeadamente quanto a um alegado eventual apoio do PCP a candidatos concretamente referenciados ou identificados, não passam de interpretações abusivas sem qualquer suporte rigoroso nas declarações de Carlos Brito ou no documento aprovado pelo Comité Central do PCP.

Delegação do PCP regressou do Yemen, Vietnam e Kampuchea

Regressou anteontem a Portugal a delegação do Partido Comunista Português, que entre 5 e 18 de Março visitou sucessivamente a República Democrática Popular do Yemen, a República Socialista do Vietnam e a República Popular do Kampuchea, a convite, respectivamente, do Partido Socialista Yemenita, do Partido Comunista do Vietnam e do Partido Popular Revolucionário do Kampuchea.

A delegação do PCP, composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, foi recebida da

forma mais fraterna e com expressões de grande estima e consideração pelo PCP, pela Revolução de Abril e pelo povo português, testemunhando por sua vez a activa solidariedade dos comunistas portugueses para com os partidos e os povos dos países visitados.

Na República Democrática Popular do Yemen, a delegação do PCP foi recebida por Ali Nasser Mohamed, secretário-geral do PSI e presidente da República, e teve conversações com uma delegação do PSI, dirigida por Abubakr, membro do Bureau Político e secretário do CC. Na República Socialista do Vietnam, foi

recebida por Truong Chinh, membro do Bureau Político e presidente do Conselho de Estado, e teve conversações com uma delegação do PCV, dirigida por Vó Chi Cong, membro do Bureau Político e secretário do CC. Na República Popular do Kampuchea, foi recebida por Chea Sin, membro do Bureau Político, presidente da Assembleia Nacional e da Frente de Unidade, da Edificação e da Defesa da Pátria Kampuchea e teve conversações com uma delegação dirigida por Hun Sen, membro do Bureau Político, presidente do Conselho de Ministros e ministro dos Negócios Estrangeiros.

As conversações e o conhecimento obtido da situação real de cada um dos países através dos numerosos contactos e visitas realizadas contribuíram para o reforço da amizade e da solidariedade entre o PCP e cada um dos partidos que dirige a edificação nos seus países de novas sociedades, assim como entre o povo português e os povos do Yemen Democrático, do Vietnam e do Kampuchea. Os comunicados comuns aprovados são expressões do reforço dessa amizade e solidariedade.

Voltaremos ao assunto na próxima semana.

PCP

Jornada Nacional de Luta exige novo

Centenas de milhares de pessoas manifestaram no último fim-de-semana, um pouco por todo o País, a sua opinião acerca do estado a que as coisas chegaram em todos os domínios da vida nacional, exprimindo de forma clara e inequívoca o que pensam dos responsáveis por tal situação e das medidas que urge aplicar para pôr cobro a esta política, inverter o caminho da ruína e do desastre, retomar o rumo do desenvolvimento e de progresso iniciado com o 25 de Abril.

Ao exercerem este inalienável direito que a Constituição lhes confere, ao descerem às ruas e praças em cerca de duas dezenas de vilas e cidades, numa grandiosa Jornada Nacional de Luta, os manifestantes reafirmaram não lhes merecer qualquer crédito nem um mínimo de confiança um governo, como o actual, cuja acção incompetente e incapaz, de costas voltadas para o povo e o País, tem conduzido à destruição do aparelho produtivo nacional, ao agravamento (para níveis insustentáveis) das condições de vida e de trabalho dos portugueses, à cres-

cente submissão a interesses estrangeiros alheios à independência, à dignidade e soberania nacional.

Mas ao erguerem com um redobrado vigor a voz do seu protesto — confiança e determinação que anos sucessivos de ferozes ataques e de desgaste não abalaram, ao contrário do que alguns esperariam — os homens, mulheres e jovens que participaram nas acções promovidas pelo movimento sindical unitário não quiseram dar apenas um rotundo não a esta política.

Com a sua presença massiva, os trabalhadores portugueses trataram de reafirmar o seu empenho na defesa da democracia, e a sua exigência — objectivo de que não desistem — de que as instituições funcionem, intervenham com urgência no âmbito das suas atribuições, por forma a permitir a criação de uma alternativa que, no respeito pela Constituição, salvaguarde o regime democrático, promova a recuperação económica, proporcione o bem estar e a melhoria das condições de vida, defenda os interesses dos trabalhadores e do País.



Em Lisboa

Combatividade e confiança num desfile grandioso

Quando no último sábado, já próximo do fim da tarde, da tribuna instalada num dos topos da Alameda, em Lisboa, o orador — lendo a resolução final — convidou os presentes a «**cerrar fileiras para a luta pela resolução dos seus problemas concretos, na defesa dos seus interesses imediatos de classe e na preservação e consolidação das preciosas conquistas de Abril**», muitos foram os que não puderam, sem o querer, ouvir aquelas palavras. Uma razão simples os impediu: em filas compactas, empunhando panos e cartazes, desfilavam ainda pela Avenida Almirante Reis, antes de se poderem juntar aos que, já nesse altura, enchiam os vastos relvados da Alameda D. Afonso Henriques.

Conhecedor de belas e inesquecíveis jornadas de luta, aquela espaço acolhia deste modo, de novo, um longo desfile que horas antes partira do Martim Moniz e no qual se incorporaram dezenas de milhares de pessoas provenientes de todos os concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Subindo a Avenida — uma Avenida diferente, colorida, inundada de gente — aquele imenso caudal (pessoas das mais diversas idades e camadas sociais) encabeçado pelas empresas do sector empresarial do Estado, constituía uma renovada afirmação do vigor do movimento operário e popular, da sua firme vontade de pôr termo à ofensiva contras-



as conquistas de Abril e o regime democrático.

Em causa, para quantos responderam ao apelo da CGTP-IN e das União Sindicais de Lisboa e Setúbal, estavam a defesa de bens inestimáveis e preciosos, duramente conquistados, como a Reforma Agrária, as nacionalizações e as liberdades.

Indignação popular

Se a sua defesa — objectivo provavelmente justo e legítimo

— não tem sido tarefa fácil (um governo apostado na recuperação capitalista, anichado no Poder, e sempre um osso duro de roer) a verdade é que é mais do que previsível que o desfecho dos embates presentes e futuros, trará inevitavelmente, um resultado favorável à democracia.

Porquê? Porque alastra irresistivelmente a onda de indignação popular por esta política; porque se reforça a organização e a capacidade de luta dos trabalhadores e suas estruturas representativas; porque se

alarga o campo da unidade democrática; porque, em suma, as forças da democracia são incomparavelmente mais fortes que as forças restauracionistas.

Além disso, a manifestação do passado sábado constituiu uma prova irrefutável disto mesmo: muita combatividade, muita confiança e alegria andaram juntas, exprimindo o sentir colectivo, a dizer «**sim às nacionalizações, não aos tubarões**», a afirmar que «**isto assim não pode ser, trabalhar sem receber**», a exigir «**traba-**

lho sim, desemprego não», a proclamar que «**o Machete mais o Mário roubam-nos o salário**» e, talvez a mais insistentemente gritada, a lembrar que «**tá na hora, do Governo ser posto fora**».

Mas se a alegria e o humor



foram uma nota dominante em toda a manifestação (humor que privilegiou, por mérito que só a ela pertence, a figura do dr. Mário Soares), lá estiveram também a recordar os tempos difíceis que assolam muitos lares, as bandeiras de pano negro, bandeiras de fome, acusando os responsáveis por esta dramática situação — exactamente aqueles que permitem os salários em atraso e os despedimentos, os mesmos que aumentam para níveis insuportáveis o custo de todos os bens essenciais.

Rendas de casa

Eram aliás os sectores mais atingidos por esta política anti-popular que, mais significativamente, estavam representados na manifestação: os reformados (com uma panela de alumínio presa na ponta de um grande pau, um deles lembrava que «**eles auerem é tacho**»); os deficientes (um homem sanduiche afirmava que o desemprego «**os atinge duplamente**»); as mulheres, com panos dando conta da ginástica

necessária para chegar com o orçamento ao fim do mês; os jovens, em busca de um emprego que ninguém quer dar; os trabalhadores de empresas com salários em atraso como a Sipe; os trabalhadores sujeitos à repressão patronal como a Amadeu Gaudêncio ou o Arsenal do Alfeite.

Um destaque ainda para os aumentos das rendas de casa. Na sede da Associação dos Inquilinos Lisboenses, em duas enormes faixas pretas, podia ler-se «**não ao aumento das**



Em todo o país, centenas de milhares de pessoas manifestaram no último fim-de-semana o seu repúdio pela política do Governo, exigindo a sua demissão. As fotos obtidas na Marinha Grande (em cima) e em Faro são apenas dois exemplos dessa ampla movimentação



de Luta exige nova política, novo g



um desfile grandioso

«Isto sim, desemprego não», a proclamar que «o Machete mais o Mário roubam-nos o salário» e, talvez a mais insistentemente gritada, a lembrar que «tá na hora, do Governo ser posto fora».

Mas se a alegria e o humor

foram uma nota dominante em toda a manifestação (humor que privilegiou, por mérito que só a ela pertence, a figura do dr. Mário Soares), lá estiveram também a recordar os tempos difíceis que assolam muitos lares, as bandeiras de pano negro, bandeiras de fome, acusando os responsáveis por esta dramática situação — exactamente aqueles que permitem os salários em atraso e os despedimentos, os mesmos que aumentam para níveis insuportáveis o custo de todos os bens essenciais.

Rendas de casa

Eram aliás os sectores mais atingidos por esta política anti-popular que, mais significativamente, estavam representados na manifestação: os **reformados** (com uma panela de alumínio presa na ponta de um grande pau, um deles lembrava que «eles auerem é tacho»); os **deficientes** (um homem sanduiche afirmava que o desemprego «os atinge duplamente»); as **mulheres**, com panos dando conta da ginástica

necessária para chegar com o orçamento ao fim do mês; os **jovens**, em busca de um emprego que ninguém quer dar; os **trabalhadores** de empresas com salários em atraso como a Sipe; os **trabalhadores** sujeitos à repressão patronal como a Amadeu Gaudêncio ou o Arsenal do Alfeite.

Um destaque ainda para os **aumentos das rendas de casa**. Na sede da Associação dos Inquilinos Lisboenses, em duas enormes faixas pretas, podia ler-se «**nao ao aumento das**

rendas de casa». Ao passarem em frente do edifício os manifestantes, com redobrada força, gritavam: «a luta continua, Governo para a rua». Percebe-se o que lhes ia por dentro. Na mais recente iniciativa legislativa do Governo (o diploma das rendas) ficava a descoberto, para quem ainda tivesse dúvidas, a verdadeira face de uma marcada política de classe, exclusivamente orientada para servir o grande capital nacional e estrangeiro.

E por isso mesmo condenada ao fracasso e à derrota!

ELES QUEREM



No Porto

Prosseguir a

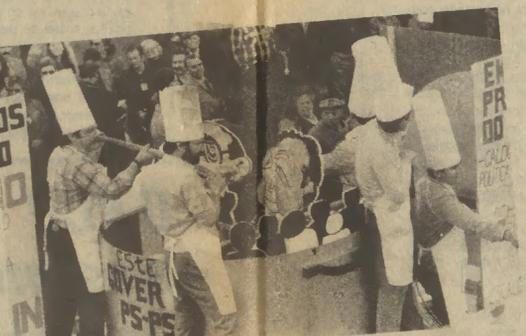
Muitos milhares de trabalhadores, democratas e povo do Porto, participaram na Jornada Nacional de Luta ao saírem para a rua numa grande manifestação que teve início com pré-concentrações que cerca das 13.30 h começaram a partir do Carvalho, da Praça das Flores e da Praceta 25 de Abril, em Gaia, para percorrerem numerosas artérias da cidade e, pelas 16.30 h, afluíram à Praça da Liberdade.

Mas esta manifestação foi o culminar de uma intensa mobilização dos trabalhadores. Mais de 360 organizações apoiaram e convocaram esta Jornada de

Luta: 56 organizações sindicais, das quais 22 não filiadas na USP, nomeadamente o Sindicato dos Escritórios do Porto, dos Professores do Norte, dos Bancários do Norte, dos Serviços Municipalizados, do SITAVA, do STAL; 285 plenários de trabalhadores, comissões sindicais e comissões de trabalhadores; outras organizações como a FENACOOP, MDM, MURPI, Associação dos Inquilinos do Norte. A manifestação foi ainda apoiada por um largo conjunto de individualidades de várias sensibilidades que, num manifesto apelaram à participação dos democratas na manifestação. Entre estes contam-

se, Albano Martins, Alberto Andrade, Célio Costa, Edgar Correia, José Morgado, Júlio Ribeiro, Margarida Elisa Machado, Maria Emília Reis, Octávio Cunha, Raul Castro, Vitor Ranita, Virginia Moura.

Já concentrados na Praça da Liberdade, os manifestantes ouviram uma intervenção da União dos Sindicatos do Porto, por José Carlos Baptista que saudou a luta dos trabalhadores do Porto pelo pagamento de salários, pela defesa dos postos de trabalho e contra os despedimentos, por acordos de empresa e, manifestou a determinação em prosseguir a até à



va política, novo governo



Abril será defendido

Durante o comício realizado na Alameda, no decorrer do qual usaram da palavra Armando Teixeira da Silva e Kalidás Barreto, dirigentes da CGTP-IN, foram aprovadas uma resolução e quatro moções, uma das quais se refere ao projecto inconstitucional de restrição da greve que o Governo tem na forja.

Nesta moção, aprovada por unanimidade e aclamação, refere-se que este projecto reaccionário, tal como outros projectos de leis do trabalho, visa a destruição das conquistas dos trabalhadores e a «neutralização da sua capacidade de intervenção em defesa do regime resultante do 25 de Abril».

Nesse sentido, para além do repúdio pelos referidos projectos, os trabalhadores presentes na Alameda, decidiram mandar as organizações sindicais e outras organizações de trabalha-

dores para que «transformem a discussão pública dos projectos numa grande campanha de defesa dos direitos e liberdades constitucionais dos trabalhadores, sem desprezar nenhum nível de intervenção».

Depois de exigir aos órgãos «encarregados de defender a Constituição e a democracia» que no âmbito das suas atribuições «impedam a entrada em vigor» de tais diplomas, a moção proclama que «contra uma legislação reaccionária da greve, os trabalhadores defenderão o seu direito à greve, lutando e exercendo a greve sem reconhecer ou acatar quaisquer limites que não sejam os decorrentes da Constituição».

nacionalizado da economia e da entrega das suas partes mais rentáveis ao capital monopolista e «aos grandes potentados transnacionais».

Depois de observar que este Governo «protege e acarinha, em todos os níveis, e nas suas próprias fileiras, a corrupção e o re-gabofe», tolerando e facilitando a actuação desenfreada de toda a casta de especuladores, intermediários e contrabandistas, a resolução salienta que noutras áreas como a saúde, a educação e a cultura também se fazem sentir os «mais sérios estragos» em resultado desta política criminosa.

Resolução

Começando por abordar as consequências que resultam do agravamento do custo de vida e dos impostos, a resolução aprovada pelos manifestantes na Alameda sublinha que esta política vem «fomentando o desemprego, a fome e a miséria, limitando os aumentos salariais, permitindo e acobertando o escândalo, internacionalmente condenado, dos salários em atraso».

No entender dos subscritores da resolução a acção deste Governo tem conduzido também ao desmantelamento do aparelho produtivo através da descapitalização sistemática do sector

Repudiando a lei das rendas, a nova «máquina de intimidação e repressão que o governo prepara, e o pacote de leis anti-laborais e anticonstitucionais, a resolução acentua que tão «desumana política, antipopular e antinacional» constitui «um cancro que está a corroer a nação» e, como tal, urge extirpá-lo, demitindo o governo e tomando as medidas constitucionais que permitam «a formação de um novo governo que dê garantias de corresponder às supremas exigências da independência nacional, da reposição da legalidade democrática, de recuperação da economia, do restabelecimento da caminhada do nosso povo para o bem-estar e o progresso social iniciada com o 25 de Abril».

rendas de casa». Ao passarem em frente do edifício os manifestantes, com redobrada força, gritavam: «a luta continua, Governo para a rua». Percebe-se o que lhes ia por dentro. Na mais recente iniciativa legislativa do Governo (o diploma das rendas) ficava a descoberto, para quem ainda tivesse dúvidas, a verdadeira face de uma marcada política de classe, exclusivamente orientada para servir o grande capital nacional e estrangeiro.

E por isso mesmo condenada ao fracasso e à derrota!



No Porto

Prosseguir a luta com determinação

Muitos milhares de trabalhadores, democratas e povo do Porto, participaram na Jornada Nacional de Luta ao saírem para a rua numa grande manifestação que teve início com pré-concentrações que cerca das 13.30 h começaram a partir do Carvalhido, da Praça das Flores e da Praceta 25 de Abril, em Gaia, para percorrer numerosas artérias da cidade e, pelas 16.30 h, afluíram à Praça da Liberdade.

Mas esta manifestação foi o culminar de uma intensa mobilização dos trabalhadores. Mais de 360 organizações apoiaram e convocaram esta Jornada de

Luta: 56 organizações sindicais, das quais 22 não filiadas na USP, nomeadamente o Sindicato dos Escritórios do Porto, dos Professores do Norte, dos Bancários do Norte, dos Serviços Municipalizados, do SITA-VA, do STAL; 285 plenários de trabalhadores, comissões sindicais e comissões de trabalhadores; outras organizações como a FENACOOP, MDM, MURPI, Associação dos Inquilinos do Norte. A manifestação foi ainda apoiada por um largo conjunto de individualidades de várias sensibilidades que, num manifesto apelaram à participação dos democratas na manifestação. Entre estes contam-

-se, Albano Martins, Alberto Andrade, Célio Costa, Edgar Correia, José Morgado, Júlio Ribeiro, Margarida Elisa Machado, Maria Emília Reis, Octávio Cunha, Raul Castro, Vitor Ranita, Virgínia Moura.

Já concentrados na Praça da Liberdade, os manifestantes ouviram uma intervenção da União dos Sindicatos do Porto, por José Carlos Baptista que saudou a luta dos trabalhadores do Porto pelo pagamento de salários, pela defesa dos postos de trabalho e contra os despedimentos, por acordos de empresa e, manifestou a determinação em prosseguir-a até à

demissão do Governo.

Os manifestantes aprovaram ainda moções, nomeadamente de repúdio pelos projectos reaccionários do Governo, em especial o da greve e o dos despedimentos, contra os brutais e permanentes aumentos de preços, os salários em atraso e os despedimentos, pela imediata demissão do Governo e por um novo governo com uma nova política.

A imediata demissão do Governo seria a exigência mais ouvida e mais vezes gritada na manifestação como também a mais inscrita nos cartazes empunhados pelos trabalhadores.



PCP

Paio Pires • Seixal
30 e 31 de Março
de 1985

Conferência Nacional do PCP

Avia de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE

Erguer a Conferência!

Uma iniciativa com a envigadura da Conferência Nacional que o Partido vai realizar a 30 e 31 deste mês no Seixal (dois dias de trabalhos, com funcionamento em plenários e em 19 secções de debate, envolvendo mil delegados e cerca de 1500 convidados) exige, naturalmente, a solução de diversos pormenores técnicos, que por sua vez significam trabalho, planeamento, esforço, organização.

É uma responsabilidade de peso a que caiu nos braços dos camaradas da organização concelhia do Seixal que, juntamente com a colaboração preciosa de camaradas de concehos vizinhos, prosseguem o trabalho de implantação no pavilhão dos trabalhadores da Siderurgia Nacional-EP, em Paio Pires.

Para corresponder às necessidades de funcionamento da Conferência sobre a via de desenvolvimento para vencer a crise, é necessário, por exemplo, erguer pavilhões e estruturas no exterior do pavilhão, tanto para algumas das secções de debate, como para o refeitório, o bar e a cafeteria, serviços que terão um funcionamento permanente.

Os camaradas já se lançaram ao trabalho. Estruturas de tubos dão já nova face ao exterior do pavilhão. Reforçam-se os apoios à participação volun-

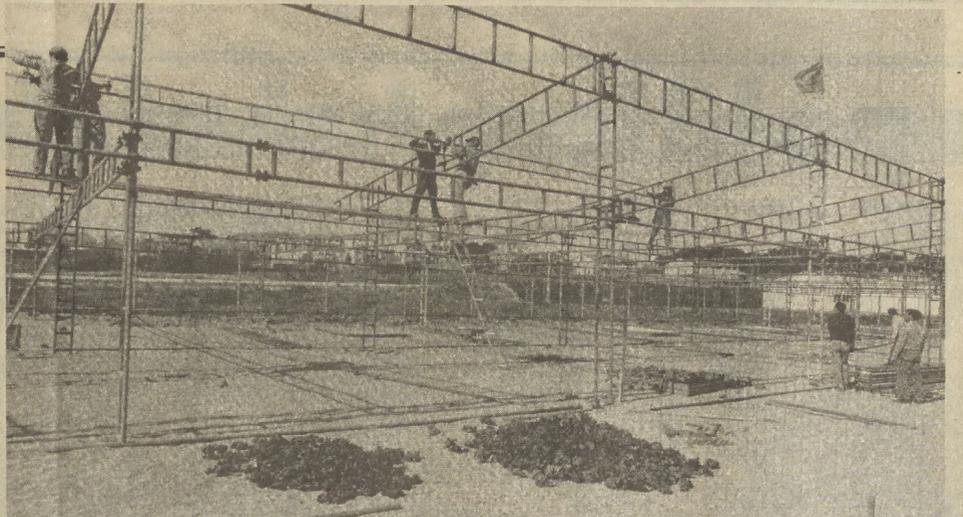
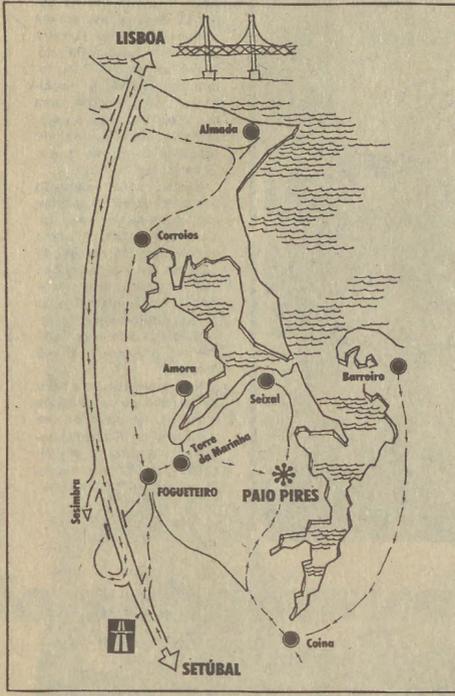
tária de camaradas e amigos. Solucionam-se e concretizam-se tarefas. Avançam-se para novos trabalhos, agora que estamos praticamente a uma semana da Conferência. Confirmam-se planos e escalas. Do trabalho de decoração, às tarefas de limpeza, passando pelos serviços a desempenhar no refeitório (bacalhau e febras constam das ementas), no bar ou na cafeteria, ou ainda no apoio aos participantes, nada é esquecido neste esforço colectivo que uma vez mais demonstra a capacidade e a força entusiástica de quem está com o futuro.

Horário

A Conferência funcionará com o seguinte horário: dia 30 (sábado) — 9.30/12.30 horas: funcionamento em plenário; 14.30/19.30 horas: funcionamento em secções; dia 31 — 9.30/13.00 horas: plenário; 15.00/19.30 horas: plenário.

Transportes

Além dos cacilheiros para travessia do Tejo, os participantes podem utilizar as carreiras da Rodoviária Nacional que, nos dois dias da Conferência, manterão um serviço reforçado de Cacilhas para Paio Pires.



Trabalho voluntário nas múltiplas tarefas técnicas de implantação no exterior do pavilhão da SN, onde estão a ser montadas estruturas para serviços de apoio à Conferência.

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Setúbal

● 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal, dia 23 de Março (próximo sábado), a partir das 9 e 30 horas, no cine-teatro Luísa Tody, na cidade do Sado. A discussão e a votação do relatório da Comissão Concelhia cessante e a eleição da nova CC serão momentos destacados da Assembleia, que reunirá 310 delegados eleitos em dezenas de iniciativas preparatórias. Os camaradas Domingos Abrantes, do Secretariado, e Carlos Ramilides, ambos da Comissão Política do Partido, estarão presentes na Assembleia, que tem como lema «Com o PCP, desenvolver Setúbal, prosseguir Abril». A sessão de encerramento está prevista para as 18 e 30.

Sesimbra

● 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra, no dia 24 de Março (próximo domingo), no Externato Santa Joana. Participam os camaradas Valdemar, da Direcção Regional de Setúbal, e Manuel Sobral, do CC. «Será um grande acontecimento na vida democrática do concelho e um contributo para o reforço da luta

em defesa do Portugal de Abril», sublinha a Comissão Concelhia do Partido, órgão que será eleito na Assembleia, que vai analisar e votar o documento apresentado pela CC cessante.

Ovar

● 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ovar, dia 24 de Março (próximo domingo), a partir das 9 e 30, na Escola Preparatória local. A Assembleia fará o balanço da actividade do Partido neste concelho do distrito de Aveiro nos últimos oito anos, definirá medidas e orientações para o futuro e elegerá a nova Comissão Concelhia. Cerca das 17 horas começará a sessão de encerramento, estando prevista a actuação do Grupo de Música e Canções Populares da Branca (Albergaria-a-Velha), Jaime Serra e Vidal Pinto, ambos da Comissão Política do Partido, estarão presentes nesta Assembleia, que decorrerá com o lema «reforçar o Partido, defender Abril».

Marinha Grande

● 5.ª Assembleia da Organização Concelhia da Marinha Grande, dia 24 de Março (próximo domingo), a partir das 10 horas, na colectividade da «Ordem». Participa o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Lema da Assembleia: «Com o PCP, na defesa do concelho e da democracia». A discussão e votação do relatório da C. Concelhia cessante e a eleição da nova CC são pontos destacados da ordem de trabalhos prevista. Joaquim Gomes intervirá na sessão pública de encerramento da Assembleia.

Laranjeiro

● 3.ª Assembleia da Organização Local do Laranjeiro, dia 23 de Março (próximo sábado), a partir das 14 e 30 horas, no cinema do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL). Estarão presentes os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do Partido, e João Bernardino, do CC e da Direcção Regional de Setúbal. «Unir e lutar, continuar Abril, reforçar o Partido» é o lema da Assembleia.

Fafe

● 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Fafe, dia 13 de Abril, a partir das 15 horas, estando prevista a participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Tarouca

● 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Tarouca (distrito de Viseu), dia 14 de Abril, a partir das 10 horas, no salão dos Bombeiros de Tarouca.

**Centro de Trabalho da DORS
A campanha está lançada!**

«Em 1985 construir o novo Centro de Trabalho da DORS, mudar de Governo, mudar de política» — foi sob este lema que decorreu recentemente um plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP. O debate fez o balanço da actividade em 1984 e definiu tarefas para 1985, tendo em vista o reforço da organização e o melhoramento do seu trabalho político.

Presentes na mesa que dirigiu o encontro, efectuado no Centro de Trabalho da Conce-

lhia do Barreiro, os camaradas Blanqui Teixeira, do Secretariado, e Carlos Ramilides, ambos da C. Política do Partido, além, naturalmente, de outros camaradas com responsabilidades no distrito.

O encontro fez o lançamento da campanha de fundos para o Centro de Trabalho da DORS, velha aspiração dos comunistas da região de Setúbal, e, sem dúvida, uma necessidade fundamental para o desenvolvimento da acção política num distrito que é autêntico baluarte da democracia e onde o PCP

ganha cada vez mais prestígio e influência, bem patente não só entre os trabalhadores como nas populações locais.

A ORS do PCP, organização forte, combativa e influente, que continua a aumentar as suas fileiras e hoje ultrapassa já os 35 000 membros, não possui ainda instalações adequadas, capazes de garantir o eficaz funcionamento dos seus organismos mais responsáveis. Por isso decidiu a DORS dar início em 1985 à construção de um Centro de Trabalho, no próprio local onde hoje se situa

o Centro de Trabalho da Organização Concelhia de Setúbal, no n.º 35 da Avenida 5 de Outubro.

A campanha de fundos que agora se inicia em todo o distrito, não obstante as difíceis condições que aí se vivem, criadas pelos sucessivos governos de direita e agravadas pelo Governo PS/PSD, irá certamente ser um êxito, como sublinharam muitas das intervenções no plenário, pois encontrará o entusiasmo das populações que, de uma forma ou de outra, sempre têm apoio-

do as iniciativas do PCP.

Todas as organizações da ORS já discutiram e aprovaram as suas metas e planificaram a campanha. Começam a surgir as mais variadas iniciativas — almoços de convívio, festas locais, sorteios, bailes, espectáculos e muitas outras — que permite afirmar que a campanha já está na rua.

De entre elas, os camaradas da ORS dão especial relevo à iniciativa dos mil escudos por militante e às abordagens. Uma e outra reflectirão por um lado o empenhamento e o dinamismo dos militantes, por outro o prestígio e a influência do Partido junto dos numerosos amigos e simpatizantes e o seu forte enraizamento na população laboriosa do distrito.



conhecida pelo seu apego aos ideais da Revolução de Abril. Como se diz no primeiro número da «folha informativa» especialmente editada para o efeito pela SIPDORS, «a campanha está lançada!».

Braga

Medidas ditatoriais serão poucas para impedir a Festa da Alegria

«A prova clara do carácter fascista que envolve a actuação do pequeno ditador de Braga (Mesquita Machado) que, para fazer frente aos que se lhe opõem politicamente, não hesita na utilização ilegal, ilegítima e abusiva dos poderes que exerce» é, segundo a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP, o boicote por ele promovido à realização da tradicional Festa da Alegria.

Como aconteceu? Em Dezembro de 84, o PCP requereu, como é hábito, o Parque Municipal de Exposições. Uma vez que não obteve qualquer resposta até princípios deste mês, insistiu junto da respecti-

va administração. Foi-lhe então respondido que o Parque tinha alterado o seu regulamento, pelo que passava a ser impedida a sua utilização aos partidos políticos.

A DORM do Partido, ao lembrar que o objectivo imediato desta obstrução é a discriminação do PCP, uma vez que é o único partido que utiliza o Parque, salienta que esta decisão é inconstitucional, uma vez que os estatutos do Parque só podem ser autorizados pela Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara, o que não aconteceu.

Para o PCP a situação é bem clara: o Partido tem desenvolvido, ao longo dos tem-

pos, uma acção de desmascaramento «das ilegalidades e corrupção que campeiam na Câmara de Braga, de que é o maior responsável o senhor Mesquita Machado», daí que a decisão do conselho de administração não seja do que uma retaliação, não deixando de constituir «um acto ofensivo contra a cultura, a arte, os interesses da nossa cidade e contra os sentimentos democráticos de muitos milhares de pessoas que nela convivem».

A DORM do PCP, ao sublinhar que «a não realização da Festa da Alegria constituiria para a cidade de Braga e para a região uma grave perda no já pobre panorama político-cultural do Minho», declara que

«utilizará todas as formas de luta que lhe são facultadas pela Constituição e pela legalidade democrática para que sejam revistas as alterações ilegais realizadas no Regulamento do Parque».

Finalmente, o PCP reafirma que «a Festa da Alegria 85 se realizará na data prevista na cidade de Braga, caso não seja revista a decisão, em local ou locais ainda a serem estudados, e para a qual contará com o apoio e a solidariedade de toda a população, como tem sido exemplo nas festas anteriores».

A Festa da Alegria realiza-se nos próximos dias 12, 13 e 14 de Julho.

Campanha do Vitória

Um dia de salário para o Partido!

Não é fácil falar de uma campanha como a do Vitória, a decorrer na Organização Regional de Lisboa. É isto porque as iniciativas e os exemplos de empenhamento se desdobram e multiplicam. Pegamos no «material» que chegou à Redacção. Tenta-se o resumo e o «enquadramento» das informações, mas há sempre algo que fica de fora...

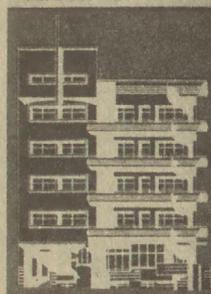
Podemos começar pelas abordagens e o trabalho de planificação que os camaradas da ORL realizam para essa im-

portante tarefa. Ou então pelas excursões, como as que se vão realizar no próximo dia 31 de Marvila (freguesia da cidade de Lisboa) para Avis, e da célula da GM de Lisboa para Vila Nova de Milfontes, bela praia alentejana. Ou ainda dos convívios, como o que está marcado para o próximo sábado no Centro de Trabalho de Arroios.

No bloco de apontamentos está ainda muita coisa... Que dizer, por exemplo, da facilidade com que o núcleo de emi-

grantes comunistas na Alemanha Federal (Langenfeld) juntou 685 marcos (à volta de 37 mil escudos) e os enviou para a campanha? Que dizer do esforço desenvolvido por muitos organismos na sensibilização para a campanha «um dia de salário para o Partido», que o «Executivo» da campanha do Vitória explica desta maneira:

Os 60 mil contos estão quase atingidos. Agora há que continuar durante mais algum tempo para se poder fazer as obras. Para isso, lançamos a campanha «um dia de salário para o Partido». Durante todo o mês de Março vamos procurar que todos os camaradas e amigos — muitos dos quais já contribuíram — façam mais um esforço entregando ao Partido o equivalente a um dia de salário ou outra quantia e ficando em seu poder com um cartão que se preparou para o efeito e no qual poderá encontrar essa ideia do reforço do Partido expressa numa passagem dum poema de Ary dos Santos.



Plenário da F. Pública hoje no CT de Alfama

A análise e discussão das conclusões da recente reunião do Comité Central do Partido preenchem a ordem de trabalhos do plenário para camaradas e amigos da organização da Função Pública da ORL, a realizar hoje (quinta-feira), a partir das 18 e 30 h. no Centro de Trabalho de Alfama. Participará a camarada Zita Seabra, deputada, e da C. Política do PCP.

Comunistas da Marinha Mercante

Está marcado para o Centro de Trabalho de Santos, em Lisboa, um plenário de militantes comunistas do sector da Marinha Mercante. A reunião decorrerá a partir das 19 horas de hoje (quinta-feira) e nela serão abordados os seguintes temas: situação política e social, conclusões da reunião do CC, situação na Marinha Mercante e tarefas gerais.

Encontro regional de quadros no Funchal

A organização, o trabalho do Partido e as próximas eleições autárquicas serão temas em foco no encontro regional de quadros da Madeira, a realizar no próximo sábado, dia 23, no Centro de Trabalho do Partido na cidade do Funchal. «É indispensável que a nível da organização do Partido se definam objectivos e direcções de trabalho e medidas orgânicas que se mostrem necessárias à preparação das eleições», sublinha o Executivo da DORAM do PCP em contacto com o «Avante!». O camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC, participará neste encontro, onde «será igualmente feito um balanço da actividade e da organização do Partido e analisadas as perspectivas para 1985». No final do encontro, cerca das 19 horas, haverá um convívio.

Célula da Centraler

Nas instalações do Centro de Trabalho do Partido em Sacavém, a dois passos de Lisboa, vai realizar-se já no próximo sábado, dia 23, um encontro de trabalhadores comunistas da Centraler. A iniciativa está marcada para as 15 horas e contará com a participação da camarada Marília Vilaverde Cabral, da DORL e do Comité Central.

Empresas dos Olivais

A organização dos Olivais realiza no dia 27, às 18 e 30 horas, um plenário de militantes de empresas a que estará presente um elemento da direcção do Partido. O encontro decorrerá no CT de Moscavide.

Centro de Trabalho de Alpiarça: inauguração a 5 de Outubro

Tudo indica que será possível inaugurar no dia 5 de Outubro deste ano o novo Centro de Trabalho do Partido na vila ribatejana de Alpiarça, concelho de fortes tradições democráticas. No momento em que a obra está já a 75 por cento, como sublinha a Comissão Concelhia, reforçam-se os apoios à ajuda financeira dos comunistas, dos antifascistas e democratas naturais de Alpiarça que residem fora do concelho, incluindo naturalmente os emigrantes. Na delegação da Caixa Geral de

Depósitos de Alpiarça está aberta uma conta para a campanha do CT, com o seguinte número: 0069/001635/530. «As participações podem ser endereçadas à Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP via V. Postal Internacional ou por cheque. Esta informação diz directamente respeito aos emigrantes.

Porto: entusiasmo na difusão da Imprensa do Partido

Prossegue na Organização Regional do Porto a campanha de difusão da Imprensa do Partido. Um cartaz e o primeiro «jornal da campanha» circulam nas várias organizações que continuam o trabalho de discussão e definição de objectivos a vários níveis, de consideração e resolução de problemas técnicos de distribuição, transporte e pagamento da imprensa do Partido, de alargamento do número de difusores e de indicação de responsáveis pela tarefa em todas as organizações.

Mas a campanha está em marcha e organizações há que aumentaram já significativamente a difusão e que têm promovido várias iniciativas, como a de Gaia, por exemplo, que assinou a passagem do aniversário do «Avante!» com uma grande venda pública do «Avante!» e uma sessão-debate com a presença do camarada Dias Lourenço. A organização local do Porto organiza regularmente, aos fins-de-semana, iniciativas «porta-a-porta» nos bairros e também bancas nos lugares mais movimentados da cidade.

Os camaradas da Maia resolveram alguns problemas de transporte e distribuição que lhes permitiu dar um grande passo na difusão da Imprensa do Partido. Mas não só. Dum «porta-a-porta» no principal bairro da vila, resultou uma encomenda regular de «Avantes!» para aquele bairro. Ainda na Maia os camaradas decidiram fazer semanalmente, ao sábado, uma banca num lugar muito movimentado. Criaram então um expositor transportável, que permite às pessoas tomarem contacto com a edição do «Avante!». Também neste concelho, um camarada, que há pouco mais de um ano era do PS, depois de ter ido pela primeira vez em 84 à Festa do Avante!, mostrou-se sensibilizado para a importância do nosso jornal, contactado pelos camaradas da comissão local, aí está um difusor de 30 Avantes (para já).

Mas também Gondomar, Valongo e Santo Tirso, realizaram ou vão realizar bancas e «porta-a-porta». Outra importante forma de dinamização da campanha são as reuniões de difusores que estão já programadas na organização local do Porto, em Matosinhos, em Amarante e Felgueiras.

Há pois que desenvolver e animar mais e mais a campanha, há que levar a Imprensa do Partido a toda a parte.

CT de Alcácer

Integrado nas comemorações do 64.º aniversário do PCP decorreu em Alcácer do Sal, a jornada de inauguração do Centro de Trabalho (provisório), num almoço que reuniu 200 camaradas e alguns democratas.

No almoço, caracterizado por um ambiente de grande satisfação e confiança, entrevistaram os camaradas Carlos Ramilides, membro da Comissão Política, que falou sobre a situação social e política actual e Américo Leal, do CC e DORS, que abordou a vida do Partido no concelho.

Seguiu-se um plenário para discussão da Festa do Sado, aberto a todos os presentes.

O almoço comemorativo teve a colaboração do grupo musical de Casabres e terminou num ambiente de festa popular.

É ideia geral de que o novo Centro de Trabalho contribuirá fortemente para a conciliação do trabalho do Partido e reforçará a influência do PCP nas próximas eleições autárquicas e legislativas.

Trabalhadores

Nos 10 anos da Banca Tónica na má gestão e no reforço da unidade

Entre as comemorações que este ano assinalaram o décimo aniversário da nacionalização da banca em Portugal, merecem destaque especial as de Lisboa e do Porto. Num colóquio nesta cidade, em que participaram economistas — Carlos Gomes, Daniel Bessa, José Maciel e Manuel dos Santos, designadamente — a tónica foi posta na má gestão da banca nacionalizada. Afirmou-se a dada altura que «embora a nacionalização dos bancos tivesse como consequência uma maior abertura no acesso ao crédito e um alargamento dos serviços prestados, a verdade é que, por falta de uma reestruturação, tantas vezes reclamada, do sistema bancário nacionalizado (em cuja gestão os trabalhadores participam)», este surge perante a opinião pública com uma ima-

gem negativa pela qual os seus trabalhadores não podem ser responsabilizados». Em Lisboa, a principal iniciativa das comemorações pertenceu à lista de unidade que concorrerá às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em 30 de Abril. Daniel Cabrita, cabeça de lista, fez uma documentada intervenção, durante o jantar comemorativo da efeméride, que reuniu na Casa do Alentejo, sexta-feira passada, mais de trezentos trabalhadores bancários.

Uma candidatura para defender a nacionalização

Em nome de toda a lista, Daniel Cabrita, depois de lembrar que «pela primeira vez» a

iniciativa das comemorações em Lisboa cabia a uma candidatura, frisou que «essa candidatura se afirma publicamente, sem tibiezas ou falsas intenções, como defensora da nacionalização da banca e, consequentemente, do regime democrático constitucional que a sustenta».

Essa atitude, disse, «marca um profundo contraste com a direcção do nosso Sindicato que, embora vinculada às decisões dos Congressos, que são no sentido da defesa da banca nacionalizada, adopta um comportamento altamente duvidoso e mesmo de conivência com a abertura do sector à iniciativa privada».

Depois de assinalar que se verifica hoje o financiamento da banca privada à custa da banca nacionalizada, a par dos

exemplos de «má gestão e até de corrupção», enquanto se avolumam «os casos de repressão e intimidação sobre estruturas e representantes dos trabalhadores bancários», Daniel Cabrita frisou a necessidade de alterar a situação, o que «só pode ter lugar com a eleição da lista de unidade».

No sector dos seguros, as nacionalizações foram comemoradas em Lisboa com um jantar promovido pela Comissão Coordenadora Nacional das Comissões de Trabalhadores e pela Comissão Coordenadora dos Gestores Eleitos ao abrigo da Lei 46/79 e que ainda não foram empossados, pois este Governo, à semelhança dos imediatamente anteriores, se recusa a cumprir o que está legalmente estabelecido nesse campo para o sector empresarial do Estado.

Lutas e tarefas

● I Encontro Regional de Educação Pré-Escolar — Decorre hoje e amanhã, no Instituto Nacional de Investigação das Pescas, em Algés (Lisboa), o I Encontro Regional de Educação Pré-Escolar. Organizado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), o Encontro contará com a participação de vários especialistas nesse grau de ensino, ministrado até os 3 anos (infantários) e dos 3 aos 6 (jardins de infância). No passado dia 12, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusava a secretária de Estado da Segurança Social, Leonor Beleza, de, por despacho próprio, ter «agravado escandalosamente as mensalidades» nesses estabelecimentos para a infância. Afirma a Federação que «o custo médio mensal por criança passou de 4210 escudos para 8000 escudos, mantendo-se a mesma tabela de captações», na qual todos os agregados familiares com mais de 15.500 escudos mensais (média) pagam o máximo previsto». Portugal é o país da Europa com menor taxa de frequência na educação pré-escolar, lembra o SPGL organizador do Encontro.

● Protesto dos médicos policlínicos — Os P4 (policlínicos licenciados em 1981) aprovaram no passado dia 6, por 200 votos e uma abstenção, uma proposta entregue ao Governo e outros órgãos de soberania, com várias reivindicações e protestos respeitantes a exames de concurso. Depois da reunião no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde foi aprovada aquela proposta, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul publicou no dia 12 uma nota com várias considerações sobre a movimentação reivindicativa dos policlínicos. Reafirmando a sua disposição para o diálogo com as entidades oficiais envolvidas, o Sindicato revela a decisão de «impugnar juridicamente a data do teste "marcado" pelo Ministério da Saúde para 23 de Março, porque este não cumpriu os requisitos legais nesta matéria, nomeadamente a publicação em "Diário da República" da data do teste, da composição do júri de exame e do mapa de vagas». O Sindicato apoia, a todos os níveis, «a justa luta dos médicos policlínicos em defesa dos seus legítimos interesses e aspirações».

● Transportes na Presidência da República — «A situação que se vive no Metro, na Carris, nos STCP (transportes Colectivos do Porto) e na RN — empresas do sector empresarial do Estado, cujos conselhos de gerência prosseguem com uma política que põe em causa a estabilidade económica-financeira» de todas elas — foi exposta durante uma audiência na Presidência da República pela FESTRU, no passado dia 12. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, que emitiu um comunicado depois da audiência, refere vários pontos da exposição que fez àquele órgão de soberania; entre eles: os reflexos da má gestão daquelas empresas sobre os trabalhadores e as populações; a ausência de planeamento no sector, a falta de um Plano Nacional de Transportes; e «os aspectos lesivos para os trabalhadores do sector, insertos no decreto regulamentar em discussão entre a Secretaria de Estado dos Transportes, os conselhos de gerência e a ANTRUP (associação patronal), visando rever condições de trabalho e que a FESTRU tem vindo a denunciar».

● «A lei 68/79 consagra uma forma especial de protecção dos representantes dos trabalhadores» — O Tribunal Constitucional acaba de confirmar (acórdão 126/84, publicado no

Poder local

Loures — investigação

O presidente da Câmara Municipal de Loures enviou no passado dia 5 um ofício ao ministro da Administração Interna solicitando que seja determinado à inspecção que se encontra em curso no município a investigação de 48 processos de obras com indício de ter havido irregularidade na sua apreciação e aprovação.

A grande maioria dos processos em causa foram aprovados em 1981, durante o período de vigência da comissão administrativa composta por autarcas do PS e da "AD" e que administrou a Câmara até às eleições intercalares de 11 de Outubro.

A inspecção, idêntica à efectuada o ano passado que concluiu não haver qualquer irregularidade na gestão do município, não se tem preocupado com os verdadeiros escândalos de aprovação de urbanizações pela anterior administração do PS e parece mais preocupada em encontrar motivos para que o ministro da Administração Interna possa ir de encontro aos pedidos de demissão dos membros partidários do PS, ou seja, a demissão do presidente da Câmara por decisão administrativa do MAI ao abrigo da lei da tutela que o Governo pretende aprovar.

Loures ainda

O PS, em Loures, balança-lhe o coração e a cabeça. Se por um lado faz coro com os dirigentes do partido e do Governo na tentativa de deitar abaixo, pelos processos menos claros, a administração APU, por outro lado mostra-se contrário aos desígnios governamentais no que eles têm de mais escandaloso. Foi o que aconteceu recentemente no debate na Câmara sobre a lei das rendas de casa, havendo os vereadores do PS apresentado uma moção condenando a forma como o Governo pretende aprovar a referida lei que, afirmaram, poderá degradar ainda mais o precário orçamento familiar de mais de um milhão de portugueses.

A moção provocou grande celeuma entre os vereadores do PSD e do CDS que chegaram a convidar os seus colegas do PS a retirá-la, dado que desacreditava o Governo e a coligação perante a opinião pública. A moção foi aprovada com os votos favoráveis do PS e da APU contra a ex-"AD". O presidente, camarada Severiano Falcão, lembrou na altura que os subsídios que o Governo pretende atribuir às famílias que não possam suportar as novas rendas, saem do «bolso» das autarquias através da contribuição predial paga às câmaras.

Faro — a legalidade PS/PSD

Apesar de haverem concordado com as razões que levaram a APU a propor a anulação da taxa do lixo em Faro, os eleitos do PS e do PSD, com os seus votos na reunião da Assembleia Municipal de 11 do corrente, voltaram com a palavra atrás e, a pretexto de que seria um «desprestígio» para a Câmara recuar em tal matéria, acabaram por aprovar a taxa ilegal de recolha do lixo.

No seguimento destas deliberações da AM e na reunião da Câmara do dia seguinte, o presidente, invocando falsas razões, destituíu de forma arbitrária e prepotente o vereador da APU, engenheiro Eurico Antunes, das funções a tempo inteiro, retirando-lhe os pelouros da habitação e saneamento básico que estavam sob a sua responsabilidade.

Significativamente nessa mesma reunião, com os votos do PS, PSD e CDS, foi repescado um vereador do PS que há 15 meses

estava ausente da Câmara e com o seu mandato perdido... A APU, que garante ao povo de Faro a continuação da sua luta contra a taxa injusta, continua com dois vereadores na Câmara que, apesar das maiores dificuldades, prosseguirão com firmeza o seu trabalho contribuindo para a solução dos problemas.

Madeira

Na última reunião da Assembleia Municipal de Santa Cruz — Madeira — realizada em 28 de Fevereiro passado, a Câmara apresentou uma proposta a fim de obter autorização da AM para se integrar na Associação dos Municípios da região.

O objectivo — longe de ser o da resolução dos problemas das populações — era apenas participar no jogo que as câmaras PPD da região querem lançar em consórcio com uma empresa estrangeira, a LIRAM — «lotarias instantâneas»... —, jogo suspenso pelos tribunais depois de uma queixa apresentada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Agora, as câmaras do PPD pretendem mudar o nome às lotarias para que tudo fique na mesma. Desta forma pretendem escapar ao contencioso jurídico com a Santa Casa de Misericórdia.

O vogal da APU votou contra a proposta declarando que só votaria favoravelmente se a Associação dos Municípios criada na Madeira tivesse como objectivo a criação de empresas de tratamento de lixo, saneamento básico ou de construção de estradas. A proposta da Câmara, foi aprovada com o apoio do PS que se juntou ao PPD nos insultos e ataques à APU.

Encontros

● Porto — O balanço da actividade dos eleitos da APU, a discussão e levantamento dos problemas das populações, a análise da actuação das outras forças políticas, a discussão e perspetivação do trabalho com vista às próximas eleições autárquicas bem como a definição de objectivos — tem sido motivo para reuniões que por todo o distrito se têm realizado ou estão programadas, envolvendo centenas de eleitos, activistas e simpatizantes da APU.

Foi assim em Valbom e S. Pedro da Cova (Gondomar), onde se realizaram reuniões amplas das freguesias, na Maia onde se realizou um encontro concelhio, e em Matosinhos onde além de uma reunião da freguesia teve lugar um encontro concelhio.

● Oeiras — Com a participação de cerca de 100 quadros realizou-se no passado dia 9, no CT de Oeiras do PCP, um encontro sobre Poder Local, com o objectivo de reforçar o trabalho nas autarquias para melhor resolver os problemas da população e de definir as perspectivas para o ano corrente tendo em conta a realização das eleições autárquicas. No encontro participou o camarada José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP.

● Silves — Realizou-se em Silves, no passado sábado, na Sociedade Filarmónica, o encontro da APU. Com a presença de mais de 180 pessoas, representantes de assembleias e juntas de freguesia do concelho, membros da Assembleia Municipal os vereadores da APU na CMS, e muitos activistas — procedeu-se à análise do trabalho realizado pela APU no concelho no actual mandato; examinou-se a actuação da Câmara de maioria PS, e definiram-se as linhas de trabalho para os próximos meses nomeadamente para a intervenção nas eleições autárquicas que terá lugar no fim do ano.

Terra

IV Encontro de operárias Agrícolas

Mulheres reforçam organização e luta

Com a participação de 490 delegadas e de mais de uma centena de convidadas realizou-se no passado domingo, no Teatro Curvo Samedo, em Montemor-o-Novo, o IV Encontro das Operárias Agrícolas do Distrito de Évora.

A iniciativa partiu do Sindicato do sector e em debate estiveram, designadamente, a luta contra o desemprego (neste momento atinge cinco mil trabalhadoras naquele distrito) e a defesa da Reforma Agrária.

Durante o debate várias oradoras puseram em destaque a necessidade de que as mulheres tenham uma maior participação na vida activa, social, económica e política, bem como um maior acesso às actividades remuneradas e ao reconhecimento do seu trabalho

como um valor social e económico do País.

Nesse sentido, as participantes decidiram, desde já, intensificar a sua participação no trabalho sindical e em todas as acções de luta que venham a ter lugar com vista à defesa dos seus interesses e direitos, nomeadamente nas Marchas contra o Desemprego que confluirão para Évora, nos dias 19 e 20 de Abril, partindo de Mora, Vendas Novas, Estremoz, Alandroal e Portel.

Várias intervenções — ao longo de um debate vivo e muito participado — foram particularmente críticas em relação à política de agressão contínua levada a cabo pelo Governo PS/PSD contra a Reforma Agrária, bem como outras medidas recentes, como a le-

gislação relativa ao desemprego, a proposta de lei de aumento das rendas de casa, e o constante agravamento do custo de vida.

Ao diagnosticar o problema do desemprego o Encontro revelou alguns números que dão uma ideia da dimensão que o flagelo atingiu no distrito: dos 15 mil desempregados, sete mil são trabalhadoras agrícolas, e destes, 70 por cento são mulheres; no conjunto apenas 28 por cento estão a receber subsídio de desemprego.

Ao determinar as causas da situação presente as delegadas do Encontro concluíram que o desemprego não constitui uma fatalidade e que se não fosse a ofensiva contra a Reforma Agrária nem o abandono a que os agrários votam

● Apoio às Marchas Contra o Desemprego marcadas para 19 e 20 de Abril

as terras, não só haveria trabalho para todos como, muito provavelmente, «seria preciso ir às freguesias vizinhas contratar gente».

Nas conclusões aprovadas no final dos trabalhos, para além do apelo à integração das mulheres na vida sindical, «como delegadas, dirigentes e activistas», salienta-se que as mulheres operárias agrícolas mantêm a sua firme disposição de continuar a lutar «contra o desemprego, as terras abandonadas, a sabotagem económica», a reactivar a deslocação de delegações de desempregados «aos órgãos de soberania, e a intensificar a luta pelo direito ao trabalho, junto das herdades e barragens abandonadas dos grandes agrários capitalistas».

Illegalidades do Governo defrontam resistência

Confirmando as denúncias que os trabalhadores agrícolas e suas organizações têm insistentemente feito nas últimas semanas, aí está o Governo PS/PSD — mesmo ainda sem a nova lei do latifúndio aprovada — a cometer flagrantes ilegalidades e a preparar novos ataques contra a Reforma Agrária.

Na UCP's «5 de Outubro» e «25 de Abril» situadas respectivamente nas freguesias do Cano e da Casa Branca, concelho de Sousel, funcionários dos serviços regionais do Ministério da Agricultura com a cobertura de um aparato policial composto por cerca de quatro dezenas de soldados da GNR, armados de cães e viselras, tentaram na última segunda-feira entregar cinco reservas a seis indivíduos que a elas não têm direito.

Totalizando cerca de 800 hectares as reservas em terras da «5 de Outubro» estão situadas em duas herdades (D. Pedro e Louvado), terras que constituem, neste momento, o coração da Cooperativa.

Em face da ilegalidade da entrega (que a ir por diante comprometeria seriamente o futuro da UCP) os trabalhadores — contando com a solidariedade da população do Cano e de outras Cooperativas vizinhas — opuseram-se nesse mesmo dia à entrega, ocupando com as suas máquinas as instalações no monte da herdade D. Pedro.

Parante a determinação dos trabalhadores e populares — em número superior a quatrocentos — a GNR acabou por

abandonar o local ao fim da tarde, a ele voltando no dia seguinte, pelas seis da madrugada, ocasião que aproveitou para ocupar a herdade impedindo o acesso de quaisquer máquinas.

Seguros da sua razão e de que o que está em jogo é o seu pão e dos seus filhos, os trabalhadores afirmaram solenemente a sua disposição de voltar às terras, independentemente do curso imediato dos factos.

A ilegalidade destas reservas reside no facto, segundo os trabalhadores, (opinião que é corroborada pelo próprio Centro Regional) de que os indivíduos que pretendem receber as reservas para além de já possuírem muitas terras, pertencem todos à mesma família (quatro são irmãos) e que, caso a ilegalidade se concretizasse, permitiria a reconstrução de um autêntico latifúndio.

Refira-se, por último, o grande movimento de solidariedade que se gerou em toda a população, a qual, independentemente das ideias de cada um, conhece bem os extraordinários benefícios que a Reforma Agrária introduziu na freguesia, bens de que todos se servem como, por exemplo, o supermercado ou o lagar de azeite.

Évora

Entretanto, no distrito de Évora, o Governo prepara-se também para intensificar o roubo de terras à Reforma Agrária. Segundo uma nota distri-

buida à imprensa do Secretariado das UCP's/Cooperativas daquele distrito está prevista para hoje, quinta-feira, a tentativa de entrega de uma segunda reserva ao agrário Alberto Mugna Fragoos Fernandes, em terras da UCP «Povo Alcaçovense», em Viana do Alentejo.

Esta segunda reserva, de 309,5 hectares, abrange as herdades Seixinho, Seixo Grande, Lobeira e Sobral, e se o despacho viesse a ser executado a UCP (hoje com 60 trabalhadores) ficaria reduzida a pouco mais de 300 hectares de terra sem condições, o que inevitável desemprego para a quase totalidade dos cooperantes.

A ilegalidade deste despacho reside na circunstância do agrário, juntamente com o seu irmão Marcos Mugna, já ter recebido em Agosto de 1980, uma reserva de 475,5 hectares.

Ora, segundo o Secretariado

de Évora, em todo o processo relativo a este caso, sempre apareceu a referência a uma única empresa agrícola, substanciada numa casa agrícola na qual se incluía a exploração de todo o latifúndio. Deste modo, e de acordo com a lei, só haveria lugar quanto muito, a uma reserva.

Só que, dada a insatisfação dos agrários Mugna, o MAP não está com meias medidas, trata de revogar os despachos (mas mantendo a terra já entregue nas mãos do agrário) fazendo agora novo despacho onde atribui duas reservas: uma para cada irmão de acordo com os seus desejos.

Inconformados com esta situação os trabalhadores já interuseram junto do Supremo Tribunal Administrativo um pedido de suspensão de execução do acto, mantendo-se dispostos a resistir e a tudo fazer para impedir que se consumme tamanha ilegalidade.

Assembleia da República

Governo dá os Açores e a maioria deixa

Tudo é de esperar de uma maioria obediente. Que diga que sim a tudo, mesmo ao que é de tal modo escandaloso como os acordos celebrados sub-repeticamente entre os Governos portugueses e dos Estados Unidos sobre os Açores. Apresentados recentemente à ratificação da Assembleia, os acordos já celebrados tinham permanecido na sombra, desconhecidos do público. Com base na inconstitucionalidade — que provocou aliás nos debates — o PCP recorreu da admissibilidade das propostas de resolução que o Governo apresentou com vista à aprovação dos mesmos.

A contestação dos acordos já tem a sua história. E ainda recentemente a Assembleia Regional dos Açores, por unanimidade, se pronunciou contra o acordo laboral celebrado entre os Estados Unidos e o Governo português, atentatório dos direitos dos 1500 trabalhadores portugueses que nomeadamente trabalham nas instalações militares americanas das Lajes. Há alguns meses, por outro lado, a Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais da mesma Assembleia Regional havia classificado o acordo técnico como «gravoso para a soberania nacional» e sublinhado que «os arranjos técnicos incluem cláusulas de tal gravidade que o Governo central se viu carente de cobertura da AR através de autorização legislativa».

Esta contestação, que na Assembleia da República teve expressão na votação

do recurso dos comunistas — votaram o PCP, o MDP, a UEDS contra a maioria secundada pelo CDS e ASDI — se não conseguiu impedir a admissibilidade trouxe pelo menos ao de cima a gravidade do que este Governo é capaz, não recuando em «vender» praticamente a soberania nacional, e do que é capaz a sua maioria venedora. Por outro lado, com os comunistas votaram ainda 2 deputados socialistas dos Açores, todos os deputados do PSD dos Açores e da Madeira e registou-se também a abstenção de dois outros deputados do PS.

O acordo técnico que não tem prazo estabelecido entre as duas partes — EUA e Estado Português — não prevê também qualquer regime de revisão. A sua «operatividade» é, entretanto, extrinsecamente lata e dá os Açores de mão beijada aos Estados Unidos colocando o território nacional ao serviço dos propósitos belicistas do imperialismo norte-americano.

Para além de alargar as áreas, os edifícios e as instalações — algumas secretas — concedidas aos EUA, prevê a instalação de novas pistas de aviação, a militarização do aeroporto de Santa Maria, a utilização militar do aeroporto de Ponta Delgada e facilidades de treino em outros aeroportos açorianos. Os Açores, parte integrante do território nacional, vão passar a ser apenas uma base americana. Se os planos dos governantes portugueses forem avante com esta maioria a apoiar.

Internacional

Os funerais de Tchernenko

«Hoje, ao dar o último adeus a Konstantin Ustinovitch Tchernenko, declaramos com firmeza perante o povo soviético a nossa vontade inabalável de servir fielmente as causas do socialismo e do comunismo, da paz, do progresso social e o bem-estar dos trabalhadores. «Continuaremos a trabalhar para alcançar os objectivos fixados pelo XXVI Congresso do PCUS, pela reunião de Novembro de 1982 e outras reuniões plenárias do Comité Central, para reforçar o desenvolvimento económico e social do país, aumentar o poderio económico e defensivo da URSS, satisfazer as crescentes aspirações do povo soviético e melhorar as condições de vida e de trabalho do povo, que sempre foram e continuam a ser a principal preocupação do Partido e do Estado. Tudo faremos para que sejam respeitadas a ordem e a legalidade, a disciplina no Partido e no Estado.»

Foi com estas palavras que Mikhail Gorbachev, secretário-geral do PCUS, assinalou o último adeus ao dirigente soviético Konstantin Tchernenko, falecido no passado dia 10, após ter salientado as suas qualidades como estadista e o seu inegável empenho na defesa da União Soviética, no reforço da unidade da comunidade socialista e na conjugação de esforços na luta pela paz no mundo.

Os funerais de Tchernenko, cujo corpo esteve em câmara ardente na Casa dos Sindicatos de Moscovo, reuniu na capital soviética chefes de Estado, governantes e representantes de partidos e movimentos de libertação de todo o mundo. Tónica comum nas mensagens de condolências, o reco-

nhecimento do empenhamento de Konstantin Tchernenko, como chefe de Estado e dirigente do PCUS, na defesa da paz. Isso mesmo foi salientado por Perez de Cuellar, secretário-geral das Nações Unidas, ao afirmar que o malogrado dirigente soviético foi profunda e sinceramente fiel à causa da paz e do entendimento entre os povos e sempre revelou enorme interesse na solução pacífica dos problemas litigiosos. Em sinal de luto, as bandeiras estiveram a meia haste nas Nações Unidas, o mesmo sucedendo em inúmeros países.

Na União Soviética, milhares de cidadãos e representantes de trabalhadores prestaram a sua homenagem a Tchernenko desfilando na Sala das Colu-

nas da Casa dos Sindicatos, onde o corpo esteve exposto; muitos milhares participaram também nas exéquias fúnebres, tendo o momento em que Tchernenko foi sepultado na muralha do Kremlin, na Praça Vermelha de Moscovo, sido assinalado em todo o país.

O trabalho paralisou durante cinco minutos, e nas unidades de laboração contínua, nos caminhos-de-ferro e nos navios das frotas fluviais e marítimas fizeram-se ouvir as sirenes. Ao mesmo tempo, em todas as capitais das repúblicas federadas e nas cidades heróicas da URSS, em onze fusos horários diferentes, foram disparadas salvas de artilharia.

Mas, como afirmaram vários dirigentes do PCUS, a melhor forma de honrar a memória de Tchernenko é prosseguir o seu exemplo, trabalhando por um futuro de progresso e de paz. As palavras de Mikhail Gorbachev a esse respeito são particularmente importantes, pois afirmam a continuação da política leninista de paz da URSS, sublinhando que nas relações internacionais é necessária a força do exemplo e não a força das armas.

Conforme informámos na passada semana, o PCP esteve representado nos funerais pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral.

«A vingança de Israel» Um crime contra a Humanidade

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunido na terça-feira da semana passada, não aprovou uma resolução condenando as chacinas que Israel está a levar a cabo no Líbano devido ao veto dos Estados Unidos. De acordo com a embaixadora norte-americana, Jane Kirkpatrick, o texto da resolução vetada era «injusto» para com Israel.

O primeiro morto jaz com o rosto voltado para o céu: as moscas passeiam-lhe pela boca aberta...

O segundo, esventrado, está carbonizado no interior do carro, mãos crispadas como se ainda estivesse a controlar o volante...

Os cinco cadáveres seguintes estão despedaçados no interior de três veículos nos quais tentavam abandonar a aldeia. Um deles perdeu a vida num carro esmagado por um tanque.

Quando os jornalistas penetraram em Zariye segunda-feira, pouco depois das 16 horas, contaram rapidamente sete mortos.

As mulheres estavam a sair de casa, aos gritos, algumas rolando pela terra.

Um homem idoso corria, com os braços em cruz, pela rua fora, em pranto, procurando familiares.

Não fazia parte das dezenas de homens presos e levados em dois autocarros pelos soldados israelitas.

Todos os automóveis encontrados foram metralhados ou esmagados e alguns tinham manchas de sangue no interior.

Alguns deles ainda ardiam. Numerosas casas estavam destruídas; todas as grades e portas de garagens e lojas tinham sido arrancadas.

Os israelitas, segundo vários testemunhos, reuniram depois todos os homens na praça da aldeia e deixaram as mulheres dentro das casas, a que aliás passaram em revista.

Disparavam sobre o que quer que fosse que mexesse.

Os soldados israelitas interrogaram sumariamente os homens, tomaram nota dos nomes em listas previamente preparadas, segundo disseram os habitantes, que afirmaram que pelo menos duzentas pessoas foram levadas «por eles».

No fontanário da aldeia ficou a seguinte inscrição: «A vingança das forças armadas de Israel».

Até quando?

A localidade de Zariye é uma aldeia do Sul do Líbano, situada dois quilómetros a norte da zona ocupada pelo exército sionista após a sua preten-

sa retirada para sul do rio Litani. O massacre de segunda-feira foi o segundo de que foram vítimas os seus habitantes num curto espaço de tempo, pois já nos finais de Fevereiro os israelitas haviam destruído várias casas.

A descrição da chacina de Zariye que transcrevemos foi feita por um jornalista da agência France Press, que esteve no local. A «operação», segundo fontes militares israelitas permitiu abater «34 terroristas».

Perante estes dados e retomando o veto norte-americano no Conselho de Segurança à condenação de Israel, por «injusto», a capacidade de indignação corre o risco de esgotar-se, abatida pelo peso da impunidade de quem a provoca. Como disse o embaixador do Líbano nas Nações Unidas, o veto norte-americano deixa

as populações libanesas à mercê do exército israelita, encoraja Israel a continuar a sua política brutal e a desafiar o Conselho de Segurança e a Comunidade Internacional.

Até quando continuará a permitir-se que isto suceda? Que mais será necessário para que a comunidade internacional tome medidas efectivas que ponham cobro à bestialidade de israelita apadrinhada pela administração Reagan?

Israel invadiu o Líbano, matou, destruiu, pilhou, torturou, prendeu, impôs a sua própria lei em todos os domínios, violou todas as normas da convicção internacional. E continua a fazê-lo, reclamando ainda o direito de se vingar contra os actos patrióticos dos libaneses em luta contra a ocupação. Como se em vez de resistir as

populações libanesas tivessem obrigação de se submeter ao invasor sionista, de deixar espelhar a independência do seu próprio país, sem um protesto, seja ele qual for. Lutar contra a política agressiva do imperialismo é um dever, juntando tantas forças como as que for possível reunir. Por solidariedade com os que hoje são as suas vítimas mais directas, mas também por nós próprios. Pelo direito de nos respeitarmos como seres humanos. Para que amanhã não seja a nossa a casa a ser invadida!

Enquanto nas Nações Unidas os EUA vão velando condenações «injustas» a Israel!

E preciso não perder a capacidade de indignação, de protesto, seja ele qual for. Lutar contra a política agressiva do imperialismo é um dever, juntando tantas forças como as que for possível reunir. Por solidariedade com os que hoje são as suas vítimas mais directas, mas também por nós próprios. Pelo direito de nos respeitarmos como seres humanos. Para que amanhã não seja a nossa a casa a ser invadida!



Uma imagem que se tornou vulgar no Líbano

LÍBANO

Tentativa de golpe de Estado

As milícias fascistas do Partido Falangista libanês, chefiadas por Samir Geagea, intentaram na semana passada uma série de acções armadas tendentes a neutralizar os sectores do partido fiéis a Amin Gemayel, presidente dos falangistas e chefe de Estado libanês.

Os confrontos registados entre as várias facções, e designadamente entre os falangistas de Geagea e as forças patrióticas libanesas, colocaram uma vez mais na ordem do dia o espectro da guerra civil libanesa, como alguns órgãos de informação prontamente se apressaram a noticiar. Ainda que não claramente expressa, a ideia de inviabilidade do Líbano tornou a ser lançada entre apontamentos de novos recontros sangrentos entre «muçulmanos» e «cristãos». Inviabilidade como país autónomo, entendam-se.

Mas será que é assim? Sem procurar subestimar a importância e gravidade dos problemas que decorrem do confessionalismo em que ainda assenta a organização política e social libanesa, importa no entanto não perder de vista as principais causas que impedem a resolução da crise no Líbano: a política de defesa dos interesses vitais norte-americanos na região e a ocupação israelita.

É do conhecimento geral que a decisão de Shimon Perez de retirar do Líbano se deve sobretudo à pressão po-

pular e à incapacidade económica e militar em manter uma situação que implica pesados custos materiais e humanos, num momento em que Israel vive ou sobrevive exclusivamente à custa dos dólares fornecidos por Washington.

Mas é também sabido que as tropas sionistas «não podem» retirar do Líbano sem esgotar todas as possibilidades de deixarem em seu lugar quem garanta o desenvolvimento de uma política conforme com os interesses sionistas e, em particular, com os interesses norte-americanos. Para isso se têm vindo a estreitar nos últimos anos as relações entre os sionistas e as milícias fascistas do Partido Falangista.

De referir, a propósito, o fornecimento de armas às chamadas «Forças Libanesas», braço armado dos falangistas.

Se hoje os sectores mais reaccionários do Partido Falangista se opõem a Amin Gemayel, seu presidente, tal deve-se ao facto do presidente libanês ter vindo a ser forçado, desde a derrota militar falangista face à oposição patriótica no Outono de 1983, a negociar com os seus principais oposito-

res. As negociações de Genebra e Lausanne entre Gemayel e os sectores progressistas libaneses forçaram à formação de um governo de unidade nacional, à revogação do acordo assinado com Israel em Maio de 1983 e ao estreitamento das relações com a Síria.

E se é verdade que os problemas do Líbano não se resolveram de então para cá — e a ocupação israelita não foi de certo o menor dos impedimentos —, não é menos certo que se conseguiu evitar a degradação da situação e pôr cobro em grande parte aos combates fratricidas.

Por outro lado, importa ter presente que o movimento fascista de contestação a Gemayel se agudiza num momento em que se anunciam reformas democráticas impostas pelas forças progressistas do Partido Socialista de Walid Jumblatt e do movimento shiíta Amal. É elucidativo que entre as reivindicações de Samir Geagea conste o desenvolvimento das relações com Israel e o corte de relações com a Síria! Tão elucidativo como o facto da aviação israelita sobrevoar provocatoriamente Beirute enquanto o governo libanês reúne de emergência para analisar a situação provocada pelas milícias da Falange, como sucedeu antecorrente.

Pretender ignorar que os acontecimentos no Líbano se assemelham em tudo a uma tentativa de golpe de Estado inspirado por Israel, é antes do mais contribuir para que a guerra prosiga naquele tão martirizado país e lançar mais achas na fogueira na iminente generalização do conflito israelo-árabe.

Ao abrigo dos acordos existentes com o Líbano, a Síria está a postos para uma eventual intervenção militar. Como afirmou o vice-presidente sírio, Abdel Halim Khaddam, após uma reunião em Damasco com o primeiro-ministro libanês, Rachid Karame, e o presidente do Partido Socialista Progressista do Líbano, Walid Jumblatt, a Síria não pode assistir indolente a qualquer movimentação no Líbano que seja dirigida por Israel, ou que sirva os objectivos israelitas no Líbano, ou ainda que prejudique os interesses nacionais libaneses ou da nação árabe.

Palavras que, a prosseguir a criminosa política de Israel, podem ser o prólogo de uma nova guerra. Como afirmaram no sábado em Telavive os participantes na mais importante manifestação pacifista realizada após a formação do governo de Shimon Perez, é preciso deixar imediatamente o Líbano. Basta de sangue inútil.

Mineiros britânicos

Apagar um ano de greve?

A longa greve dos mineiros britânicos tem uma história que se inicia bem antes de Março de 1984, quando o NUM, União Nacional de Mineiros, declarou a greve face à decisão, divulgada pela Empresa Nacional de Carvão (NCB), de encerrar por menos de 20 minas das 174 existentes, suprimindo simultaneamente 20 mil postos de trabalho; e reduzir a produção britânica de carvão em cerca de quatro milhões de toneladas, o que na prática afecta 70 mil postos de trabalho.

Em 1978, um relatório do grupo de trabalho do Partido Conservador para as indústrias nacionalizadas foi divulgado pelo «Economist». Al se colocava com toda a clareza o objectivo de vergar o movimento sindical — como condição indispensável para impor a política do capital, no caso, em relação ao sector industrial do Estado. A batalha estava lançada. Acumulam-se reservas máximas de carvão; assegura-se uma importação suplementar e garantem-se alternativas. Preparam-se simultaneamente as armas contra os mineiros: fecham-se canais de possível financiamento aos grevistas, preparam-se unidades de polícia móvel. Pouco antes do ataque decisivo foi aprovada no parlamento mais uma lei anti-sindical. Milhares de despedimentos precederam a ofensiva de 1984.

A greve foi iniciada a 12 de Março de 1984, pelos mineiros da mina de carvão de Cortonwood (Yorkshire) e Escócia, principais regiões carboníferas do país. Seguiu-se a adesão

dos mineiros de Durham e Kent. No fim do mês de Março, 90% de todas as minas de carvão da Grã-Bretanha estavam paralisadas.

A grande batalha tinha-se iniciado.

As armas do capital

Ao longo da greve foram presos uma média de 30 trabalhadores por dia.

Quase 8 mil foram levados aos tribunais e 152 foram condenados a penas de prisão. 718 mineiros foram despedidos, por «quebra de disciplina laboral», «roubo de material», «agressões». O número de feridos é incontável, mas registou-se a opinião do Conselho nacional de liberdades civis, considerado um organismo independente — que em recente relatório havia denunciado o comportamento da polícia como «provocatório».

Estes alguns números de balanço que nos dão um primeiro indicio da envergadura da repressão que se abateu

sobre trabalhadores que se ergueram em defesa de um direito humano básico — o direito ao trabalho, actualmente negado a mais de 30 milhões de pessoas na Europa capitalista.

Contra os mineiros, e a par da força bruta da polícia (houve quem considerasse o seu comportamento identificável ao de «comandos nazis») foi utilizada toda a legislação an-



A repressão policial foi uma constante durante a greve dos mineiros

tilaboral previamente elaborada e aprovada com o intuito de «esmagar» o movimento sindical. Esta legislação inclui a «Employment Act» de 1980, que regulamenta de forma muito severa a actuação dos piquetes de greve; a «Employment Act» de 1982, que abre a possibilidade de pagamento de compensações por parte dos sindicatos às firmas paralisadas por greves consideradas como «ilegais»; a «Trade Union Act», de 1984, prevendo uma legislação draconiana do direito à greve.

A aplicação destas leis permite, por exemplo, a interdição das greves de solidariedade, dos piquetes de greve, o bloqueamento dos fundos sindicais. Na prática pretende-se negar o próprio direito à greve.

Assim foi possível, para além das condenações aplicadas aos grevistas e suas mulheres, o sequestro, ordenado pelo Supremo Tribunal, de todos os fundos do NUM e ainda o afastamento das suas funções dos três administradores financeiros do Sindicato e sua substituição por um administrador judicial, o que significava na prática a perda de controlo, pelo Sindicato, dos seus bens, o que vai mesmo contra legislação imperante na própria CEE para além de violar disposições da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A aposta na fome, no isolamento e no divisionismo, foi uma constante. Enquanto são confiscados os fundos de greve, cortam-se parte dos subsídios estatais às famílias dos mineiros. A Alifândega junta-se à ofensiva e, em Outubro, impede que cheguem aos grevistas 30 toneladas de leite condensado e de alimentos enviados por mineiros da URSS, Checoslováquia, RDA, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Entre-

tanto a NBC promete aos operários que voltarem ao trabalho antes do fim do ano, uma indemnização de 1400 libras esterlinas e aumentos salariais.

A envergadura e violência da repressão dizem-nos muito da grandeza da luta travada. Thatcher chegou mesmo a declarar, numa referência à guerra das Malvinas: «Tivemos que

combater o inimigo externo; actualmente devemos lutar contra o inimigo interno, o que é muito mais difícil, mas igualmente perigoso para a liberdade». Assim cai a máscara da retórica burguesa sobre o «interesse nacional». De salientar que a guerra contra os trabalhadores custou ao governo de Londres o dobro do que foi gasto na guerra das Malvinas. Para o governo de Thatcher

combater o inimigo externo; actualmente devemos lutar contra o inimigo interno, o que é muito mais difícil, mas igualmente perigoso para a liberdade». Assim cai a máscara da retórica burguesa sobre o «interesse nacional». De salientar que a guerra contra os trabalhadores custou ao governo de Londres o dobro do que foi gasto na guerra das Malvinas. Para o governo de Thatcher

Lembrar Granada

As transformações progressistas ocorridas em Granada mostram que mesmo os pequenos Estados do hemisfério oeste podem praticar uma política independente e alcançar grandes metas no desenvolvimento socioeconómico, caso optem pelo reforço da sua soberania — escreveu no passado dia 13 o jornal soviético «Pravda», recordando a data da revolução granadina levada a cabo há seis anos pelo movimento «New Jewel».

Uma revolução brutalmente esmagada em 25 de Outubro de 1983, com a invasão da pequena ilha das Caraíbas pelas forças armadas norte-americanas numa acção inqualificável que provocou o repúdio de todo o mundo.

Das conquistas da revolução pouco mais resta hoje do que a lembrança. Os monopólios, em particular dos EUA, iniciaram de novo a exploração das potencialidades da ilha; o desemprego voltou a atingir os 40 por cento; a criminalidade, a prostituição e a droga aumentaram; o país está de novo empenhado ao estrangeiro.

A farsa das «eleições gerais», realizada o ano passado, não libertou o país da presença das tropas dos EUA, que continuam a dominar todos os sectores-chave de Granada. O que em última análise representa uma derrota para a administração Reagan, que gostaria de apresentar ao mundo um «restabelecimento da democracia» sem a força da dominação estrangeira. A resistência do povo granadino continua a não o permitir.

Isolamento do exército sul-africano

O comando militar sul-africano reconheceu que o corpo de ocupação da Namíbia, composto por cem mil soldados, não se encontra em condições de fazer frente à SWAPO. A notícia foi divulgada pela revista «África Now», publicada em Londres, com base num documento oficial do referido comando elaborado numa reunião em Windhoek.

Segundo a revista, o comando reconhece que apesar do

Duas conclusões opostas

No passado dia 5 terminou uma das mais importantes acções grevistas na história do movimento operário na Grã-Bretanha. Thatcher apressa-se a enterrá-la, clamando vitória. Mas será assim? Pode-se dizer que uma grande batalha como a que teve lugar nas minas da Grã-Bretanha, fica pura e simplesmente encerrada por não ter alcançado os seus objectivos?

Seria excessivo simplismo ver os factos nesta estreita perspectiva. Ou estamos a negar a dimensão histórica da própria Comuna. Estamos a negar a importância, aqui em Portugal, da luta quotidiana em defesa das conquistas de Abril.

A experiência diz-nos antes (a experiência própria e a dos trabalhadores dos outros países capitalistas) que estamos a viver uma duríssima luta de classes, de que a greve dos mineiros — apesar de não ter alcançado os objectivos propostos — não pode deixar de ser considerada uma importante batalha. Uma lição de combatividade, resistência, empenhamento activo, não só dos grevistas como das suas famílias. E ainda uma lição dos problemas, de debilidades e fraquezas do próprio movimento organizado dos trabalhadores.

É evidente que a conclusão que o capital e a direita pretendem extrair, é de que é sempre possível impor a sua política. Trata-se apenas de aplicar um maior ou menor grau de repressão, sob as suas mais diversas formas. É esta também a política oficial em Portugal.

Mas a nossa conclusão, a conclusão a extrair pelos trabalhadores e suas organizações, é bem outra: é que quanto a luta de classe se agudiza, a nível nacional e internacional, como neste momento, é necessária muita mais força, muito mais organização, unidade e solidariedade, para fazer recuar o capital. O que é tão verdade no plano da luta contra o desemprego como no da luta contra o holocausto nuclear. Tendo ainda sempre presente que a superação real dos problemas passa pela transformação revolucionária da sociedade. Que entretanto se alimenta de todas as lutas operárias. Grandes e pequenas. Mesmo das que não têm sucesso imediato, como nas minas da Grã-Bretanha.

Suplemento /

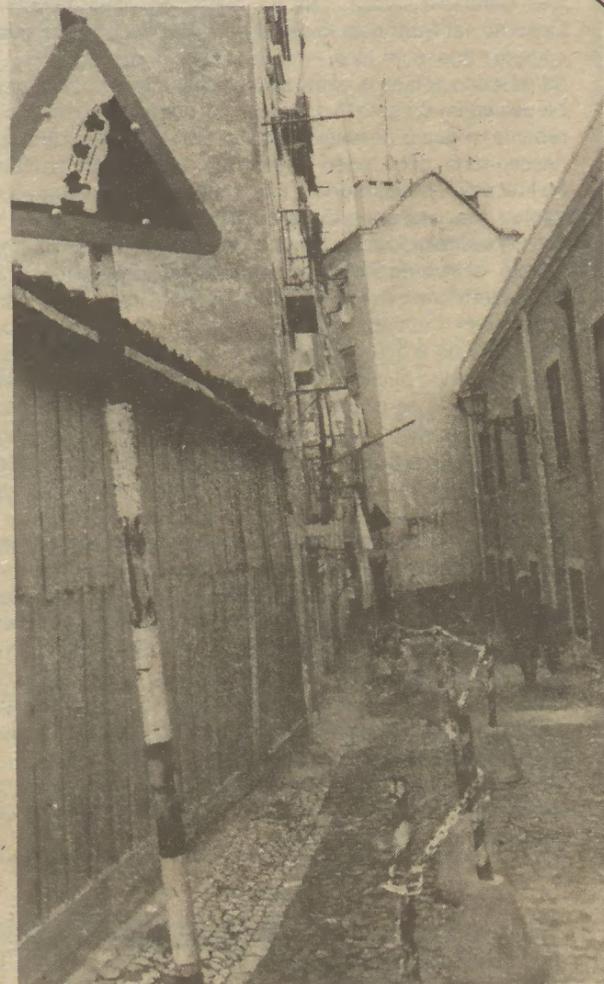
Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 586
21 de Março de 1985
Suplemento n.º 150
Não pode ser vendido
separadamente

**Se a «actualização» das rendas
fosse para a frente**

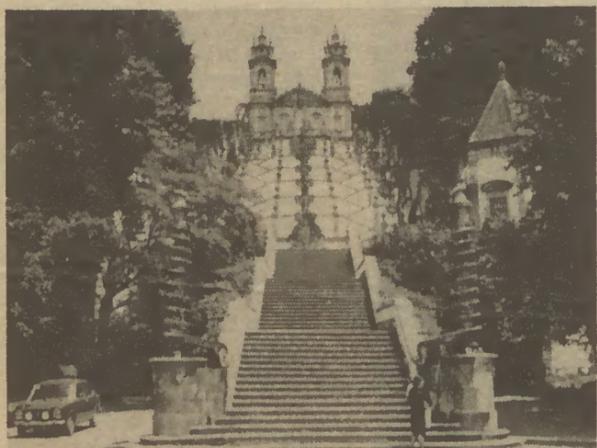
AUMENTO DOS BAIRROS DE LATA

Págs. 2/3



O arquipélago da APU no Concelho de Lisboa (2)

Págs. 4/5/6



MINHO

**Um retrato
da actualidade**

Pág. 7

40 ANOS DEPOIS



Págs. 13/14



HUNGRIA 1985

Págs. 10/11

a Talhe de FOICE

A doença tem cura

Sem parabéns a você, nem ao menos a velinha no bolo, o Governo vai fazer dois anos. O saco das promessas que a cegonha trouxe no bico — seria mesmo uma cegonha o passarão de pescoço pelado e garra afiada adejando e espalhando sombras na paisagem do país? —, o saco de promessas esvaziou-se de repente, o que o pássaro trazia no bico era água afinal e a criança nasceu torta, débil, cedo revelou um devastador raquitismo. Mal recebido neste mundo, mal amado dos pais quanto mais das gentes, mal nasceu, o Governo ficou sujeito a cuidados intensivos. E os boletins médicos, dando-o por bom, por completamente curado, atribuindo-lhe alta, comunicando semanalmente a saída da incubadora onde desde logo fora enfiado, os boletins não enganaram o público. Pequeno monstro, contagiando com a sua moléstia tudo o que de são havia no país, o Governo foi desde logo um perigo público. Mas os progenitores tudo têm feito para lhe dar alento, soprando-lhe das bochechas amantíssimas o hálito vivificador, preparando-lhe poções. Arranjando-lhe próteses, enxertos, muletas que lhe amparassem a caminhada infeliz, arejando-lhe o enfestado pulmão em Sintra, na procura de uma qualidade de vida que decididamente não tem. Mesmo antes de nascer este Governo era um cadáver adiado. Meses passados, o prognóstico revelou-se exacto: sem remédio, bafejando perigosos miasmas, o Governo está condenado a desaparecer e já lhe abandonam a cabeça os seus mais chegados familiares. Persistir nos balões de oxigénio é permitir que a doença alastre do Governo ao país. E a doença já alastrou perigosamente, roendo as entrânhas da economia, minando de corrupção a veia do poder, esgotando as reservas de vitalidade de um país cada vez mais doente. Há, porém, quem pense que a sangria é ainda remédio eficaz e que, exangue, o país poderá ser refeito. Que tudo pode ser construído de novo, como novo.

Ora um país não é uma fria construção, com o seu alicerce, a viga, a parede mestra, o pau de fileira, o tecto e o telhado. Não é uma torre que, devastada sem que fique pedra sobre pedra, possa depois ser levantada da ruína, reconstruída a sua solidez antiga com novo cimento. Um país é um corpo vivo cuja saúde é preciosa, um corpo em que as maleitas deixam marcas, que tem um respirar próprio e que pode ser estrangulado, um corpo onde a ruína pode insinuar-se e ser fatal.

A cuidar dele, a fazê-lo viver, permanentemente a levantá-lo, a animá-lo, o sangue popular, os trabalhadores, os homens, as mulheres e os jovens que, trabalhando o seu presente e o seu futuro dão ao país a solidez do presente e lhe preparam quotidianamente as forças para o futuro. Contra ele, o minar destes governantes que lhe sugam as energias, lhe apodrecem os órgãos. Há um gráfico a seguir-lhe a febre, um ponto de ruptura que perigosamente se aproxima.

No último ano desta doença, por várias vezes as ruas do país se encheram do protesto popular, trabalhadores e democratas exigiram o remédio aos males. Festejando Abril no seu décimo aniversário, os democratas e os trabalhadores mostraram o abismo que existe entre Abril e os velhos tempos que alguns pretendem restaurar. Festejando Maio e o trabalho, mostraram que o trabalho se opõe aos que enchem os bolsos à custa do desemprego e dos salários em atraso, ao desmantelamento das empresas, à desertificação da Reforma Agrária. Em Junho o Terreiro do Paço encheu-se com o país a exigir uma alternativa a esta política, a exigir que as liberdades e a democracia ameaçadas se consolidem e se não destruam. Em Dezembro, sob a tempestade, os trabalhadores, o povo, voltaram à rua, afirmando que era tempo já de afastar as sombras. À beira da Primavera, há dias, a Alameda voltou a encher-se de povo. «Está na hora!», gritou-se. Com razões acrescentadas. O Governo morre e apodrece, é urgente retirar-lhe o oxigénio que o mantém e lhe dá forças redobradas de estertor para acelerar a destruição do país. Não se trata, hoje, de travar apenas a progressão da gangrena. Cortar-lhe o passo é necessário. Mas também é urgente reconstruir, retomar o caminho de Abril, afastando estes governantes cujas desavenças são afinal os desentendimentos dos piratas no partilhar do tesouro roubado, cujas lutas internas são as sangrentas questões entre vampiros em redor de um corpo moribundo.

Antes que seja tarde é preciso enxotar estas aves, soprar a pestilência, enterrar o Governo, limpar a casa, deixar entrar o sol e o ar.

■ L. M.

■ Torres Rodrigues

Se a «actualização» das rendas fosse para a frente

Aumento dos bairros de lata

Ele aí está! O aumento das rendas de casa! Votado na Assembleia da República pela coligação governamental com a ajuda do CDS. Foi um debate rápido, com tempos reduzidos para a intervenção da Oposição, sem que a televisão transmitisse o que se passava no hemicírculo. Em resumo, a «maioria» utilizou a «lei da rolha», que o novo Regimento da AR permite, para que o grande público não se apercebesse do que estava a ser discutido e da «facada» que vai levar no orçamento familiar. Ao fim de um dia de debates tudo estava consumado. Daqui a alguns meses (fala-se que é já para Outubro próximo), os portugueses que vivem em casa alugada — mais de um milhão de famílias — vão começar a saber o que custa o «direito à habitação».

Grande argumento utilizado pela maioria governamental para a apresentação desta nova lei que agrava pesadamente as rendas de casa, era precisamente a necessidade de se vencer a crise da habitação.

Contudo, durante os debates, surpresa das surpresas. Todos os partidos da coligação bem como o CDS, vêm dizer que o descongelamento das rendas não vai solucionar o problema das carências habitacionais.

Pela nossa parte podemos dizer mesmo mais: vai agravar essas carências, vai fazer aumentar as manchas de bairros de lata, vai tornar os pobres ainda mais pobres.

Mas aos deputados do PS e do PSD e seus parceiros do CDS esse mal é de pouca monta e nada os afecta. Precavidos, nesse mesmo dia tinham aprovado na especialidade o aumento dos salários de deputados que incluem indemnizações para os que deixam de exercer o cargo — isto é um «totobola» onde sai sempre o treze e sem necessidade de jogar com múltiplas ou triplas.

Não bastava a fome...

Este Governo tem o mérito de ter empurrado para a fome significativa camada da população trabalhadora portuguesa. Não satisfeito, quer agora tirar-lhe o direito a uma habitação condigna.

Durante o debate, a deputada Zita Seabra, do Grupo Parlamentar do PCP, focou a inoportunidade, injustiça e inadequabilidade da proposta de lei que então se discutia.

Inadequada pois os portugueses vivem uma gravíssima crise económica. Injusta porque esta lei ameaça o tecto de mais de quatro milhões de portugueses. Inadequada porque não visa dar casa a quem a não tem e visa sim retirar a casa a quem por direito a habita.

Esta lei, disse Zita Seabra, «coloca em risco os pensionistas, os desempregados, os trabalhadores que vivem exclusivamente do seu salário; cerca de 60 por cento dos fogos ha-

bitados são arrendados; 28 por cento dos inquilinos são reformados e 75 por cento são trabalhadores por conta de outrem».

E prosseguiu: «Em Lisboa, há pessoas, famílias a viverem em furnas de terra batida, há uma encosta inteira, a encosta ocidental da cidade, que de Moscavide até Xabregas, ao longo do rio, é uma sucessão de milhares e milhares de barracas onde vivem pessoas cujo sonho maior é um tecto de pedra e cal».

Só fazendo prova de um humor maquiavélico se pode dizer que a nova lei vai permitir resolver a crise da habitação. Para estes portugueses, como para os que no Porto e nas restantes zonas do País vivem em condições idênticas, a possibilidade de virem a viver numa casa está tão remota como se de repente, por obra e graça de uma máquina do tempo, tivessem sido projectados para a Idade da Pedra.

O ridículo da argumentação

«É verdadeiramente ridícula — acrescentou a deputada Zita Seabra — a afirmação de que esta proposta de lei seria a salvação da construção civil. Se o descongelamento das rendas tivesse esse efeito então a construção civil já deveria estar salva, porque desde 1981 que estão descongelados os novos contratos de arrendamentos habitacionais, os arrendamentos comerciais, entre outros».

Apontando o perigo da lei que visa fomentar uma escalada de despejos, focou casos concretos:

«Os inquilinos de rendas antigas anteriores a 1981, que estão congeladas em Lisboa e Porto desde 1948 e no resto do País desde 1974, vêem as suas rendas aumentadas pelo chamado ajustamento inicial, mais um aumento anual e ainda podem ser aumentadas pelas obras».

«Vale a pena trazer aqui dois ou três exemplos — disse ainda Zita Seabra. Uma renda de 1960, de 1110\$00, de prédio sem porteira nem elevador, pagaria em 1985, 3270\$00; em 1986 — 4380\$00; em 1987 — 5880\$00; em 1988 — 7880\$00; em 1989 — 10 550\$00; em 1990 — 13 500\$00 e em 1991 — 15 800\$00».

«Fora de Lisboa e Porto — prosseguiu — um arrendamento de 800\$00 teria de pagar em 1985 — 1680\$00; em 1986 — 2240\$00 e em 1991 — 7130\$00».

Decréscimo na procura

Por seu turno, o deputado independente pelo Grupo Parlamentar do PCP, Anselmo Aníbal, depois de ter analisado algumas questões decorrentes da nova lei referiu que uma das medidas adoptadas e em que sucessivos governos jogaram forte — a dinamização da promoção habitacional privada — por mal gerido, mal incrementado e dirigido estreitamente a estra-





tos da população bastante solvente, rapidamente entrou em crise de escoamento do produto e acrescentou:

«A comprová-lo está o número de contratos de financiamento para a compra de habitação celebrado nos últimos anos: de 48 912 em 81, desceu-se para 36 857 em 82 e para 27 060 em 83. São números significativos de uma franja de procuradores de fogos em decréscimo e que os fogos para venda que continuam por vender demonstram bem.»

«Tudo aponta — disse ainda Anselmo Anibal — que não é por este tipo de medidas, de carácter avulso e expedito, violentamente acelerador de mais penúria para faixas de portuguesas e portugueses com parquíssimo poder de consumo, que a construção civil terá a viabilização que é necessária. Trata-se de um sector sensível, mais do que os outros, às políticas económicas ou aos caprichos governamentais, onde as promessas adêntas e os programas do PS-PSD de uma casa para cada português não passaram de cânticos eleitorais, de frases para engrossar discursos magros de conteúdo.»

A acrescentou ainda que muito menos se espere que venham a ser beneficiados os prédios em degradação, a não ser que o inquilino faça ele as obras pois a lei deixa as portas abertas para que o senhorio se exima a essa responsabilidade.

As rendas não estão congeladas

Outro orador que interveio no debate na generalidade pelo Grupo Parlamentar do PCP foi o deputado João Amaral, que não deixou de salientar a ignorância que a maioria governamental revelava sobre o assunto em discussão.

«Um exemplo flagrante disso — referiu João Amaral — foi dado por um porta-voz da bancada do PSD que ignorava que na Proposta de Lei n.º 77/III eram propostos aumentos anuais para todas as rendas, mesmo para os regimes de renda livre de novos arrendamentos.»

E mais adiante prosseguiria:

«Esperar-se-ia, porventura, do Governo um discurso de citações e números — Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), taxas de juro, Valor Acrescentado Bruto (VAB), etc., etc., — tudo para justificar solenemente o relançamento da construção civil que esta proposta iria operar.»

«Este discurso não foi feito, nem sequer ensaiado.»

«Por uma razão evidente: porque toda a campanha governamental em defesa da proposta parte de um pressuposto falso e hipócrita: o de que as rendas estariam congeladas.»

Mas não estão! Não estão congeladas as rendas dos novos arrendamentos desde 9 de Junho de 1981 (data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 148/81).

Não estão congeladas e podem ser aumentadas as rendas dos fogos em arrendamento antigo, onde sejam feitas obras — e isto pelo menos desde

27 de Julho de 1982, data da publicação do Decreto-Lei n.º 294/82.

Não estão congeladas as rendas dos fogos em que tenha havido transmissão e os descendentes tenham ou atinjam 25 anos.

Não estão congeladas as rendas dos prédios em que tenha havido direito a novo arrendamento.

Não estão congeladas as rendas para comércio e indústria.

Todas estas rendas aumentam (e aumentaram desde 1981!) todos os anos e o mesmo sucederia em relação a todos os novos arrendamentos que hoje, amanhã ou depois se celebrassem na vigência da legislação actual.

Só que, ao contrário do que foi invocado pelos que aprovaram essa le-

gislação, dela não resultou nada do que foi apregoado:

- nem aumento do número de construção de fogos;
- nem aumento da aquisição e oferta de fogos para arrendamento;
- nem redução dos valores das rendas;
- nem aumento das obras de beneficiação;
- nem dinamização da construção civil.

Consagrado o direito ao despejo

João Amaral focou ainda uma outra questão importante e que passa a le-

sar ainda mais os inquilinos, «através da apresentação da Proposta de Lei n.º 101/III, que estabelece o regime de prazo nos arrendamentos urbanos.»

«Brutalmente, de sopetão, sem pré-aviso, nem debate público o Governo vem propor à Assembleia da República, nem mais nem menos, que abra caminho e consolide o estabelecimento de prazos nos contratos de arrendamento.»

«Isto é: o inquilino na situação da proposta de lei sabe desde logo que o senhorio, findo certo prazo, pode, pura e simplesmente, pô-lo na rua. Acabaria, assim, uma garantia fundamental dos inquilinos, garantia que é expressão do seu direito à habitação: a garantia de que pagando a renda e cumprindo as suas outras obrigações

gerais, pode permanecer tranqüilamente na sua residência.»

A proposta de lei vai ser discutida na especialidade. Não deverá sofrer grandes alterações pois a maioria está apressada em a fazer aprovar e pouco disposta a fazer cedências nos interesses dos senhorios ricos.

Quando o leitor daqui a uns anos pagar cinco ou seis vezes mais do que paga actualmente, com a agravante de terem aumentado a alimentação, o vestuário, a água, o gás, a electricidade, o ensino, os medicamentos, os transportes e outras coisas mais, verá a desvantagem de ter acreditado num programa de Governo que prometia uma casa para cada família.

É verdade que não diziam que tipo de casa é que era. Mas hoje já se vislumbra o seu perfil: umas tábuas a servirem de paredes e umas folhas de chapa como cobertura e de preferência nos arrebaldes da cidade. ■

Um totobola sempre com treze!

Uma injustiça nunca vem só — diz a sabedoria popular e tem razão. No mesmo dia em que aprovaram na especialidade o aumento dos deputados, a maioria governamental na Assembleia da República impunha a discussão do aumento das rendas de casa.

Votaram a favor dos aumentos PS, PSD e ASDI. Contra estiveram o PCP, MDP/CDE, UEDS e CDS. Carlos Brito, líder do Grupo Parlamentar

do PCP, demonstrou à evidência a imoralidade do diploma, perante uma legião de trabalhadores desempregados ou com os salários em atraso.

Assim, segundo os números que forneceu, os vencimentos dos deputados irão passar de 59 900\$00, para 89 800\$00, ou seja mais 36 000\$00 mensais, o que ultrapassa o salário médio nacional.

Como se isto não bastasse as senhas de presença passam para 2000\$00 e as ajudas de custo, conforme vivam ou não em Lisboa, serão de 1190\$00 e 3570\$00 diários.

Mas nem só os deputados beneficiam. Também o Primeiro-Ministro passa a ganhar 203 contos, os ministros 169 880\$00 e os Secretários de Estado 151 000\$00.

Como referiu Carlos Brito passam a ter um estatuto de privilégio difícil de encontrar mesmo nos países ricos, o que não é o nosso caso.

Mas ainda há mais a pensão mensal vitalícia: desde que tenha exercido o seu mandato durante oito anos o deputado passa a receber mais de 30 contos mensais, podendo acumular com isto as pensões de reforma e de aposentamento ou outros vencimentos na actividade privada ou na Função Pública.

Com 26 anos de idade um deputado pode estar nestas condições — e com a sua «velhice» assegurada.

Mas ainda há mais. Se o deputado não atingiu os oito anos de mandato beneficiará de um subsídio de reintegração, cujo é de 774 contos para quatro anos de mandato, 968 com cinco anos, 1161 contos com seis anos e 1452 com sete anos de mandato.

É o que se pode chamar um totobola em que o treze sai sempre. Também aqui funcionou já o novo Regimento da Assembleia da República e a maioria impôs tempos limitados para a discussão. Pudera! ■



■ Henrique Custódio

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa²

Proseguimos aqui um trabalho iniciado no número anterior sobre as nove Freguesias APU do Concelho de Lisboa, que continuará no próximo número. Subordinado a apreciações em duas grandes áreas de actuação — uma, Obras e Melhoramentos, outra Cultura e Desporto — este conjunto de reportagens privilegiou hoje aspectos

eminentemente culturais da intervenção autárquica da Aliança Povo Unido em Lisboa, ilustrando-os com situações específicas.

No próximo número concluiremos os aspectos até aqui não abordados nas diversas autarquias visitadas, dando particular relevo às até agora não contempladas neste breve ciclo de textos.

ALFAMA

Nas mãos da APU e nos pés da Câmara

Alfama é um dos bilhetes postais de Lisboa. Vê-la é andar a pé, subir e descer ruas, vielas, becos, pátios e breves labirintos a contar histórias a quem passa. A história da cidade tem ali, de resto, uma das suas preciosas fatias documentais, como também se percebe em qualquer passeio turístico o mais desprezioso. O bilhete postal não vem por acaso, evidentemente. Alfama é também a gente que lá mora, arrumada ao milímetro e vivendo na intimidade bairrista que, a ter tradições, as começou ali, certamente. Todos se conhecem, tudo é um evidente património colectivo mal se transpõem os velhos umbrais das habitações para as ruas, que são como a nau catrineta que tem muito que contar. Além do mais Alfama é um dos mais raros locais de Lisboa onde ainda há forasteiros. A gente vai lá e percebe que não é dali — não porque se sinta deslocado ou alvo de qualquer azedume, mas porque até a hospitalidade tem ali, na sua inegável espontaneidade, uma marca pessoal, inconfundível, bairrista, pois então. Mas sendo tudo isto e muito mais coisas, Alfama é também um membro doente de uma cidade que rebenta pelas costuras e se esboroa por dentro perante a indiferença dos que, na Câmara e no Governo, retomaram com afinco a prática política de outros tempos, regada agora a demagogia. O que faz que um património inestimável como Alfama se continue a degradar a olhos vistos, que quem lá viva há gerações seja expulso pela frieza calculada com que os senhorios deixam ruir as habitações, que se fechem casas para se abrirem escritórios, se esteja indiferente à ausência de equipamentos sociais para tão elevada concentração de população ou às condições infra-humanas em que muitos vivem em prédios a cair de podres. Lutar contra isto exige coragem. Sobretudo quando se o faz de mãos nuas e com a exclusiva garantia de trabalhar com dedicação e competência. Metendo ombros a uma tarefa que dezenas de promessas eleitorais iludiram até à chegada da APU às duas Freguesias do Bairro: S. Miguel e Santo Estêvão. E não somos nós a dizê-lo — é a população de Alfama, tradicionalmente eloquente quer quando nos abre a porta e só depois pergunta ao que vimos, quer quando expulsa à tomatada um Mário Soares em segunda ronda eleitoral de promessas não cumpridas.

— Isto aqui é tudo a meias — esclareceu logo à partida a camarada Florinda António Engrácio, presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel, perante a aquiescência do camarada João Constantino, presidente da Junta de Freguesia de S.º Estêvão que, «a meias», pegou logo na deixa:

— S. Miguel e S.º Estêvão são as duas Freguesias em que dividiram Alfama — um núcleo populacional bem anterior a estas organizações administrativas. É evidente que os problemas são comuns às duas Freguesias, pelo que não faz sentido um trabalho autárquico autónomo.

Que trabalho autárquico? Sorriram ambos e Florinda começou:

— O Bairro de Alfama tem algumas particularidades em relação à maior parte da cidade. Sendo uma zona antiga, tudo aqui ficou definiti-

vamente arrumadinho há muitos, muitos anos. Só não estava era tão degradadinho, benza-o deus... Deste modo os crescentes problemas que se foram colocando, sobretudo nas áreas de equipamento social, patrimónios colectivos e históricos, serviços e espaços sociais, etc, foram crescendo num todo que é difícil dissociar.

— Tão difícil — juntou João Constantino — que mexer nisto passa pela urgente reflexão sobre todo o Bairro, coisa que, valha a verdade, só começou a ser feita com a chegada da APU a estas autarquias.

O «Plano Recuperação Alfama», pois claro. Mais à frente este assunto seria desenvolvido convenientemente — tanto mais que constitui o miolo da actuação da APU no Bairro — mas agora os dois presidentes da Junta estavam interessados em explicar ou-

tras coisas. Florinda retomou a palavra, reconduzindo-nos à questão que colocáramos na nitidez da interrogação «que trabalho autárquico?»:

— Postas assim as coisas, não se pode esperar de Alfama um trabalho desenvolvido como noutras autarquias, onde há espaço para dar resposta às carências sociais, e quando digo «espaço» refiro-me a espaço físico. Aqui as dificuldades estão em descobrir onde pôr um parque infantil, onde instalar uma escola, onde abrir um centro de dia, onde rasgar uma creche...

Aqui João Constantino avançou uma proposta:

— E se fôssemos por aí fora a

ver e a falar ao mesmo tempo?

Fomos. E tudo ganhou novos contornos.

Como peixes na água

Mexiam-se como peixe na água, os nossos presidentes das Juntas de Alfama. «Até sabemos de onde vêm todas as pessoas que aqui moram», explicou a sorrir João Constantino. «Não estranhes, um bairro destes é tão familiar e vive com tanta intimidade como qualquer terra de província».

Cumprimentavam e eram cumprimentados, trocavam informações so-

bre a saúde de familiares, tomavam nota de mais um problema, explicavam por tu o andamento disto e daquilo, repescavam entusiasmos perdidos para as obras que todos conheciam. Uma maravilha.

— Ora aqui tens o primeiro e único parque infantil de Alfama, que por acaso está na Freguesia de Santo Estêvão — informou a Florinda apontando-nos um belo conjunto de aparelhos instalados num desvão de calçadas, uma nesga subtraída ao parqueamento selvagem de automóveis na zona. — Foi feito com a ajuda das populações e da AECOD, numa das belas jornadas de dinamização aqui conseguidas. Sublinho que este parque infantil é o único de Alfama, já que, antes, nunca houve tal coisa. Chamo-te a atenção para o painel ali no muro: foi feito em vidrinhos por um amigo, que assim deu o seu contributo.

— O mesmo se passa com o Centro de Tempos Livres que já visitámos na sede da Junta de Santo Estêvão, ou o alargamento de espaço na sede de S. Miguel (que veremos a seguir) para a infantil e a pré-primária. Se quisermos dar resposta a estas carências gritantes, tivemos de nos virar para o escasso património das Juntas para encontrar soluções, já que a Câmara, o que aqui faz é plantar laranjeiras no meio da rua e das calçadas!

Era a verdade, embora parecesse mentira: ali mesmo no largo, passeios e ruas que envolvem a sede da Junta de S. Miguel, lá estavam vários pés de laranjeira com as pedras da calçada ao lado, arrancadas de fresco para dar lugar a este furor agrícola de Abecasis nas ruelas de Lisboa antiga. Bloqueando calçadas, retalhando passeios, atropelando ruas, as pobres árvores exibiam definhamentos só justificáveis com a sua própria perplexidade. Ou então ficaram para ali a morrer mansamente de vergonha...

Vergonha que, como se sabe, não passa pelo executivo da Câmara Municipal de Lisboa. Atestava-o, mais uma vez, o ali bem célebre n.º 52 do Beco da Lapa, um prédio que está a cair com gente lá dentro. Abecasis visitou-o pessoalmente e garantiu: «a recuperação vai ser para já, a começar a 12 de Dezembro» (o pormenor da data é um espanto). E sabem o que fez a Câmara? Colocou uma cinta de correntes no prédio para



O prédio está a cair com gente lá dentro: Abecasis mandou-o vedar e pôs avisos para que os incautos se não aproximem!



O único parque infantil de Alfama é obra das Juntas de Freguesia, da população e da AECOD

Filho de ferreiro, espeto de teatro

Não sei se o discurso fácil de António Bento Martins lhe vem de várias décadas no mundo do teatro ou se é só um dom natural: quando o entrevistei e o conheci só pude certificar-me de que raciocina a direito — o que, em geral, é indício de se olhar também as coisas a direito. Como olhou a entrevista que lhe foi proposta para o «Avante!» através da camarada Maria Vilar, presidente APU da Junta de Freguesia de Carnide (também presente na conversa), para falar da actividade do seu «Grupo de Teatro de Carnide» no quadro de uma intervenção cultural que sabíamos não apenas vasta de 25 anos mas também frutuosa na colaboração estabelecida com a actual autarquia APU de Carnide. O encontro começou numa pequena cafeteria da Quinta dos Condes — floresta de cimento a que a Junta teve de lançar mão para lhe dar um mínimo de arranjo exterior — e concluir-se-ia, três horas mais tarde, numa visita às instalações do Grupo. No meio ficou uma conversa bem humorada, percorrida de histórias que Bento Martins conta na facilidade com que articula um vasto património de experiências com apaixonadas reflexões sobre o presente. Aqui fica, necessariamente condensado, o resultado deste encontro que estava para ser breve e acabou por se impor demorado, que devia parecer demorado e nos surgiu breve — como entre amigos.

Primeiro as memórias. O «Grupo Teatro Carnide» tem já 25 anos e Bento Martins viveu-os todos por dentro. Como «por dentro» foi tomada a colectividade que deu suporte ao Grupo. Em pleno fascismo, pois claro.

— A «Sociedade Dramática de Carnide» acoitava, há 25 anos, um grupo de «bandoleiros» que geriam um barracão de muito má fama onde se bebiam uns copos e se faziam uns bailaricos. Chegámos com o «Grupo de Teatro Carnide» e começámos a tomar aquilo por dentro. A nossa capacidade de intervenção cedo ultrapassou os «tanguistas» de sucessivas direcções, até que o Grupo de Teatro se impôs e tomou conta daquilo.

A hegemonia da cultura — o que não deixa de ser um feito, para a época. Mas nem tudo foram rosas.

— Quando começámos a ir aos concursos do SNI apareceram os problemas com a censura — o que foi uma novidade dado que a actividade do Grupo, até aí restringida a Carnide, nunca chamara a atenção dessa cambada. Há até uma história engraçada a este respeito, que fez com que recebessemos o primeiro subsídio de Teatro do fascismo, facto inédito no Portugal da época, tanto quando sei.

Aí vinha uma história — a primeira das muitas que Bento Martins nos contou a tecer o fio da conversa. Esta tinha por base o facto de o Grupo de Teatro Carnide ter ganho vários prémios instituídos pelo SNI, o que chamou as atenções para o Grupo.

— Às tantas o SNI ofereceu-nos uma «biblioteca de peças» e no meio daquele reportório de sucata descobrimos «O Santo Milagreiro» do Dias Gomes. Preparámos a peça, que depois foi pura e simplesmente cortada! Os gajos deram-nos aquilo provavelmente iludidos pelo título beato, mas depois ficaram entalados, porque, no fim de contas, nós pegámos numa obra que o próprio SNI nos tinha oferecido! Fizemos escarcéu, dissemos «então a gente gastou o dinheiro todo que tinha nisto e agora cortam a peça?» e os tipos, só para arrumar o assunto, pagaram-nos os 27 contos que nós dissemos ter empatado no espectáculo que nunca houve!

A questão dos prémios. Sabíamos que o «Grupo Teatro Carnide» também havia ganho todos os prémios de teatro amador dos Festivais instituídos pela Câmara Municipal de Lisboa. Bento Martins não resistiu à galhofa:

— Nós somos assim, de todas as

épocas! Antes do 25 de Abril ganhávamos os prémios do «antes» e agora limpamos os do «depois»!

Ali estava o lamiré político, que o nosso interlocutor desenvolveu sem hesitações.

— Somos por um teatro de intervenção, mas não panfletário. Viramo-nos fundamentalmente para os autores portugueses e clássicos estrangeiros, tendo a preocupação de intervir socialmente, divertir e abrange as mais vastas camadas de público. Não fazemos é teatro reaccionário. Pela minha parte sou um homem que procuro intervir sem no entanto ser comunista, e profundamente católico sem ser beato. Quanto ao grupo há lá gente de várias tendências políticas mas ninguém pergunta a ninguém o que é ou deixa de ser. A discussão e o debate passam-se sempre a nível do trabalho e, como assim é, consegue-se chegar a um consenso.

Maria Vilar aproveitou a deixa para se «meter» com o fundador e responsável pelo GTC, num tom brincalhão bem ilustrativo da evidente consideração pessoal mútua que lhes pauta a relação:

— Ó Bento, e foste tu um ex-candidato do PPD à Constituição, para agora te «difamarem» como sendo comunista!

— Vê lá bem a minha vida! Tive de me deixar de políticas porque estava sempre em desacordo com aquela malta, e agora até comunista sou!

E em aparte rápido para a reportagem:

— Coisa que não sou, o que não impede que tenha o essencial dos meus amigos entre vocês!

E veio à baila o «boato» (como ele classificou) de que o Grupo Teatro Carnide estava engajado aos comunistas.

— O boato de que o Grupo é «comunista» só por denunciar problemas que existem, é velho e relho e não nos faz moça. A verdade é que as denúncias que fazemos no nosso trabalho assentam em factos, abordam a realidade que se vive e está à vista — se isso coincide com as denúncias e as abordagens políticas feitas pelo PCP ou por quem quer que seja, não nos importa: são problemas reais, são situações a pedir análise, por isso estamos lá.

E estão cá, em Carnide, numa acção cultural suficientemente vasta para ser conhecida, suficientemente profunda para ser reconhecida («Agora é que vou dar-te no touço, e olha que eu não perdo!» — advertiu Bento Martins para a Maria Vilar, que além de lhe reconhecer essa virtude de não ceder a «perdões» de baixa extracção o desafiou de imediato a dar-lhe no touço).

— Fora de brincadeiras (e digo-o não para ser agradável mas porque é justo), esta vossa Junta identificou-se connosco logo de princípio — o Grupo, finalmente, passou a saber com o que podia contar e por



Bento Martins, fundador do Grupo Carnide e uma vida inteira ligado ao teatro, fala e conta histórias num discurso que tem muito a ver com a vida cultural da freguesia onde um dia assentou arraiais com mais uns sonhadores para fazer de uma taberna de má fama um núcleo teatral

afastar os incautos, dando-lhes a prevenção complementar — ou talvez um «acautelatório», como diria Odorico Paraguassu — de um sinal de trânsito que avisa sobre os «perigos de desmoronamento»! Só visto...

— Este prédio tem pessoas lá dentro — esclareceu a Florinda — mas já se provou, aqui em Alfama, com o prédio no Beco de Penabuel, que é possível recuperar sem desalojar ninguém: fizeram-se ali obras primeiro numa metade e depois na outra, ficando as pessoas provisoriamente instaladas na zona que não estava em reparação. É claro que tratar da recuperação de Alfama, sendo um investimento gigantesco, é além disso uma possibilidade e uma urgência. Basta a vontade política para o fazer...

Era a altura de abordarmos o «Plano de Recuperação de Alfama», mas antes ainda vimos a Casa dos Arcos — da propriedade da Câmara e que esta está a deixar degradar até aos limites do insustentável (se isso é possível) para fazer de lá saltar os moradores (que entretanto lhe pagam renda sem que tenham sequer água), porque Abecasis pretende instalar ali uma estalagem, vimos o Quintal do Beco do Loureiro, comprado pela Câmara por proposta da Junta de Santo Estêvão, para instalar uma escola, que até agora ainda não avançou (importando sublinhar que o antigo proprietário a vendeu só com a condição «sine qua non» de que iria para equipamento social), assim como a degradadíssima casa que vai ser o futuro centro de reformados (coisa que também não há em Alfama) e que as Juntas se esforçam, há que tempos, junto da Câmara, para pôr em andamento.

«Alfama — Morte ou Recuperação»

Conhecendo profundamente todos os problemas do bairro de Alfama e sabendo à evidência (quem o não vê?) que urge recuperar o bairro sob pena da sua irremediável ruína, a APU, ao conquistar em 1979 as duas freguesias que o constituem, lançou-se de imediato a um profundo estudo de recuperação, sabendo à partida que tal trabalho, a ser iniciado, levará anos a concluir, o que imporá medidas cautelares. Mas antes disso e em primeiro lugar...

— Em primeiro lugar elaborámos um documento intitulado «Alfama

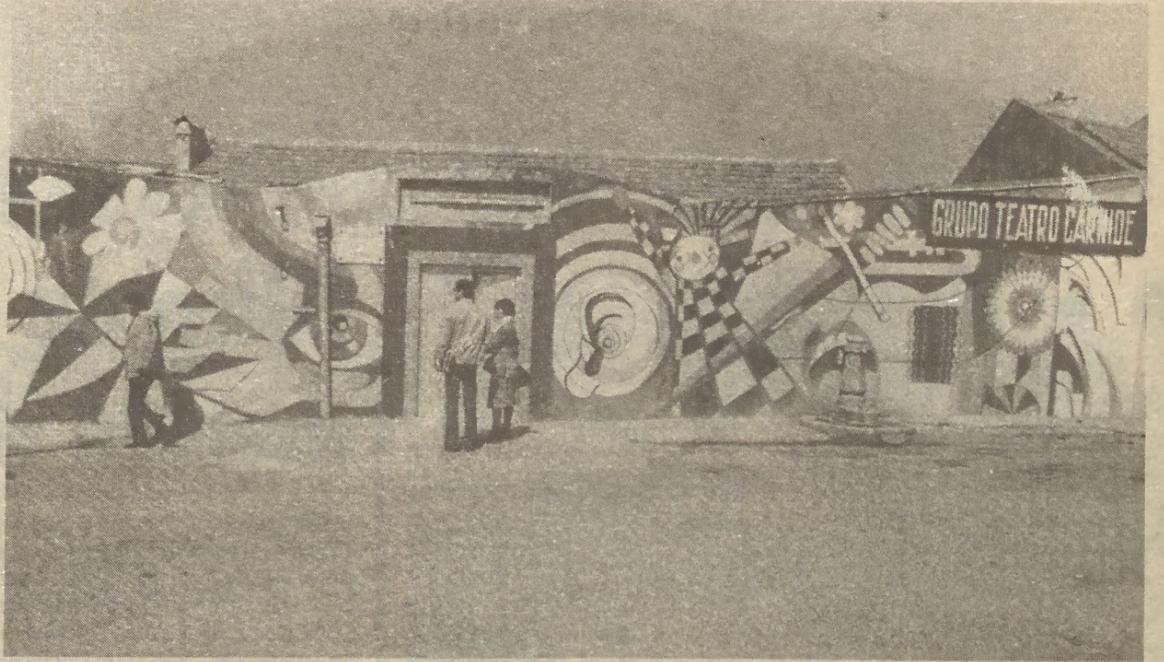
— Morte ou Recuperação» que foi enviado a todas as entidades responsáveis, quer da Câmara quer do Poder Central. Ali alertámos para o iminente despovoamento e destruição de Alfama, para a sua importância histórica, arquitectónica-urbanística e sociocultural, e para a definição urgente de um plano de salvaguarda e recuperação, nomeadamente através da sua classificação como Conjunto Histórico-Tradicionnal, como primeiro e indispensável passo para que em seguida o ministério da Cultura possa apresentar à UNESCO a candidatura do bairro de Alfama para ser considerado como Património Mundial. Tal documento foi subscrito pela generalidade das colectividades do Bairro e as mais diversas personalidades. A Câmara não tugiu nem mugiu...

— Em seguida criámos o Gabinete Local para a Recuperação de Alfama, integrando todos os subscritores do documento anterior, o qual foi ratificado por unanimidade nas respectivas Assembleias de Freguesia. Este Gabinete produziu a proposta de um conjunto de medidas cautelares a implementar na sequência de um protocolo a estabelecer entre as Juntas e a CML. Esta não sequer respondeu, embora o assunto tivesse sido amplamente divulgado nos jornais, diga respeito a algo tão importante como medidas de emergência para uma situação de quase calamidade e tenha, a subscrevê-lo, a mais ampla unanimidade e representatividade de Alfama...

— Outras acções deste gabinete, já implementadas: pedido de audiências à CML, Ministério do Equipamento Social e Instituto Português do Património Cultural. Destes só houve marcação de entrevista por parte de Rosado Correia, do Equipamento Social, que foi «despedido» do Governo mas não sem antes exarar um despacho que, a ser cumprido, iniciaria a recuperação de Alfama em 1985, com a atribuição de verbas para a CML, com o ministério a fornecer apoio técnico e financeiro à Câmara (já incluído no Plano de 1985).

— Entretanto na discussão do OGE na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta para afectar uma verba de 100 000 contos com vista ao plano de recuperação, a qual não foi aprovada, com os votos contra do PS/PSD/CDS/ASDI... ■

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa



Por trás desta fachada garrida abriga-se o «Grupo Teatro Carnide», num labirinto com a lógica interna dos alargamentos feitos a pulso e com o conforto e a eficácia que bem merecem uma visita. Mas o que sobretudo vale a pena é fruir a notável produção cultural deste grupo, que, a par com a Junta de Freguesia, está «enfiado» no belo projecto de uma Casa da Cultura

onde podia avançar — em suma, iniciámos rapidamente relações de trabalho como um grupo unido.

Isto pedia amudamentos. Pusemos a questão: Se assim era a Junta APU e a partir da Junta APU, como se passavam as coisas antes, no tempo em que a Junta de Freguesia estava entregue ao PS (1976-79) e à AD (1979-82)? E, concretamente, em que se traduzia esse «trabalho de grupo unido» entre a Junta APU e o Grupo de Teatro de Carnide?

A resposta veio, mas precedida de gargalhadas cúmplices entre os dois. Bento Martins ver-se-ia mesmo na contingência de tossicar modulamentos à voz com que disse:

— São aqui célebres alguns discursos que fiz a insultar as Juntas precedentes. Nunca as víamos nem elas apareciam. A anterior, então, era de um oportunismo confrangedor, demagógica até mais não, rafeira no seu funcionamento exclusivamente assente em promessas, de cãozinho amestrado, recado político encomendado enxertado em total inoperância. Apareceram nas Jornadas de 82 atrás do Abecasis para mostrar que existiam e à procura dum tempo que tinham perdido de todo...

Não nos deu tempo para retomar a segunda parte da pergunta. Num «fora de brincadeira» que já vinha detrás, prosseguiu:

— Esta Junta começou a funcionar connosco com as possibilida-

des que tem. Sou da opinião que a cultura deve ser feita através das autarquias. Quem, melhor que elas, pode dinamizar, promover, defender e orientar as questões culturais que dizem respeito a cada região? A descentralização cultural é um imperativo da própria cultura, mas para se fazer tal descentralização tem de se contar com quem conhece, mexe e trata descentralizadamente os problemas sociais. Não sendo assim, qualquer subsídio atribuído nesta área pelo poder central assume, à partida, um carácter discriminatório e carregado de «cores» políticas. Já agora calha dizer que estive em vários países socialistas, nomeadamente na RDA, onde as coisas se passavam como deve ser, dando autonomia regional às questões culturais e circunstanciando um riquíssimo panorama cultural em qualquer zona do país. Em resumo: o poder central não pode saber o que se passa culturalmente por esse País fora — as autarquias é que podem ou devem estar em condições de o saber.

Como aqui em Carnide?

— Como aqui em Carnide, dentro das limitações que importa reconhecer e sublinhar. A Junta está a fazer o que pode e a cumprir as suas funções, segundo o que entendendo dever ser uma actuação autárquica. E já agora digo: acho que vocês estão realmente a olhar atentamente para os problemas cultu-

rais e a cultura em geral. Quanto ao que aqui estamos a fazer pode resumir-se num projecto bastante antigo do Grupo e que só com esta Junta encontrou pernas para andar: a materialização de uma Casa da Cultura.

Maria Vilar interveio mais uma vez.

— Para já vamos utilizar a sede do Grupo, uma sala do edifício da Junta e arrancaremos ainda no «Bairro» Padre Cruz e Horta Nova, onde temos já instalações disponíveis.

E disponíveis para quê? O diálogo passou decididamente a três interlocutores activos, com Bento Martins a ajuntar:

— Temos muitas ideias, mas os pés bem assentes no chão. Para já vamos arrancar com iniciações à música, ao teatro, ao jornalismo, ao artesanato e à pintura, e actividades noutras áreas, nomeadamente fantoches/marionetas e dança-jazz. Utilizando as instalações disponi-

veis e preparando a utilização das já previstas e referidas pela Maria Vilar. Vai ser assim como umas «Jornadas» permanentes...

As «Jornadas Culturais». Já haviam surgido várias vezes na conversa e era a altura de lhes dar o destaque merecido. Ambos se encarregaram de o fazer, com Bento Martins a recordar que elas foram inicialmente pensadas para comemorar o 20.º aniversário do Grupo de Carnide mas, por falta de apoios, só apareceram pela primeira vez em 1981, um ano depois. Foi um êxito tal que passaram a reeditar-se em todos os Novembros, até hoje.

— Sempre com o mesmo dinheiro, o que com a inflação tem sido cá uma ginástica!!! O ano passado vieram cá 2000 pessoas e fomos nós que fizemos a comida para essa gente toda!

— Um pouco na linha do que vos acontece no Grupo — ajuntou Maria Vilar — onde é tudo levantado e feito com as mãozinhas dos...

— Dos 43 efectivos actualmente

em serviço no Grupo (amador, não esquecer), quer se trate de carpintaria ou guarda-roupa, electricidade ou cenografia, tudo, tudo o que faz um espectáculo nos sai das mãos.

Como o próprio teatro, que depois visitámos. Um labirinto com a lógica interna dos crescimentos a prestações e a golpes de vontade. Um local a não esperar e a eficácia que de certeza tinha de ser assim. Um local a fruir — como se sabe cada vez mais fora das portas de Carnide.

Foi naturalmente calorosa a despedida que fizemos com o homem que é o 7.º filho de um ferreiro e queria ser alfaiate, quando um dia, há 36 anos, entrou para a EDP e depois para as vidas do teatro amador, primeiro pela JOC, depois pelo «seu» Teatro Grupo de Carnide. Filho de ferreiro... espeto de teatro!

Ambos dissémos até breve, pois claro. Tal como o trabalho referido por Bento a vida é mesmo cheia de consensos. ■

D. Melnikov, L. Tchernaiia

O CRIMINOSO Nº 1

O regime nazi e o seu Führer

• Como se tornou possível em pleno século XX a formação do regime nazi?

• Quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear um genocídio maciço?

• Teria Hitler forças transcendentais, demoníacas que explicariam o seu poder sobre o povos alemão?

Este livro descobre a verdadeira personalidade de Hitler baseado em dados documentais e de publicações dos últimos anos.



edições **Avante!**

edições **Avante!**

POVO LUTA CULTURA



daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obra completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

MINHO

Um retrato da actualidade

Um retrato da actualidade no Minho. É a proposta desta página, ao reunir alguns apontamentos extraídos da recente reunião plenária da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, onde, a par das dificuldades levantadas por uma política que atinge fortemente as regiões, se vive um «ambiente de confiança e de trabalho», bem expresso na mobilização já existente para as lutas de massas e a preparação das eleições.

No breve conjunto de apontamentos que aqui deixamos salientam-se ainda, entre outros aspectos, o flagelo dos salários em atraso e a situação social nos dois distritos minhotos, bem como alguns traços característicos da orientação política do Partido Socialista na região. Quanto ao **desenvolvimento regional**, faz-se aqui a distinção clara entre as promessas e a demagogia, por um lado, e a realidade dos factos, por outro. Vale a pena ler.

Listas APU para todas as CM's e 550 freguesias

Existem condições políticas nacionais e locais muito favoráveis quer para a preparação das candidaturas da Aliança Povo Unido, quer para o reforço substancial do número de eleitos da APU nas Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia. É possível conquistar a presidência de novas Juntas de Freguesia.

No balanço já realizado, confirma-se a apresentação de listas APU para todas as CM's e AM's dos dois distritos minhotos: **Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico, Esposende, Fafe, Guimarães,**



Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira, V.N. Famalicão, V. Verde (Braga); e Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, V. Nova Cerveira (Viana).

Por outro lado, o mesmo balanço confirma as candidaturas «Povo Unido» a cerca de 550 freguesias minhotas.

É o maior número de sempre de listas APU nas autárquicas do Minho.



Mais de 12 mil com salários em atraso

São mais de 12 mil os trabalhadores com salários em atraso na região do Minho. Cresce o número de desempregados. A incerteza do futuro, do emprego, do salário, é um «cancro» que alastra nos dois distritos, incluindo mesmo empresas de grande dimensão. Prossegue a onda de repressão e o impedimento dos direitos e das liberdades sindicais nas empresas.

Reflectindo-se com particular expressão na vida dos trabalhadores dos sectores industriais e dos reformados, a ofensiva da política PS/PSD atinge também muitos outros sectores sociais, como os agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os sectores de serviços, a F. Pública, e ainda de uma forma geral os interesses locais das populações — os moradores, as famílias, a juventude, os idosos, os deficientes, etc.



«Desenvolvimento regional»: ... e a montanha pariu um pequeno rato!

No plano do desenvolvimento regional e das obras nas localidades, a política do Governo PS/PSD e dos seus eleitos nas autarquias minhotas está a saldarse por um fracasso rotundo. Como sublinha a Direcção Regional do PCP, os grandes projectos e as grandes obras são apenas títulos para os jornais, para propaganda eleitoral e pessoal de alguns presidentes de câmaras e de ex-ministros feitos agora candidatos a presidentes de municípios.

Quer ao nível autárquico, quer nos projectos de desenvolvimento regional, o Orçamento Geral de Estado «esqueceu-se» do Minho...

E interroga a Direcção Regional do PCP:

Onde e quando começam as obras das pontes sobre o Cávado em Barcelos e sobre o Lima em Viana? E a auto-estrada? Onde estão as medidas contra a poluição do rio Ave e do rio Minho? Onde estão as medidas e as acções de defesa do Parque Natural da Peneda-Gerês? Onde estão as obras e as iniciativas para fomento da actividade turística (para além, naturalmente, da criação de mais uma outra «comissão»)?

Da montanha de propaganda, recheada de visitas, deslocações, passeatas, «viagens de trabalho», reuniões, encontros de membros do Governo de braço dado com autarcas PS/PSD/CDS, dessa imponente montanha, saiu apenas um pobre rato...

Uns pozinhos de corrupção, pois claro!

A vida autárquica no Minho é também marcada, em diversas câmaras e muitas juntas de maioria PS, PSD e CDS, por um largo conjunto de ilegalidades e de actos de corrupção, já denunciados publicamente mas que permanecem ainda hoje sem uma investigação eficiente e sem o respectivo apuramento de responsabilidades.

Recordemos um exemplo apenas da longa «lista»: o da Câmara Municipal de Braga, cujo presidente não hesitou em falsear, em declarações públicas, as próprias conclusões dos serviços de inspecção à Câmara, envolvida em casos escandalosos de corrupção e negociata...

Da estátua a Santos Cunha à repressão policial

— assim vai o PS no Minho

Analisando o ambiente político que se vive na região, a DORM do PCP refere que ao mesmo tempo que tem aumentado o isolamento do Governo PS/PSD mais se têm acentuado os compromissos dos dirigentes locais do PS (apoiantes em 1982 da linha do ex-secretariado) com a política de direita cozinhada por Mário Soares a partir de Lisboa.

É através da Câmara Municipal de Braga — recorda a DORM do PCP — que é erigida a estátua ao fascista Santos da Cunha. É pela mão do governador civil de Braga (coordenador da Federação Distrital do PS) que forças policiais reprimem as lutas do Povo: dos trabalhadores, dos agricultores, das populações locais. Outro exemplo (recolhido dum mar de casos): é o presidente socialista da CM de Fafe que, numa nota à altura do Ministério do Interior de Salazar, ameaça a luta dos feirantes contra as prepotências da Câmara.

Pelas suas posições de apoio directo à política de desastre do Governo PS/PSD, pela acção marcadamente antipopular que realizam na região, a partir dos órgãos autárquicos, os dirigentes do PS no Minho há já muito que deixaram de poder constituir um ponto de referência sério para a defesa dos interesses populares, democráticos, de liberdade, de desenvolvimento, de prestígio do próprio Poder Local. ■

600 novos militantes nas fileiras do PCP

O PCP reforça-se e dinamiza a sua actividade em toda a região. A importância da realização da 1.ª Assembleia da Organização Regional e das recentes Assembleias de âmbito concelhio, como sucedeu em **Braga, Viana do Castelo e V. Nova de Famalicão**, é destacada na análise da 2.ª reunião plenária da Direcção Regional do Minho do PCP, que recorda ainda o sucesso da campanha nacional de re-

crutamento a nível do Minho. Com efeito, só nos últimos meses aderiram ao Partido nesta região do Norte cerca de **seis centenas** de novos militantes.

O melhoramento do trabalho nas organizações de base local e de empresa, na ligação aos militantes e nas tarefas de expansão, divulgação e venda da Imprensa do Partido foi tema contemplado na reunião.



■ Albano Lima

Processo de ruína de uma empresa com 58% de capital público

COM ENCOMENDAS MAS SEM DINHEIRO

● 43 mil contos de remunerações por pagar em fins de fevereiro

João de Brito, serralheiro civil, Augusto Chasqueira, caixeiro, e Paulo Correia, actualmente dirigente sindical, dizem ao «Avante!» o que se passa na UTIC. Na qualidade de membros do executivo da Célula do PCP na empresa, acompanhados por Paulo Correia, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, abordam para o «Avante!» os pontos principais de um processo que pode conduzir ao encerramento do núcleo central da empresa. Estão em risco centenas de postos de trabalho. São apresentadas as medidas propostas pelas organizações representativas dos trabalhadores.

O que é hoje a UTIC? Uma empresa, um grupo...

Vendo bem, é uma coisa e outra. Quer dizer: não há contornos precisos, contornos muito exactos.

Desde quando?

Desde que foi implantado o sistema «holding»: o último grilo no desmembramento (descentralização, dizem eles) de grandes empresas; no nosso caso, de unidades — a fortes unidades — do sector empresarial do Estado. Na UTIC, que é uma empresa participada a 58 por cento pelo IPE (de capital misto, como dizem) a decisão «holding» foi tomada em assembleia geral de accionistas públicos e privados em 3 de Maio de 1980, mas só no início do ano passado é que esse sistema começou a funcionar.

Sem o Instituto de Participações do Estado (IPE) há outros accionistas de capital público, isto é, do sector empresarial do Estado?

Não. O Instituto... ou Investimentos

— vê-se escrito, pelo menos, ora de uma maneira ora de outra; o que é certo é que o IPE, se investe, é pouco e mal se sabe se investe ou não.

Mas não era isso...

Pois, o que se sabe é que o IPE, organismo que depende do Governo, ou da banca talvez na prática, detém 58 por cento do capital social da UTIC.

Como empresa tradicional, como grupo, ou «holding»?

Como empresa do sector empresarial do Estado, onde este continua a ter a maioria das acções — pelo menos, assim nos parece, e julgamos que assim acontece, segundo os estatutos da firma.

E quem detém a parte privada? Os restantes 42 por cento do capital estão distribuídos por umas 50 pequenas e médias empresas do ramo de transportes.

Alguém controla a maioria dessas acções privadas?

Ao certo não se sabe. A ideia que temos é que as acções estão em poder dessas pequenas e médias empresas. Se no meio delas se infiltrou alguma grande...

Como, por exemplo?

Por exemplo, só poderia ser a *Salvador Caetano*, que é a única e grande concorrente da UTIC, favorecida, aliás, em detrimento desta, apesar de a primeira ser uma privadíssima empresa, mas com fortes amigos no Governo.

Neste Governo? Exactamente. Ainda há pouco veio nos jornais que o ministro Veiga Simão se deslocou ao Porto para oferecer à *Salvador Caetano* um milhão de contos — 280 mil a fundo perdido — para desenvolvimento tecnológico; e na UTIC nem para salários há. Além disso a *Salvador Caetano* é beneficiada nos concursos públicos.

Em detrimento de quem? Da UTIC. Apesar dos 58 por cento

de capitais do Estado, dos 2300 trabalhadores que a UTIC emprega, inclusivamente dos preços de concorrência que pratica, ainda não está esquecido — pelo menos nós não esquecemos — o que se passou com a Carris aqui há uns três anos e tal. O caso veio a público em Novembro de 1981. Estava em causa o fornecimento de 282 autocarros à Carris, empresa do SEE como sabe. A UTIC concorreu. Segundo a comissão técnica encarregada de analisar as propostas, a Carris deveria comprar «volvos», «mans» e «renaults». Mas na decisão final os «renaults» (UTIC) desapareceram. Foram substituídos pelas «magirus», marca representada e carroçada pela *Salvador Caetano*. O próprio conselho de gerência da UTIC protestou. Face às provas públicas do concurso e às razões apresentadas oficialmente, foi pedido um inquérito ao Ministério dos Transportes. Creemos que ficou tudo como estava; quer dizer: a *Salvador Caetano* vendeu as «magirus» à Carris em detrimento da oferta da UTIC. Mas poderíamos citar outros casos.

empresas paralelas, que já existem. Aliás já falámos delas.

O desmembramento é uma realidade?

Como dissemos, a maioria das empresas que integram a «holding» têm autonomia jurídica e financeira; e não é nelas que há salários em atraso. Os atrasos surgem precisamente onde há maior concentração de trabalhadores, exceptuando o Porto, mais precisamente Vila Nova de Gaia, onde está instalado o segundo maior centro de produção da firma.

E os outros centros com mais trabalhadores...

Os maiores são aqui em Lisboa — Cabo Ruivo e Olivais. Em Vila Nova

restantes 23 mil contos são de retro-activos e de horas extraordinárias; e aí já não são só os 600; são muito mais.

E que conclusões tiram daí?

Daí o falarmos em aviso, em ameaça — ameaça de encerramento. Não apenas de aumentar o volume dos atrasados, mas de esta ser uma primeira fase para o completo desmembramento da empresa UTIC, que inclusivamente poderia encerrar e reabrir com outro nome, mas para explorar apenas e com muito menos trabalhadores as partes mais lucrativas da empresa.

Que são?

Para já, não existe qualquer propos-



Forte presença da UTIC na manifestação do último sábado em Lisboa. A unidade saiu reforçada na empresa com a eleição da Comissão de Trabalhadores (CT) em 7 do corrente. A lista A (unitária) obteve a maioria absoluta, com sete no total de onze mandatos

de Gaia há entre 900 e 1000 postos de trabalho ocupados; em Cabo Ruivo e Olivais (Lisboa) à volta de mil.

Vocês falaram há pouco dos salários em atraso como sendo um aviso, uma espécie de ameaça, se bem entendi.

Primeiro, é preciso ver que os salários não deixaram de ser pagos a todos os trabalhadores. Só cerca de 600 é que não receberam em Lisboa o mês de Fevereiro. No Porto e nas outras divisões da empresa não houve atrasos — o que não quer dizer que não venham também a ser afectados os restantes trabalhadores — e já este mês. No entanto, entre os 600 afectados agora, a esmagadora maioria são trabalhadores fabris. Em segundo lugar — e cremos que isso não foi bem explicado no que veio a público ultimamente — é que do total de 43 mil contos a que ascendia a dívida por atrasados no princípio deste mês — e que se mantém hoje, sexta-feira, 15, dia desta entrevista — desse total de 43 mil, diz, só 20 mil é que correspondem aos salários por pagar; os

● Acções diversas, forte mobilização
● Trabalhadores decididos a vencer
● Privilegiadas, por enquanto, as negociações

Bom, que pensam fazer? As ORTs da UTIC contam fortemente com a mobilização e a unidade

dos trabalhadores. Se os passos que demos até agora não resultarem, adoptaremos outras formas de luta. A disposição dos trabalhadores é essa. Sabemos que com a política deste Governo não podemos contar. Mas insistimos na negociação, no diálogo. De resto, a marcha que fizemos em Lisboa até à sede do IPE no dia 8 deste mês já deu alguns resultados. Conseguimos, pelo menos, a promessa de os salários em atraso serem liquidados e de se conseguir alguma estabilidade financeira, pelo menos para executar as encomendas em carteira. Depois da ida ao IPE, a direcção deste organismo já reuniu com o conselho de gerência e com os repre-

sentados do trabalho.

Na escola não há vida, vegeta-se. Este ensino é um *numerus clausus*, o seu objectivo não é educar.

Nas nossas escolas, as cadeiras estão de folga, as mesas foram de férias e os materiais rescindiram o contrato. Os professores e o pessoal auxiliar, esses estão no desemprego. É com tudo isto que os estudantes lutam.

Não reivindicam o impossível, não procuram o Eldorado. Querem «um ensino ligado à vida, inteligente e participado. Um ensino que fale também do Portugal de hoje». Pretendem «aprender e ser sempre um factor de progresso e transformação».

Dia 24 vai ser, pois, um dia de luta para muitos milhares de jovens. Não se pode dizer que os estudantes estão em luta, o que se deve afirmar é

sentados dos trabalhadores. De uma forma ou de outra, não ficaremos parados. Além das audiências pedidas aos órgãos de soberania — na Secretaria de Estado dos Transportes conseguimos já obter a marcação de uma entrevista — contactámos as comissões de trabalhadores da banca, para que apoiem e intercedam a favor da nossa luta. Sabemos como tem progredido a escalada contra o sector empresarial do Estado. Mas conhecemos também a força que os trabalhadores lhe têm oposto. O mesmo sucederá na UTIC. O que pretendem impedir receitas de antigamente, como se fossem o último grilo da moda capitalista — é ver o caso dos desmembramentos, das descapitalizações em grandes empresas tanto públicas como privadas — vão continuar a deparar com forte oposição e luta, pois os trabalhadores têm consciência que não é só o sistema económico que é atacado; é o regime democrático que está na mira do grande capital especulador e das forças políticas que o representam, ou lhe fazem o jogo deliberadamente. ■

24 de Março — Dia do Estudante

Ensino melhor Precisa-se!

24 de Março é o Dia do Estudante. Em 1962, foi esta a data escolhida pelos jovens universitários para realizarem uma jornada de luta pela democracia que ficou histórica. Hoje, 23 anos que são passados, o 24 de Março continua a ser um dia de protesto, pela dignificação do ensino.

As estruturas estudantis afirmam, num apelo para a participação nas comemorações do 24 de Março, que «este ensino não tem nada pra nos dar. É um ensino para esquecer».

«Esta escola só abriu porque havia uma porta para abrir», além do mais, é «(quem sabe) um perigo de morte». Os estudantes salientam que «este ensino não é uma porta aberta; é um obstáculo» e que estudar é «qualquer coisa como lutar contra a maré».

«Que se passa actualmente com o sistema educativo em Portugal é algo de muito grave. «O seu objectivo não é formar. O fim é para subir a nota. Matemática é subir a nota, filosofia é para subir a nota, Camões é para subir a nota. Não há prática desportiva, não há participação democrática, não há animação cultural».

«Na escola não há vida, vegeta-se. Este ensino é um *numerus clausus*, o seu objectivo não é educar.

Nas nossas escolas, as cadeiras estão de folga, as mesas foram de férias e os materiais rescindiram o contrato. Os professores e o pessoal auxiliar, esses estão no desemprego. É com tudo isto que os estudantes lutam.

Não reivindicam o impossível, não procuram o Eldorado. Querem «um ensino ligado à vida, inteligente e participado. Um ensino que fale também do Portugal de hoje». Pretendem «aprender e ser sempre um factor de progresso e transformação».

Dia 24 vai ser, pois, um dia de luta para muitos milhares de jovens. Não se pode dizer que os estudantes estão em luta, o que se deve afirmar é

— pela porta como qualquer casa de bem que se preze, e não pelo tecto, como é usual por esse País fora. Os professores têm de possuir condições para trabalhar e os alunos para estudar.

Também a escola tem que passar por Abril. O ensino tem de ser gratuito e obrigatório — tal qual o manda a Constituição da República Portuguesa — participado e virado para a vida. O ensino não pode ter vergonha, não se

Profissão: estudante

Nestas coisas é como se sabe. Aos dez anos, uma criança vai até ao arquivo de identificação da sua zona. Vai enfiada, olhando para todas aquelas pernas à sua volta e para a multidão que ressona nas bichas; a face ao rubro porque, apesar de ir pela mão dos pais, é a primeira vez que se mete numa bicha para tratar de um seu documento.

Com uma leve tremura na mão, a mãe penteia-lhe o cabelo e passados uns minutos aparece de gravatinha e com ar de homem tipo passe.

Depois, põem-lhe um pau na cabeça, dizem que já está crescidinho e borram-lhe o dedo todo. Aí, começa a sentir saudades da infância. Vai a correr lavar-se e passam-lhe uma caneta para a mão.

Tem que assinar. Com letras muito grandes e vários rabiscos cuidadosamente descuidados, afirma que já é alguém.

Passados uns dias, lá volta, agora como se estivesse em casa a brincar aos cobóis e fosse o bom da fita, e passam-lhe o seu primeiro documento para a mão.

Vê que já tem quase metro e meio, que é solteiro e que... a seguir à profissão escreveram «estudante».

Lembra-se do recreio que não existe, das aulas de ginástica que nunca teve e da chuva na sua carteira. Guarda o sorriso triunfal no bolso e pega na mão dos pais. ■

termo «Estudante». Para poderem dizer — eu sou estudante — de cara bem enguida, em vez de, cabisbaixos, afirmarem que andam na escola.

Tal é, verdadeiramente, o objectivo da jornada de luta em que vão transformar os próximos dias.

É que o Ministério tem de ministrar, o ministro que coordenar e o ensino que ensinar. As escolas têm que abrir

pode fechar dentro de uma concha. Tem de ser aberto, amplo e democrático.

São razões, mais do que justas, para se lutar. São as razões apontadas pelos estudantes e que fazem a sua força e a sua unidade. Seja no Secundário, seja no Superior, a sua luta é a mesma: pela dignificação do ensino. ■

Amanhã, concentração frente ao Ministério

Em Portugal, as escolas estão fechadas, as portas arrombadas e o Ministério... na 5 de Outubro. Estas as razões que levam os estudantes do ensino secundário de Lisboa a irem até esta avenida, amanhã (dia 22), para exigir do novo ministro um ensino melhor.

Também em Lisboa, mas no dia 23, a Faculdade de Letras vai servir de palco para as Jornadas Pedagógicas do Ensino Superior. Aí se discutirão os diversos problemas universitários, desde o Apolo Social, o seu orçamento, a participação dos estudantes e os problemas pedagógicos.

No Porto, vai haver, amanhã, festa de arromba no Pavilhão do Atlético.

Actualmente, em todas as escolas, estão a ser elaborados cadernos reivindicativos para serem entregues no Ministério, durante a concentração.

O 24 de Março também vai ser comemorado com acções reivindicativas, culturais e recreativas em todas as escolas do País.

Mas todos aqueles que queiram dizer de sua justiça podem ir, na tarde do dia 23, até à Praça da Figueira onde funcionará uma tribuna juvenil.

Entretanto, e segundo informações da comissão coordenadora de Lisboa, mais de trezentas estruturas estudantis subscreveram, até ao momento, o apelo para as comemorações do 24 de Março.

Propostas lúcidas e viáveis

● Recusadas medidas que conduzam a um maior desmembramento e ao fim da UTIC como unidade de produção

Sob o falso lema do reordenamento, impulsionado pelo Ministério da Indústria e Energia, que se traduz em desmembramentos, escassez e falta de crédito, encerramentos e descapitalização, este Governo é um dos primeiros responsáveis pela destruição corrente de grandes unidades produtivas, em especial na indústria metalúrgica e metalomecânica, com duros reflexos nas actividades afins.

O sistema económico legalmente instituído, sustentáculo principal do regime democrático e do seu desenvolvimento, é atacado nos seus fundamentos através dos salários em atraso; dos despedimentos; do desprezo por poderosas energias desaproveitadas; inclusivamente a força de trabalho organizada; das leis ditas laborais, que o ministro do Trabalho se impacienta por pôr em prática rapidamente.

As respostas dos trabalhadores têm sido claras e dão resultado. Há que desenvolver-las e torná-las mais fortes no momento exacto e nos locais onde é necessário actuar, reafirmam os nossos entrevistados de hoje.

As medidas já em vigor e outras preconizadas por Veiga Simão, ministro da Indústria e Energia do grande capital financeiro, as ORTs reclamam, no caso da UTIC, as medidas seguintes:

a) — Desbloqueamento imediato do financiamento à produção da carteira de encomendas em curso, nomeadamente: 148 unidades (autocarros) para a Rodoviária Nacional; 17 para os Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP), não excluindo possíveis encomendas dos sócios privados ou outros clientes.

b) — Saneamento económico-financeiro da empresa; que os responsáveis do Governo/IPE e sócios privados assumam a quota-parte de responsabilidades, dotando a em-

presa de meios financeiros e técnicos indispensáveis ao seu normal funcionamento.

c) — Defesa da UTIC como um todo, não aceitando a ideia já expressa pelo conselho de gerência de a UTIC poder vir a vender partes da empresa, o que a verificar-se teria a frontal oposição dos trabalhadores.

d) — Que seja garantida a manutenção dos postos de trabalho, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e que não seja posto em causa o direito inalienável do pagamento integral e pontual dos salários a todos os trabalhadores.

As ORTs da UTIC, segundo documento aprovado em plenário, reclamam ainda «clarificação e informação objectiva» sobre:

e) — Processo de negociação com o Zaire e o seu prosseguimento ou não, assim como a posição do Governo/IPE sobre o mesmo.

f) — Exigirmos do conselho de gerência/IPE uma posição sobre as propostas de viabilização da UTIC, apresentadas pelo CG.

g) — Reclamarmos dos gestores da banca nacionalizada um tratamento de igualdade de critérios de financiamentos iguais aos concedidos às empresas privadas concorrentes da UTIC para situações anómalas, como o caso vertente dos financiamentos à produção.

As organizações representativas dos trabalhadores da UTIC continuam na disposição de negociar todas estas propostas a todos os níveis, Governo e conselho de gerência, nomeadamente.

■ **Leandro Martins**

HUNGRIA 1985

Um caminho em frente

A primeira ideia que os camaradas húngaros comunicaram à dúzia de jornalistas de órgãos centrais de partidos irmãos do ocidente capitalista da Europa foi a ideia de estabilidade na construção do socialismo apesar dos problemas, do equilíbrio de uma sociedade empenhada na resolução dos problemas económicos e no relançamento da produção e do nível de vida afectados nos últimos anos. A ideia de uma relação equilibrada e confiante entre as «classes» da sociedade, entre a população e os dirigentes. A ideia de um «consenso nacional» sobre os grandes objectivos da construção do socialismo pesem embora as diferenças de pontos de vista das diversas camadas, das questões ideológicas, dos diferendos não antagónicos entre as diversas componentes da sociedade húngara.

Entre o muito que nos foi dado ver e ouvir nos curtíssimos oito dias que passámos na Hungria, em vésperas do Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro – que vai ter lugar em Budapeste no magnífico Palácio dos Congressos que visitámos e que acabava de ser inaugurado – tivémos oportunidade de confirmar o que essa ideia nos disse. O panorama que traçamos nesta reportagem, necessariamente curta, circunscrita ao que de essencial constatámos em apenas um dos dezasseis distritos da Hungria, pode valer para o resto do país – um país que em apenas quarenta anos saiu das sombras da exploração capitalista e feudal para o socialismo que vive na actualidade. Mesmo que esse socialismo – e é assim uma realidade afastada de esquemas e de ideias feitas – seja não um mar, mas um rio de problemas, de vias a acertar, de questões a resolver. Em «consenso nacional».

Não há milagres

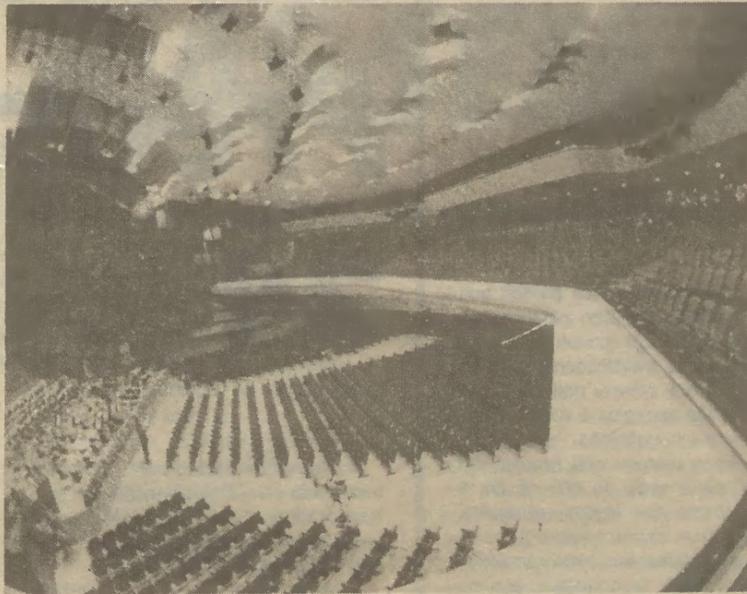
O director adjunto do departamento de agitação e propaganda, camarada

Barabás, que nos recebeu na sede do Partido, fez questão de não esconder, nas suas informações, os problemas que existem. Como de resto em todas as visitas que efectuámos. Referiu-se, por exemplo, à inquietação que a sociedade húngara sente no presente em relação às perspectivas que se colocam hoje, uma vez que, nos últimos anos, se assistiu a um abrandamento no crescimento económico.

«As pessoas», disse, «esperam soluções. Não milagres exteriores, mas sim soluções que venham do Partido e do Estado. Essa expectativa é mais uma razão que demonstra a boa relação existente entre o Partido e a população».

E explicou as origens da actual situação:

«Atravessámos um período difícil sob todos os pontos de vista», sublinhou, referindo as decisões do último congresso do POSH, o XII, que visaram a estabilização da economia e a manutenção do nível de vida. O consumo, nos anos 70, foi mais alto que a produção, disse ainda. Erros, ocasionados sem má intenção mas revelando falhas no conhecimento das condições reais que influenciaram a economia húngara, nomeadamente su-



É nesta ampla sala do Palácio dos Congressos há pouco inaugurado, que vai ter lugar o XIII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro

bestimando a influência dos preços do petróleo – a Hungria depende, do ponto de vista energético, das importações – levaram a um certo desequilíbrio da economia. Em 1979, o Partido decidiu concentrar esforços no restabelecimento das relações com o exterior, travando o consumo e garantindo que a produção o ultrapassasse regularmente.

Isto exigiu um grande esforço, cinco anos que deixaram marcas. O crescimento diminuiu, embora entre 1980 e 1984 se tenha registado um crescimento de 9 por cento na produção industrial. A promessa feita em 79, de não diminuir o nível de vida, foi cumprida. O equilíbrio externo foi restabelecido, asseguraram-nos. A balança comercial é positiva, tal como a balan-

ça de pagamentos. Registraram-se melhorias no equilíbrio interno, nos investimentos e no mercado. Algumas camadas da população, porém, os reformados e os jovens, viram diminuído o seu nível de vida. Embora o consumo real da população tenha aumentado ligeiramente – 6 por cento em 5 anos.

E agora?

E agora? Esta pergunta não é colocada apenas pela população em geral. Também os membros do Partido querem que o Congresso a realizar fixe um programa claro para a continuação da construção do socialismo, um programa que seja realizável e que constitua um estímulo para avançar. Não é possível, disseram-nos, prometer apenas a manutenção do actual nível de vida. A sociedade não aceitaria a modéstia da meta nem se mobilizaria para os novos esforços que vão ser pedidos...

E aqui está, dizemos nós, uma diferença abissal entre dois sistemas sociais. Face aos problemas económicos – que uma economia mesmo de tipo socialista possui dada a sua dependência de relações estreitas com o capitalismo, ressentindo-se das crises que grassam no ocidente – os esforços pedidos pelos responsáveis têm de ter, nos planos desses responsáveis em que todos participam, uma compensação. E esperam que o desenvolvimento do país, passando o tempo mais difícil, acelere. Que a vida venha a ser mais fácil para as famílias numerosas, para os reformados, para os jovens que procuram o primeiro emprego, para os que pretendem encontrar uma casa onde morar.

Não se trata apenas de esperanças, mas sim de trabalho baseado em resultados já alcançados nos últimos tempos. Os resultados de 1984, sublinharam-nos, já foram melhores. Não se trata, também, de uma aposta cega – o que se prevê é uma dinâmica moderada, um crescimento anual de 3 por cento ao ano para o período compreendido entre 1986 e 1990.

Planeia-se – e o Congresso o definirá, embora sem números definitivos e sem percentagens (tal pertence ao Plano) – uma nova dinâmica no investimento até agora travado: ultrapassar o atraso tecnológico, iniciar a electrificação, desenvolver as reservas nacionais economizando energia e matérias primas, promovendo uma melhor disciplina no trabalho e na organização.

Democracia e eficácia

Ao mesmo tempo que se aponta a necessidade de adaptar as actividades económicas em função da sua rentabilidade e de medir pela rentabilidade a qualidade do trabalho, são apontadas orientações novas para a direcção das empresas, cuja finalidade é uma maior participação dos trabalhadores na gestão e na vida das mesmas.

Desemprego não existe na Hungria. O que existe, pelo contrário, é falta de mão de obra e, por outro lado, necessidade de tornar mais eficaz o emprego no interior das próprias empresas.

Inflação, entretanto, é um problema e, ao mesmo tempo que se procura aumentar os salários reais, ligando-os à rentabilidade do trabalho e cumprindo assim um dos pressupostos do socialismo, os preços devem continuar a reflectir, sublinharam-nos, o valor real dos produtos, diminuindo os subsídios aos bens de consumo.

Uma série de medidas – traduzidas em disposições legais – começaram já e vão continuar a reforçar a participação democrática dos trabalhadores e do povo nos destinos do país. A nível dos órgãos do poder, a nova lei eleitoral pretende acentuar o papel do parlamento na direcção do Estado, cabendo-lhe o maior dinamismo na actividade legislativa, ao mesmo tempo que se alarga significativamente o papel dos eleitos e a sua representatividade – com diversidade de candidaturas aos lugares políticos.

Em todas as organizações, entretanto, se prevê – e está em curso – o aprofundamento da democracia socialista, com medidas que visam uma melhor concordância dos interesses das direcções dos estabelecimentos e empresas, dos trabalhadores e do Estado.

Partido

Aperfeiçoar – parece ser a palavra de ordem, o resultado dos debates preparatórios que ocuparam os militantes do POSH. Tendo em conta a nova realidade, uma sociedade muito diferente daquela que há quarenta anos se libertou do nazismo – e ninguém o esquece – e encetou o caminho do socialismo. A realidade de hoje é profundamente diferente e, nos poucos dias que passámos em terra húngara, tivémos oportunidade de observar directamente. Tal como o desemprego foi erradicado, tal como a exploração desapareceu no fundamental, também acabou o analfabetis-



Budapeste. Uma cidade viva, dinâmica, moderna, espelho de um país em desenvolvimento

Da saúde aos tempos livres



mo, a saúde melhorou, viver, estudar, crescer tem outro significado, um significado de progresso.

À frente deste progresso, desbravando o caminho, está o Partido Operário Socialista Húngaro. Que concluiu que os princípios e os valores socialistas têm tendência a tomarem cada vez maior relevo numa sociedade em que a população, na generalidade, está de acordo no fundamental com o rumo traçado em direcção ao socialismo desenvolvido.

Recusando o idealismo, as ideias feitas, as facilidades, os comunistas húngaros, que preparam o seu Congresso, insistem em que o Partido, cujo papel dirigente é hoje uma exigência nacional, que nos últimos cinco anos se reforçou com mais 50 mil membros, um partido operário cujos membros são na maioria operários industriais — mais de 50 por cento — insistem que o Partido deve acentuar ainda mais, aprofundando o debate ideológico, o seu combate pelos princípios do marxismo-leninismo, dando resposta aos novos problemas da vida. ■

Nagyatad é uma cidade. Pequena, 140 mil habitantes. Vêmo-la a espriar-se ao sol, à claridade da neve cobrindo o terreno plano. Belos edifícios modernos que poupam a característica arquitectónica da urbe. Vêmo-la do alto do seu hospital que viemos visitar, um edifício recente, construído em 1975, que se ergue como a vigiar a saúde dos habitantes desta cidade industrial do departamento de Somogy. Mas não só a dos habitantes da cidade. Este hospital é um dos quatro de que o distrito dispõe. E viemos aqui nesta volta de viagem a espreitar um pouco como é a saúde. A semana passada falámos da economia, do trabalho, da produção. Hoje damos conta do que vimos e ouvimos acerca de outros aspectos importantes da vida dos húngaros que vivem e trabalham no distrito.

Uma pergunta extraordinária

É um belo hospital. Que não cheira a doença e a desgraça, onde as mazelas se não aglomeram em corredores. Percorremos os diversos andares acompanhados do director, o Dr. Szirtes, a explicar o funcionamento da casa. É de manhã, o sol entra rasgando pelas janelas, alguns doentes estão na biblioteca a requisitar livros, enfermeiras e médicos atravessam os

átrios, trocam palavras de conversa amena com pacientes que dão uma passeata em pijama.

Mas passemos das aparências. Subimos à maternidade, visitamos a estufa onde bebés prematuros se aconchegam nos seus casulos especiais, as salas onde outros bebés dormem o sono da manhã. Damos uma larga volta pelas instalações e somos depois recebidos numa sala. Aqui é um hospital, não nos oferecem um conhaque ou uma aguardente, ficamos a sumos e a bolos ainda quentes que as próprias cozinhas do hospital fabricam. Temos tempo de uma conversa, a ouvir o panorama da saúde.

Este hospital, para além da clínica geral e da cirurgia traumatológica, de várias salas de operações e de laboratórios de análise, de raios X, do banco de sangue, da fisioterapia, etc, possui uma vasta gama de especialidades médicas.

Com 680 camas, está preparado para quase tudo, tem uma policlínica com 19 especialidades, da oto-rino à psiquiatria, à neurologia, à ginecologia. Possui uma unidade de cuidados intensivos, realiza controlos oncológicos e antituberculose. Mas não tem tudo e este estabelecimento articula-se com os outros quatro existentes no distrito. Assim, a ORL, a maternidade e a cirurgia servem 85 mil habitantes, ao passo que a reumatologia abrange 330 mil, a traumatologia 120 mil.

Números. Significativos. Um nosso camarada de reportagem pergunta,

por exemplo, se, havendo tendência a aumento de acidentes na estrada por aumentar constantemente o número de carros e a intensidade do tráfego, em quanto tempo é que um acidentado é atendido no Hospital. O Dr. Szirtes, que é especialista destas coisas, explica: «em poucos minutos». E desenvolve: em toda a Hungria, onde existe um serviço nacional de ambulâncias com apoio de aviação e de helicópteros, o acidente mais complexo e seja em que local for, demora a ser socorrido e o acidentado a dar entrada no hospital, no máximo meia hora!

Já agora, pergunto, e se um cidadão precisar ser atendido, por exemplo pelo dentista? Vai ao hospital, pede a consulta e é atendido. No mesmo dia? E se for... — penso numa coisa difícil —, se for uma consulta de oftalmologia? O espanto é dos meus interlocutores: o cidadão vai ao hospital, pede a consulta e é atendido daí a pouco...

A pergunta foi tão estranha que a repórter do jornal do distrito, o «Somogyi Néplap» registou-a e apareceu no jornal do dia seguinte. É que não resisti a fazer comparações com os serviços de saúde que por cá temos...

Ler

E por falar nele, também visitámos o jornal. O «Somogyi Néplap», órgão local do POSH, um diário de 8 páginas — com o dobro na edição de sábado — tem uma tiragem de 70 mil exemplares! A sua distribuição assenta esmagadoramente nas assinaturas — 68500 exemplares chegam todas as manhãs pelo correio às partes mais recônditas do distrito.

Estivemos na redacção onde fomos recebidos pelo camarada Jávori e por outros membros do corpo redactorial que nos inteiraram do seu trabalho. Para além das informações de carácter político que recebem directamente dos órgãos centrais do Partido e do Governo, e, ainda dos órgãos distritais, a sua pequena redacção, responsável por um trabalho planificado que se divide em três secções — internacional, economia, ideologia e cultura —, está sempre mobilizada e vai ao encontro da notícia, recolhe a reportagem, tem ligação estreita com os problemas e com a vida da população para a qual escreve diariamente.

Para além de um serviço de atendimento de informações, para além do trabalho de reportagem em que o jornal recolhe a realidade vivida no distrito, a secção da correspondência assume particular significado, é uma secção viva onde se levantam problemas, se denunciam situações, se apresentam sugestões.

Esta grande comunicação através da leitura fomos encontrá-la também na Biblioteca «Palmiro Togliatti» onde o director nos recebeu ao fim da tarde, em Kaposvár. A biblioteca que visitamos é apenas a principal de uma rede que abarca todo o distrito. As bibliotecas municipais, dirigidas e alimentadas pelas autarquias, constituem um grande centro de interesse cultural para os habitantes. Esta, equipada com 225 mil volumes e publicações — comprando cerca de 14 a 15 mil volumes por ano —, contando

com 60 empregados, 38 dos quais directamente ao serviço do leitor, tem nada menos do que 11 mil leitores inscritos.

Lê-se bastante, pois. E são as crianças e os estudantes os que mais facilmente se dirigem à biblioteca. Cumpre esclarecer que as empresas grandes dispõem também da sua própria. Mas há cerca de milhar e meio de operários que regularmente levantam livros aqui, para além de 2600 «intelectuais» (e esta classificação é bastante lata nos países socialistas...)

Cada leitor, em média, lê 22 livros por ano. E esta biblioteca possui ainda 14 filiais nos bairros mais afastados da cidade. O distrito possui nada menos de 309! Sem falar das 87 bibliotecas de empresa e das 170 escolas.

A Costa de Prata

A Costa de Prata é esta região à beira do Balatón. Depois dos números, falemos ainda deles, mas dos que vão para férias. Costa de Prata, nome a calhar neste tempo de neve, com o lago bem gelado onde me atrevo a passear ouvindo a água surdamente bater lá no fundo. No centro de férias onde somos recebidos pelo director, perto de Sciófok, visitamos as grandes salas de jantar, as salas de jogos e de convívio, até os quartos.

É um centro de férias, chamam-lhe casa de repouso, pertence aos sindicatos, mas trata-se de um verdadeiro hotel moderno, com as estrelas todas. Para esta região vêm 103 mil trabalhadores dos 450 mil que anualmente beneficiam das férias organizadas pelos sindicatos. Em 1949, quando estes passaram a ocupar-se das férias organizadas, apenas 89 mil trabalhadores podiam beneficiar delas e em condições muito diferentes das de hoje.

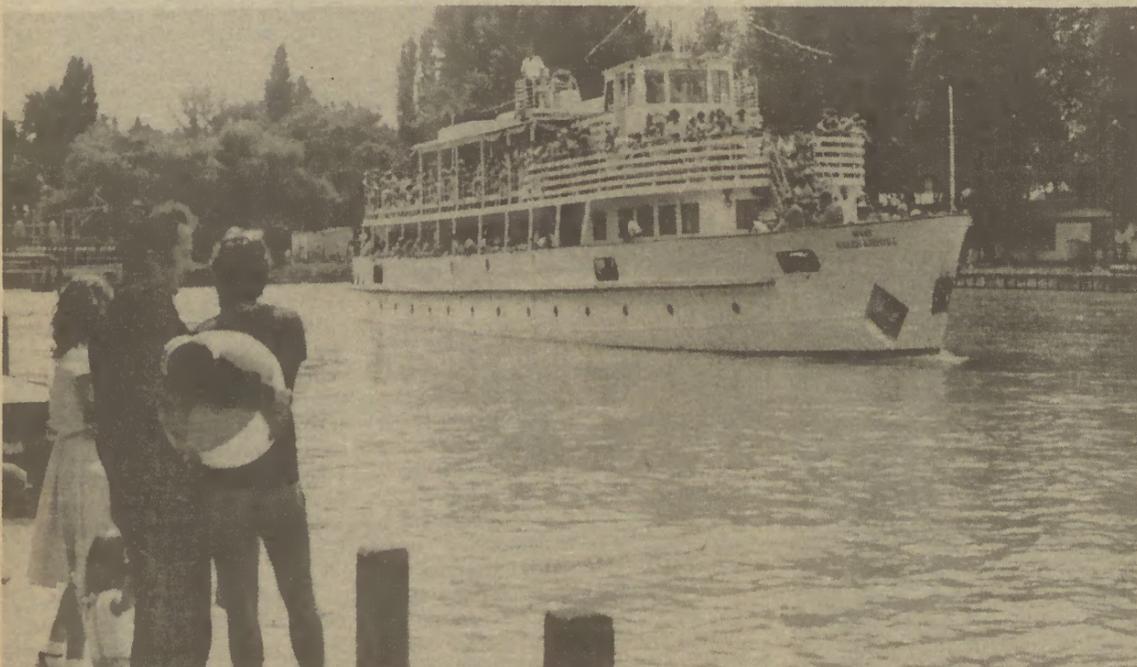
Os números actuais, porém, poderiam imaginar-se maiores. Mas o nível de vida que fez triplicar o número de viaturas privadas, as residências secundárias, as viagens ao estrangeiro são outros pólos de interesse para os trabalhadores. Umhas férias aqui — 15 dias ao sol do lago, três refeições diárias, excursões, jogos, programas culturais, desportos — custam nos meses de Junho, Julho e Agosto, cerca de 1300 fts (cerca de 5 mil escudos), para um salário médio de 5 mil forints (20 mil escudos). Mas atenção às comparações abusivas — o salário de um operário qualificado, como vimos na semana anterior, pode atingir o triplo... e as despesas base — alojamento, educação, saúde, etc — não se podem comparar com as despesas que a gente faz por cá, ou porque aquelas não existem ou porque são diminutas no orçamento familiar.

No sul do Balatón há 70 casas como a que visitámos — chamemo-lhes hotéis, que é o que são, por fora e por dentro. Este tem 345 quartos — cada um para dois adultos e uma criança —, salas de jogos, cafés, sala de música, uma biblioteca com 6 mil livros, uma sala de ginástica, um excelente teatro com 500 lugares, uma ampla sala de jantar para 780 pessoas, uma piscina, um solário...

Há muitos países com «costas de prata». A Hungria, porém, sem mar, tem uma de prata verdadeira. ■



Na redacção do Somogyi Néplap, uma conversa entre camaradas. Onde ficamos a saber que os húngaros prezam a informação verdadeira e a cultura



Tempos livres, na Hungria, não são uma palavra vazia nem apenas tempos vagos. São férias mesmo, acessíveis a todos

BOLÍVIA

SOS pela democracia

Paralisada por uma greve geral ilimitada, a braços com uma inflação que ameaça atingir este ano valores inclassificáveis, com a moeda nacional sujeita à maxi-desvalorização de 400 por cento e eleições gerais antecipadas marcadas para Junho próximo, a Bolívia vive hoje um dos maiores desafios da sua

História.

Não será exagerado dizer que tudo pode acontecer num país onde parece ter desaparecido a noção das proporções e onde o espectro da ditadura espreita a cada esquina. As ameaças de golpe militar crescem de tal forma que a surpresa será que não se concretize.

Quando Siles Suazo tomou posse como presidente da Bolívia em 1982, cargo para que fora eleito em 1980 mas que não chegou a ocupar devido a um golpe militar, e formou um governo de unidade popular integrado por elementos do seu partido (o MNRI), do Partido Comunista Boliviano e do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), dava corpo a uma aspiração profunda do povo boliviano: o regresso às instituições democráticas e à unidade das forças de esquerda.

Expectativa e esperança são talvez os dois termos que melhor exprimem o clima que então se gerou no país. Porque ninguém tinha dúvidas das dificuldades que esperavam o novo governo.

Os militares, retirados do poder mas marcados pela sua tradicional tentação de poder, regressavam às casernas sem que a hierarquia golpista tivesse sido tão saneada como o seu próprio passado impunha. As tentativas posteriores nesse sentido nunca foram pacíficas e a contestação às medidas de Suazo (ainda que moderadas) saldaram-se por levantamentos e tentativas de golpes que, embora abortados, não deixam de ser signifi-

cativos da instabilidade reinante entre as forças armadas.

O panorama económico do país não era mais animador. Com uma dívida externa asfixiante, os principais sectores da produção abandonados ou subaproveitados, vivendo quase exclusivamente do comércio clandestino da droga, a Bolívia precisava urgentemente de reformas profundas que exigiam em primeiro lugar coragem política e determinação para serem postas em prática.

A seu favor, o governo de unidade popular de Siles Suazo tinha o apoio das massas trabalhadoras, do povo boliviano cansado da exploração e da opressão. Teria sido o bastante (ou o suficiente) se a coragem política não faltasse e a unidade de esquerda resistisse às pressões que se sabia inevitáveis.

Tal não sucedeu. As negociações sobre a dívida externa, designadamente com o FMI, não conduziram aos resultados esperados e traduziram-se na prática por novas imposições de sacrifícios à mais que sacrificada população trabalhadora boliviana, obrigada uma vez mais a suportar a maior fatia da crise.

A fragilidade da aliança de esquer-



A poderosa Central Operária Boliviana desempenha um papel determinante na vida do país; a defesa da democracia passa pela justeza das suas reivindicações



Sucedem-se em La Paz as manifestações de protesto contra a fraude, a corrupção, as tentativas de golpe

da tornou-se patente com a incapacidade em chegar a acordo nas soluções para a resolução dos problemas nacionais, acabando Siles Suazo por formar um novo governo de que fazem parte apenas membros do seu partido (social-democrata) e independentes.

Os problemas, esses, não pararam de se agravar.

desastre económico

Dizer que na Bolívia, segundo os próprios economistas do país, a inflação poderá este ano escapar a qualquer controlo e chegar aos 116 000 por cento (cento e dezasseis mil) parece um absurdo. E, no entanto, de 1982 até finais do ano passado a inflação passou de 276 por cento para 2700 por cento, num ritmo a que quase parece irrisório chamar galopante.

Se se atender agora que, na sequência da maxi-desvalorização de 400 por cento do peso, anunciada pelo presidente Suazo, o dólar atingiu no mês de Fevereiro, a nível oficial, os 45 mil pesos, começa talvez a entender-se como podem os economistas chegar às referidas previsões, por mais impensáveis que elas pareçam.

As consequências da desvalorização do peso boliviano foram brutais: os cereais, as carnes, frutas e legumes sofreram aumentos da ordem dos 340 por cento, enquanto a gasolina subia 475 por cento. Só no mês de Janeiro a inflação atingiu os 80 por cento.

Os novos aumentos decretados na terceira semana de Fevereiro parecem ter sido a gota de água que fez transbordar os protestos. Muitas lojas fecharam, os empresários fizeram paralisar cerca de 80 por cento dos transportes colectivos em protesto contra o aumento da gasolina, as greves multiplicaram-se. A poderosa Central Operária Boliviana (COB) decretou uma greve geral ilimitada, apoiada pela Confederação Sindical Unida dos Trabalhadores Rurais da

Bolívia, cujos membros começaram na semana passada a bloquear todas as estradas do país.

De acordo com as afirmações dos dirigentes daquela Confederação, o corte de estradas só seria suspenso com a satisfação das reivindicações da COB, designadamente no que respeita à nacionalização dos bancos e do comércio externo, o não pagamento da dívida externa e a transferência para os municípios dos transportes colectivos.

Mas não são apenas os sectores trabalhadores (não poucas vezes arrastados para posições extremistas fáceis de fazer germinar em situações tão caóticas como esta) que pressionam o governo boliviano.

Entre os aspectos mais positivos da actividade do governo do presidente Siles Suazo conta-se o combate ao tráfico de droga, a que estão reconhecidamente ligados oficiais bolivianos que fizeram carreira durante as ditaduras de Hugo Banzer e Garcia Meza. Nas várias operações realizadas pelas autoridades foram apreendidas centenas de quilos de coca, entre outras coisas, num valor estimado em 100 milhões de dólares.

Mas também neste domínio a intervenção oficial não é fácil. O combate ao tráfico de droga, cujo valor anual atinge os 2,5 mil milhões de dólares, implica o encontrar de soluções alternativas para mais de 400 mil camponeses que vivem do cultivo de coca. Sem que tal seja feito, com todos os problemas que indiscutivelmente implicará qualquer projecto nesse sentido, o governo boliviano terá sempre contra si o descontentamento dessa parcela da população, ancestralmente ligada àquela actividade.

E implica, evidentemente, ter força bastante para enfrentar os militares e toda a oligarquia mafiosa que têm no contrabando de coca para os Estados Unidos (para onde segue cerca de 90 por cento da produção) a sua galinha dos ovos de ouro.

Pressionado à esquerda e à direita, Siles Suazo, que no seu curto mandato conta com um sequestro (em Junho de 1984), uma tentativa séria de golpe militar (em Dezembro último) e várias ameaças, várias greves gerais das quais ilimitadas (uma em Novembro e outra agora), foi forçado a antecipar as eleições gerais que só se deveriam realizar no próximo ano.

Marcadas as eleições para 16 de Junho e tendo os candidatos de oficializar a sua candidatura até 60 dias antes daquela data, fácil é concluir que o clima que se vive na Bolívia é já de campanha eleitoral.

Uma campanha que nada pressagia de bom. Um dos candidatos mais activos é o ex-ditador general Hugo Banzer, que desfraldou a bandeira do «combate à anarquia». Ele, que é justamente um dos responsáveis pelo estado explosivo a que chegou o país...

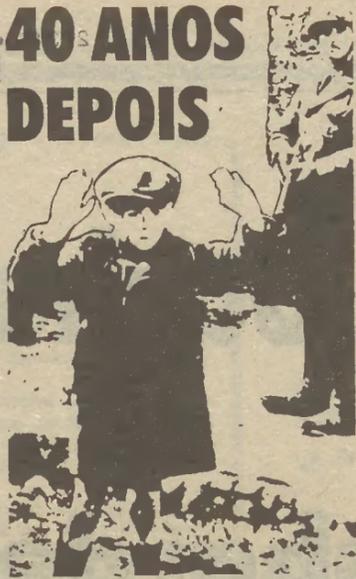
Dos quartéis bolivianos chegam notícias de agitação. O golpe parece estar já na forja.

Negras são as nuvens que pairam sobre a Bolívia. Tudo pode acontecer a qualquer momento. Até a unidade das forças realmente representativas de um povo que sempre lutou pela democracia. ■



Na Bolívia, país que detém o recorde dos golpes de Estado, a ameaça da intervenção militar é uma constante

■ J. Pina Moura



Comemorar a vitória defender a paz

Pontos convergentes e de ligação entre a evocação reaccionária da Segunda Guerra e a actualidade política internacional

Para quem acompanhe com alguma atenção os meios de comunicação social, torna-se claro e evidente que as comemorações do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial servem já hoje em Portugal de pretexto e constituem eixo de uma campanha ideológica, caracterizada e orientada para um anti-sovietismo e anticomunismo que procura, entretanto, vestir as respeitáveis roupagens da «investigação» e «divulgação» da história daquela época.

Não é difícil identificar — em muitos artigos escritos (do «Expresso» ao «Semanário», passando pelo «Jornal», «Diário de Notícias» e até pelo «Diário de Lisboa») e em alguns filmes exibidos pela Televisão — um objectivo permanente, persistente e insidioso da campanha: **desvirtuar e reescrever** (quarenta anos depois) a **verdade histórica sobre os acontecimentos** que, naquela época, determinaram as causas e a evolução da guerra bem como os seus resultados e consequências políticas posteriores.

Assim como não é ousado afirmar-se que este grande esforço «historiográfico» de publicistas reaccionários — desde o incansável lutador pelos direitos do «gado bravo» António Maria Pereira até ao desalinhado repórter parlamentar da Televisão Portuguesa — tem óbvios e indissociáveis nexos com a actualidade política internacional e até nacional.

Pois não vemos e lemos que Kolh (chanceler da RFA) se prepara para presidir ao Congresso dos revanchistas alemães conhecidos por «refugiados de Silésia», que prometem marchar de novo para leste à reconquista

das terras perdidas há 40 anos? E não vemos Reagan dizer «não aceitar como definitivas as fronteiras políticas da Europa» definidas há 40 anos em alta, reconfirmadas há 10 anos em Helsínquia e, num caso como noutro, aceites e reconhecidas por dois predecessores de Reagan na Presidência dos EUA? E não sabemos nós que Reagan, no exacto dia em que se comemora o 40.º aniversário da derrota e capitulação da Alemanha nazi, falará em Estraburgo, no Conselho da Europa, seguramente dando livre curso a esta e outras provocações e, simultaneamente omitindo ou reduzindo ao mínimo possível o significado do histórico 8 de Maio de 1945, como marco inesquecível do triunfo de uma coligação de Estados e Povos — entre eles os próprios Estados Unidos — que apesar dos seus regimes sociais diferentes se uniram com um objectivo comum — a derrota da barbárie nazi? E será que nos podemos esquecer de que, após o seu discurso, Reagan voará de Estraburgo para Portugal, numa viagem que — diz-se — terá, entre outros objectivos, tornar explícita a adesão de R. Reagan à «comissão

de apoios estrangeiros» à candidatura presidencial do seu «very special friend» Mário Soares?

Estes exemplos servem para sublinhar que quando os publicistas reaccionários falam, escrevem, mentem e mistificam sobre a 2.ª Guerra Mundial, o fazem não apenas por má fé e desonestidade misturada com alguma ignorância, mas também, e fundamentalmente, ao serviço de interesses e campanhas extremamente actuais que se indentificam com a política do imperialismo e das forças reaccionárias portuguesas.

As tentativas de **desestabilização e agravamento da tensão política na Europa**, construídas sobre a campanha de contestação aos resultados e decisões de Ialta e Potsdam, e a busca de **mais uma justificação para o reforço da corrida aos armamentos na suposta fraqueza militar da NATO face à URSS** e ao Pacto de Varsóvia, situação que reproduziria hoje, segundo os publicistas reaccionários, as condições de desequilíbrio militar que, em 1939, estiveram na ori-

gem do início da agressão nazi. — constituem **dois pontos de convergência e de ligação** entre a evocação reaccionária da 2.ª Guerra Mundial e a actualidade política internacional.

Por tudo isto devemos prestar uma atenção redobrada e desenvolver uma acção muito mais larga, para fazer das comemorações em Portugal do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial e da derrota do nazi-fascismo aquilo que elas devem ser: um **combate actualizado e interveniente em defesa da paz mundial**, assente numa posição de exigente e rigorosa **defesa e divulgação da verdade histórica** sobre os acontecimentos daquela época.

Contrapor aos «slogans» e chavões da «cassete» reaccionária sobre esta matéria a **força indesmentível dos factos**; confrontar a superficialidade e a desonestidade no tratamento de um dos períodos mais complexos da história com uma **larga e completa informação sobre todas as condicio-**

nantes que estiveram na origem da guerra, da sua evolução no campo político e militar e, depois, dos seus resultados e consequências na situação mundial; **rebater e desmistificar documentalmente** calúnias e falsificações que circulam, **não ficando, porém, numa posição defensiva**, antes impondo o debate e o esclarecimento sobre **um amplo leque de temas que os publicistas reaccionários obviamente procurarão ignorar** (os crimes do nazismo; as ligações e cumplicidades do fascismo português com o nazismo alemão, etc.); estabelecer **uma permanente, viva e combativa relação entre as comemorações da vitória de há 40 anos e a batalha que hoje travamos em defesa da paz mundial** — tais são algumas das linhas de trabalho que é necessário desenvolver para enfrentar com êxito a campanha que o imperialismo desenvolve e que os meios de comunicação social portugueses, controlados e manipulados pela reacção, amplificam, divulgam e procuram transformar em ideias dominantes ■



40 ANOS DEPOIS



Rufina Gacheva piloto de bombardeiros

«**L**utaremos por uma amizade franca e forte entre os Povos, por uma paz justa e duradoura»: assim juraram os delegados de 63 países à Conferência Constituinte da Federação Mundial da Juventude Democrática, realizada em Londres no Outono de 1945.

«A Conferência correspondeu às esperanças nela depositadas», recorda hoje a então membro da delegação soviética, Rufina Gacheva, antiga piloto militar.

«O nazismo», diz, «foi derrotado, o mundo ressurgia do pesadelo da guerra, voámos para Londres cheios de confiança no futuro, certos de que a nossa geração, que sobrevivera à guerra, conseguiria encontrar a via para a unidade em prol da preservação e da consolidação da paz, a qual havia sido conquistada à custa de muitos milhões de vidas».

«A maioria dos delegados», acrescenta, «era constituída por combatentes da resistência antinazifascista e é muito difícil traduzir em palavras o sentimento de alegria que experimentámos nesse encontro de companheiros de armas. Apertos de mãos calorosos, calorosos abraços, palavras que selaram amizades profundas: eis a atmosfera que se respirava na Conferência e que mais se gravou na minha memória».

«De resto», acentua, «senti-me impressionada com a cerimónia de inauguração da Conferência: no Royal Albert Hall, um dos maiores locais públicos londrinos, cada uma das delegações entrava na sala separadamente, a respectiva bandeira nacional ao alto, avançando em jeito de marcha de honra. Quando chegou a vez da

gem nem o seu desejo franco de que os nossos dois Povos, o soviético e o americano, mantivessem boas relações, sempre».

A vida em perigo

Em 1941, quando a Alemanha nazifascista agrediu a União Soviética, Rufina Gacheva contava apenas dezanove anos de idade; estudante da Faculdade de Mecânica e Matemática da Universidade de Moscovo, entrou voluntariamente para um posto de recrutamento, sendo enviada para uma escola de navegação aérea; concluído um curso de pilotagem, passou a integrar um regimento de bombardeiros

«*Bruxas nocturnas*» — era assim que o inimigo hitleriano chamava às ousadas pilotos dos bombardeiros soviéticos que durante a noite efectuavam arrojadas missões



● **Em 1945, em Londres, foi uma das participantes na Conferência Constituinte da Federação Mundial da Juventude Democrática**



Rufina (à direita) com outros dois delegados à Conferência de Londres

nossa delegação, a sala explodiu em aplausos; mais tarde, palavras quentes testemunhariam que aquela recepção apoteótica, por parte da juventude de diferentes países, traduzia o seu reconhecimento profundo ao Povo soviético pelo seu contributo, decisivo para a grande vitória».

«Durante a nossa estada em Londres», conta, «fui convidada por uma base militar americana para falar das pilotos soviéticas que haviam participado da luta contra o nazifascismo. Concluída a minha exposição, vi-me rodeada por um grupo de oficiais e não esqueço a admiração por eles manifestada em relação à nossa cora-

nocturnos (o inimigo hitleriano chamava às ousadas pilotos do regimento «bruxas nocturnas»).

Gacheva participou em 848 missões de combate, ao longo dos quatro anos da Grande Guerra Pátria; durante os combates pela libertação da Polónia ocupada pelos nazifascistas, o seu avião foi abatido, tendo aterrado com extremas dificuldades numa zona neutral: a jovem piloto conseguiu ultrapassar, de rastos, os campos de minas e alcançar as trincheiras das tropas soviéticas, mas a sua chefe, e amiga, Olga Sanfirova, pereceu vitimada pela explosão de uma mina.

Depois da guerra, Rufina Gacheva

trabalhou como redactora de literatura técnico-científica numa das maiores editoras soviéticas; hoje, vive em Moscovo, é reformada e participa do Comité Soviético de Veteranos da Guerra e do Comité das Mulheres Soviéticas.

«Não» à guerra

Gacheva esclarece, entretanto, que «foi na Conferência de Londres que se tomou a decisão de organizar com regularidade Festivais Mundiais da Juventude», adiantando: «A notícia da próxima realização de um novo Festival alegrou-me muito, pois é sempre reconfortante tomar conhecimento de



Durante a Guerra, ela efectuou 848 missões de combate

que a causa por nós iniciada se alarga e se fortalece, a nível internacional, contrariando os propósitos dos que semeiam a inimizade e a desconfiança entre os Povos».

«Assim», sublinha, «no próximo Festival, marcado para Moscovo, reunir-se-ão jovens de países diferentes, com diferentes pontos de vista políti-

cos, mas todos eles unidos na firme determinação de impedir que uma catástrofe nuclear destrua a Humanidade. Nunca, depois da Segunda Guerra Mundial, a situação foi tão tensa como actualmente; pelo que é muito importante que os jovens do maior número possível de países saibam entender-se no essencial. Desejo, pois, que o Festival de Moscovo constitua para eles uma boa escola de amizade internacional, se possível ainda melhor do que foi, para nós, o movimento de juventude dos anos quarenta».

«Então, jurámos dizer "não", em todas as circunstâncias, a uma nova guerra; agora, espero que eles façam o mesmo», concluiu Rufina Gacheva ■

(Exclusivo «Novosti»/«Avante!»)

aTV

O divórcio absoluto

Terminou a série de documentos dedicados à guerra do Vietname.

A máquina militar americana desenvolve agora a tese de que a guerra se perdeu não no campo de batalha, mas no campo da política. «Não empregámos o poder absoluto — disse um chefe da morte — se não, teríamos reduzido aquela região à idade da Pedra...».

Claro, a coisa não é assim tão simples e a tese pretende apenas esconder uma realidade: aquela era uma guerra injusta e a máquina dos grandes interesses não conseguiu mobilizar para a guerra o povo americano. Pelo contrário: foi o povo americano quem se levantou contra uma guerra onde (para repetir a frase de um chefe militar) «foram utilizados os maiores recursos da América».

Mais uma vez, o Governo está contra o futuro e o povo está pelo futuro. Uma vez mais, entre povo e o capitalismo — divórcio absoluto.

Onde está a razão, está a vitória

Ainda há poucos dias tivemos na televisão um documento notável. Foi no telejornal e a propósito da discussão da lei para a instalação de mísseis americanos na Bélgica.

O governo belga defendeu essa lei no parlamento e, a certa altura, o primeiro-ministro afirmou que os mísseis americanos «não eram agressivos e hostis».

E então todos ouvimos. Todos ouvimos a imensa gargalhada que irrompeu no parlamento...

Não tarda, meus amigos, não tarda que venham a surgir entre nós, tamanhas ministeriais afirmações. Que não modifiquem em nada a realidade. E o povo belga sabe isso. A luta contra a instalação dos mísseis está longe de acabar.

Para já, prova-se uma vez mais quem defende a vida e quem projecta a destruição. Prova-se de que lado a razão está. E também se há-de provar, uma vez mais, a quem cabe a vitória.

A primeira condição de todas as condições

O actual da semana passada incluiu um debate entre as forças jovens politicamente organizadas. Estiveram presentes a JS, a JSD, a JC e a JCP.

Foi notória, por um lado, a intenção das juventudes socialista e social-democrata de se desmarcarem dos seus partidos. A JS, pela boca do seu representante foi ao ponto de recusar a identificação e a JSD sublinhou o variado contencioso que mantém com o PSD. Por aqui já se vê o descalabro moral e político que reina entre os partidos da coligação, incapazes de corresponder aos anseios da juventude. E tanto assim que nem as suas organizações juniores os apoiam!!!

Outro pormenor curioso: nenhum dos participantes da mesa-redonda apoiou o Governo. Isto demonstra o total isolamento em que ele se encontra. Já nem os seus o defendem... em público!

O representante da JCP pôs em destaque as contradições do comportamento da JS e da JSD, ao mesmo tempo que denunciava a prática governativa contra os interesses da juventude em geral e da juventude trabalhadora em particular.

Um dos momentos de maior significado da emissão foi quando a moderadora pediu que cada qual expusesse as suas «soluções para a situação».

Henrique Neves, da JCP, demonstrou o irrealismo desta proposta. No seu entender, todas as propostas, por óptimas que sejam, acabam por não resultar enquanto se mantiver este Governo e esta política. Estamos perante uma opção política — disse ele que privilegia a retracção, o desemprego, o empobrecimento. Mude-se a política, acabe este Governo — e só depois se poderá pensar a sério no futuro da juventude.

Nada mais correcto. Num país em que há 300 000 desempregados jovens; em que os estudos são dificultados ao máximo; em que o direito à ocupação plena dos tempos livres é uma miragem; em que a prática desportiva de massas pura e simplesmente não existe; em que nenhuma condição são proporcionadas aos jovens para o desenvolvimento integral dos seus dons — num país assim, e com tal política, **nada de bom é possível.**

Pôr cobro a tal política é a condição primeira para a possibilidade de todas as boas condições. Henrique Neves tem razão. O resto é conversa...

Escândalos: soma e segue

A tantos escândalos que sucedem na RTP, há que acrescentar mais um.

Grandes manifestações populares, contra este Governo e esta política, marcaram o último fim-de-semana. Não apenas em Lisboa e no Porto, mas por todo o País.

Qual o reflexo destes acontecimentos na televisão? Desta rede de protesto popular que notícias deu a televisão?

No sábado, dia 16, a televisão transmitiu apenas algumas imagens da manifestação de Lisboa. Não houve sequer uma referência a qualquer manifestação realizada em qualquer ponto do País!

... Enquanto a amarela UGT tem uma quantidade de tempo de antena a propósito de uma qualquer pelintra hoteleira...

Para a TV fascista, perdão!, para a TV soarista a **realidade do País é esta...**

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Quem paga é o Zé

Além da tradicional romagem dos candidatos a candidato à Presidência, hoje damos ao olhar sagaz do leitor recortes sobre o nóvel PRD, a boa vida do «nosso» Primeiro, o IVA e a inflação.

O editorial do «Expresso» chama a Portugal o «reino da indecisão». E pelo menos uma decisão tarda: a demissão de um Governo que se obstina na destruição do Portugal de Abril.

Entretanto, quem paga é o Zé!

Romagem dos candidatos

● «Firmino Miguel, por seu turno, e manifestando a intenção de se candidatar, diria recentemente, segundo uma fonte que lhe é próxima: «É preocupante a situação a que o país chegou e, com a crise persistente que afecta os portugueses, torna-se necessário dinamizar a actividade económica e eliminar as gritantes injustiças sociais existentes, exigindo-se que qualquer candidatura presidencial se caracterize pelo compromisso de mudanças profundas na sociedade portuguesa, como base num programa claramente apresentado e submetido a sufrágio. A organização do poder político e a revisão económica da Constituição são designadamente aspectos essenciais desse programa, não havendo lugar para candidaturas caracterizadas pela ambiguidade ou indefinição.»

(«Expresso», 16 de Março)

● «A candidatura de Adriano Moreira à Presidência da República é tida como «muito provável» pelo deputado do CDS José Gama, segundo o qual «os portugueses estão cansados dos políticos repetentes». Adriano Moreira denunciou, entretanto, os males do actual sistema político, salientando que o próximo hóspede de Belém deve comprometer-se a defender os valores de Portugal. Em entrevista à Antena-1, o dirigente do CDS disse que o nosso sistema político deu já provas mais do que suficientes de que não é capaz de resolver os problemas que afligem o País. Adriano Moreira considerou que actualmente o poder passa mais pelos directórios dos partidos do que pelos órgãos de soberania, situação a que é preciso pôr termo.»

(«O Dia», 19 de Março)

PRD: à espera da legalização

● «Hermínio Martinho considera que o país não «pode continuar a assistir à falta de governação até ao fim do ano». O recém-eleito líder do PRD, que falava no final da primeira reunião da Comissão Nacional Provisória do partido, que decorreu em

Coimbra, não defendeu, contudo que o Presidente deva dissolver a Assembleia da República.

Quanto à saída para a crise, Hermínio Martinho considerou que «poderá ser, por exemplo, a ruptura da coligação PS/PSD».

«O PRD quando se formalizar tomará provavelmente uma posição sobre a questão da dissolução da Assembleia da República», afirmou Hermínio Martinho, até à formação do PRD.

Sobre as eleições presidenciais, Martinho disse não ser uma candidatura presidencial que resolve os problemas do país.

«Portugal tem hoje o melhor presidente possível, e no entanto os problemas são muitos», acentuou.

Hermínio Martinho considerou que só um projecto político assente no Parlamento e no Governo «pode conduzir o país para fora da difícil situação em que este se encontra».

Sobre uma possível reserva de Ramalho Eanes em relação ao novo partido, Hermínio Martinho disse estar-se perante «uma campanha de contra-informação, que tem muito de gato escondido com o rabo de fora».

«Achamos que este projecto só pode atingir aquilo que consideramos ser necessário com o apoio de Ramalho Eanes. Mas não estamos à espera que o Presidente da República se pronuncie sobre o PRD», afirmou.

Hermínio Martinho sublinhou ainda que «se Ramalho Eanes não vier a dar o seu apoio ao PRD é porque este não consegue dar as respostas que o país espera».

Sobre a reunião realizada em Coimbra, o líder do futuro partido afirmou que decorreu «de forma digna, clara e participada».

A Comissão Directiva eleita não integra contudo os nomes mais sonantes do movimento eanista, nem da ex-CNARPE, com excepção de João Botequilha e de Miguel Caetano que acataram os recentes apelos de Hermínio Martinho no sentido de um maior empenhamento no PRD das figuras mais destacadas do apoio a Eanes.

A Comissão Directiva Nacional provisória do PRD e a Comissão Organizadora da primeira Convenção Nacional do partido foram eleitas por unanimidade, indica o comunicado final da reunião da Comissão Nacional Provisória.

A Comissão Directiva Nacional

provisória é o órgão executivo máximo até à Convenção do Partido. É constituída por 11 membros e presidida por Hermínio Martinho.

A comissão organizadora da primeira Convenção caberá elaborar os regulamentos desta, que serão aprovados em reunião conjunta, com a Comissão Directiva Nacional Provisória, a realizar em 13 de Abril.

A Convenção Nacional terá reuniões ordinárias de dois em dois anos e congregará entre 500 e 800 membros.

O Conselho Nacional, órgão deliberativo máximo entre convenções, reunir-se-á ordinariamente de três em três meses. Terá 40 membros eleitos e outros em representação dos distritos e das regiões autónomas, para além de um reduzido número de inerências.

Os estatutos do futuro partido consagram como órgãos técnicos a Mesa da Convenção, o Conselho Nacional de Jurisdição, a Comissão de Verificação de Mandatos e a Comissão de Fiscalização.

O Presidente do partido pode criar um Conselho Consultivo Nacional constituído por 15 «figuras de relevo nacional», militantes ou apoiantes do PRD.

A campanha nacional de recolha de assinaturas para a legalização do PRD vai ser lançada hoje em Lisboa, numa reunião da sua comissão concelhia — disse ontem à NP uma fonte partidária.

Cinco mil assinaturas deverão ser apresentadas ao Tribunal Constitucional para que o PRD seja legalizado, mas a direcção do partido pretende recolher dez mil até meados de Abril, indicou a mesma fonte.

A Convenção Nacional do PRD deverá reunir pela primeira vez na primeira quinzena de Maio em Tomar, coincidindo com a legalização efectiva do novo partido.»

(«Correio da Manhã», 19 de Março)

Soares prepara férias brasileiras

● «A Imprensa brasileira referiu com destaque uma declaração do Primeiro-Ministro Mário Soares, segundo a qual apreciou tanto a praia de Camburiu que admite comprar em breve uma casa para as suas vindas frequentes ao país-irmão

(«Semanário», 16 de Março)

Quem paga é o Zé

● «Quem paga o IVA é o Zé. O Zé que almoça no restaurante todos os dias, que comprou este ano uma máquina de lavar, que paga luz e telefone todos os meses, que compra um anel de ouro uma vez na vida e vai ao cinema às segundas-feiras... O Zé é o consumidor e o IVA persegue-o todo o tempo e por toda a parte. Ele paga e cala. Em contrapartida, quem lhe vende não paga mas protesta e, o curioso, é que todos têm razão.»

(«Diário de Notícias», 19 de Março)

● «Nos 28 dias de Fevereiro os preços ao consumidor aumentaram 5,8%. A inflação mantém-se, pois, nos 28%, bem longe das perspectivas governamentais.»

(«Semanário», 16 de Março)

edições Avante!

art shields

Um livro apaixonante

CRESCI PARA LUTAR



Memórias do jornalista norte-americano Art Shields que traçam um panorama rico e concreto da vida e das lutas do povo americano na viragem do século. Com Art Shields percorremos um país de léis-a-léis; o autor viveu com os índios cheroquis, esteve com os esquimós, conheceu os veteranos negros da Guerra da Secessão. A história desconhecida e ocultada de um país que importa conhecer com verdade: os EUA.

Dezenas de ilustrações de Peggy Lipschutz

COLEÇÃO CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

A máscara já pende
caiu o Carnaval
- o que é que ele defende?
defende o Capital.

Com o seu patuá
entre risos e dores
por quem é que ele está?
- Está com os exploradores.

Quem dele bem espere
cai sempre no engano
- Mas o que é que ele quer?
Quer voltar ao Caetano...

Com Soares tudo desce
que faça o povo feliz.
Alguma coisa cresce?
- Cresce-lhe o nariz...



Grandes manifestações
grandes, grandes multidões,
todas diziam: «Embora,
o governo fora, fora,
fora o nojo e a opressão,
povo sim, o Soares não.»

A TV não mostrou nada
ou quase nada. Apressada,
esbanjadora e servil
cultivadora de azares
lá andava atrás do Soares
na viagem ao Brasil.

E é isto o que a gente vê.
Com TV ou sem TV
o Soares não vai ganhar,
terá de aprender de novo
o que aprendeu Salazar:
não se pode governar
contra a vontade de um povo...

E a verdade nua e crua
manifestou-se na rua...



Se o Reagan e o Carlucci são de opinião
de que o governo de Soares é bom, então...

Se o Savimbi ex-pide é de opinião
de que o governo de Soares é bom, então...

Se os chefões da NATO são de opinião
de que o governo de Soares é bom, então...

... então, senhorês, eis razões a esno
para, sem mais longe ir,
se poder concluir
que tal governo não, não presta mesmo...



Diziam eles que o IVA
não era um imposto novo
que era coisa lucrativa
até para o próprio povo...

Agora sem hesitar
dizem sem nenhuma pena
que os preços vão aumentar
logo que o IVA entre em cena...

Imposto não é imposto?
A questão só se esclarece
quando o governo for posto,
melhor, quando for... imposto,
na rua, como merece...

Pontos Cardeais

Dão-se bem com a companhia

Num artigo assinado por José Manuel dos Santos, director do **Acção Socialista**, diz-se que o País «já está habituado à verbosidade dos dirigentes do PSD» e acusa-se Machete de ter «vários discursos». «Quando o dr. Rui Machete fala não se sabe se é ele quem fala ou se apenas empresta a sua voz para dizer o que outros querem que ele diga. Daí que o dr. Machete tenha vários discursos. No Governo, um, no partido, outro, quando era apoiante de Mota Pinto, um, agora que é apoiado por Marcelo e Salgueiro, outro». Segundo o articulista, Machete «ou anda perturbado ou anda distraído». O País «não pode estar em permanente sobressalto quando vê o dr. Rui Machete aparecer na televisão» e exige do vice-primeiro-ministro «sentido das responsabilidades, verdade e honradez nos comportamentos, serenidade e firmeza na acção», escreve ainda o articulista. Os «famosos» conselhos nacionais são referidos no artigo do órgão do PS como reuniões onde «a retórica expandida serve apenas para uso interno, ou seja, para tranquilizar e cativar «barões», para não alienar e conquistar apoios.» Isto significa, se bem entendemos, e utilizando uma linguagem mais chã, que para o PS os dirigentes do seu parceiro da coligação são uns fala-barato e uns caciques de meia-tijela; as respectivas reuniões de direcção são uma fantochada; Machete, presidente do PSD e vice-primeiro-ministro é um troca-tintas, um desestabilizador, um irresponsável, um mentiroso e um atrasadinho mental. Como apesar de pensar assim do seu parceiro, o PS continua a gostar muito de estar coligado no Governo com um tal partido e com tais dirigentes, o que se pode concluir é que desta companhia é que Mário Soares e amigos gostam e, no fundo, PS e PSD em nada se diferenciam, pelo menos na concepção dos respectivos dirigentes. Não é novidade, mas é interessante que sejam os próprios «socialistas» a reconhecê-lo, mesmo que só implicitamente.

Escandaloso

A ratificação pela Assembleia da República, com o voto da «maioria» acompanhada pelo CDS, da lei das remunerações e outros benefícios dos titulares de cargos políticos, está a causar, como seria de prever, viva indignação, nomeadamente nos sectores da população mais afectados pela crise, como é o caso dos reformados. Com efeito, e para além dos escandalosos aumentos com que se autocontemplaram, o regime de reformas engendrado para si próprios pelos srs. deputados do PS, PSD e CDS é verdadeiramente escandaloso: oito anos de exercício de mandato, sem limite de idade, dão direito a uma pensão mensal vitalícia superior ao salário médio nacional, pensão esta acumulável com outras

pensões de aposentação ou reforma e com outros rendimentos de actividade privada ou de função pública. Que há-de dizer disto o trabalhador que, com 65 anos de idade e ao fim de 40 ou 50 anos de profissão, recebe uma pensão miserável que mal chega para sobreviver? Como é possível um deputado aprovar uma lei destas e depois dizer que é «socialista»? Uma maioria que vota assim, alguma vez se pode reivindicar do 25 de Abril? Alguém acredita que um parlamento com tal composição ainda corresponde ao sentir nacional?

Como eles funcionam - 1

Referindo-se à última reunião do Conselho Nacional do PSD, realizada num hotel da capital, um semanário fornece alguns pormenores sobre o andamento dos trabalhos merecedores da nossa atenção. «Pinto Balsemão (*Expresso*) e Marcelo Rebelo de Sousa (*Semanário*), duas tendências do PSD, distribuíram os respectivos jornais por todos os conselheiros nacionais». Por este início logo se revela um estilo muito próprio destas reuniões. Com efeito, a oferta dos jornaizinhos não se insere certamente numa campanha publicitária por parte das respectivas empresas, nem se deve a mera cortesia: conhecendo-se como se conhece o conteúdo daqueles semanários, é óbvio que se trata de uma manobra de pressão e da tentativa de, por fora, influenciar os debates neste ou naquele sentido... Prossegue o relato: «Depois, foi o início de um debate com predominância para os problemas «de Estado» — conforme dizia um dirigente nacional». Atente-se no que os srs. conselheiros entendem por problemas «de Estado»: «Próximo de Mota Pinto, o eng.º Álvaro Barreto foi ao microfone para responder a uma crítica do grupo dos mota-pintistas. Diziam estes que algumas nomeações em departamentos distritais da Agricultura, prejudicavam o PSD. Responde Álvaro Barreto, casuisticamente: «Neste caso, a nomeação foi feita a pedido de Ângelo Correia e Duarte Lima... naquele outro foi combinada entre Mota Pinto e Mário Soares.» E o relato continua: «Era o silêncio no grupo apoiante de Mota Pinto, liderado na sala por Barbosa de Melo e «teleguiado», do bar do hotel, por Ângelo Correia e Eugénio Nobre: o ex-vice-presidente do PSD e o ex-secretário de Estado das Obras Públicas instalaram-se no «bar» e daí enviaram «ordens» através de Pereira Pinto, conselheiro nacional na lista de Mota Pinto e colaborador directo de Eugénio Nobre». São estes os temas, os argumentos e os métodos do principal órgão dirigente do PSD. Com tais fios se tece a política de direita. Em tais águas

navegam os partidos da coligação. Em tais mãos se encontra o Governo do País.

Como eles funcionam - 2

A comissão política distrital de Bragança do PSD esteve em eleições recentemente. Uns, que sim senhor, outros, que nem por isso.

Os nem por isso vêm para as páginas dos jornais e disparam: «Foi pior do que um assalto à mão armada!...», ao que os que sim senhor ripostam: «os tolos não se assaltam, muito menos à mão-armada!...».

Cada quadrilha na sua barricada e o tiroteio continua. Que sim senhor: «a lista A sequestrou durante seis horas o presidente da assembleia para o obrigar a retirar do caderno os delegados

dos TSD e do Vimioso». Quem nem por isso: «o que faz correr alguns elementos da lista B foi a vontade de ocuparem determinados lugares públicos de âmbito distrital. Outros, pensam na hipótese de eleições legislativas antecipadas... por isso apressam-se a meter a chave no bolso para, na altura própria, poderem abrir a porta... e entrar...».

E só porque nestes partidos paladinos da democracia existe o direito de resposta, mais uma rajada dos que sim senhor: os que nem por isso foram afastados porque durante dois anos conduziram os destinos da comissão política distrital «na base da sua vontade pessoal e utilizando um discurso onde ressaltava a prepotência e a esporricência.»
Mãos ao ar!

